

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS,  
EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jones Cenci

O “PERIGO ALEMÃO” NO BRASIL DA PRIMEIRA  
GUERRA MUNDIAL 1914 - 1918: A VISÃO DA  
IMPrensa DE SANTA CATARINA.

Passo Fundo/RS  
2023

Jones Cenci

O “PERIGO ALEMÃO” NO BRASIL DA PRIMEIRA  
GUERRA MUNDIAL 1914 - 1918: A VISÃO DA  
IMPrensa DE SANTA CATARINA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld

Passo Fundo/RS  
2023

CIP – Catalogação na Publicação

---

C395p Cenci, Jones  
O “perigo alemão” no Brasil da Primeira Guerra Mundial  
(1914-1918) [recurso eletrônico] : a visão da imprensa de  
Santa Catarina / Jones Cenci. – 2023.  
454 KB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de  
Passo Fundo, 2023.

1. Guerra Mundial, 1914-1918. 2. Imprensa - Santa  
Catarina. 3. Pangermanismo. 4. Nacionalismo. I. Heinsfeld,  
Adelar, orientador. II. Título.

CDU: 940.3

JONES CENCI

O “PERIGO ALEMÃO” NO BRASIL DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914 -1918):  
A VISÃO DA IMPRENSA DE SANTA CATARINA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Aprovada em 13 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA



---

Dr. Rogerio Augusto Bilibio  
(UNOESC)

---

Dr. Alessandro Batistella  
(UPF)

---

Dr. Adelar Heinsfeld  
(UPF)

Agradeço a toda minha família pelo apoio, pela compreensão, em especial a meu filho Ulisses pelo amor incondicional. Agradeço ao professor Adelar Heinsfeld, pela imensa paciência, pela cessão de seu vasto conhecimento, pela segura orientação e apoio intelectual. Agradeço aos professores da UPF, Marcos Gerhardt, Jacqueline Ahlert e Ana Luiza Setti Rechiegel, e a secretária do PPGH Ana Cristhyna Inacio Silveira. Agradeço ao professor Raimundo Gomes dos Santos pela revisão ortográfica desta obra e a professora de italiano Maristela Biolchi, pelo carinho e generosidade. Agradeço aos colegas de magistério nas escolas de Nova Prata, Nova Bassano e Protásio Alves. Agradeço a Deus pela vocação honrada e nobre de ser professor.

## RESUMO

O estudo de um suposto plano pangermanista de domínio e anexação de territórios da América do Sul, particularmente dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ficou popularmente conhecido como “Perigo Alemão”. Os elementos que construíram e desconstruíram tal ideia, foram abordados neste trabalho, através da imprensa de Santa Catarina no período da Primeira Guerra Mundial, perspectiva que exigiu um recorte temporal minucioso, um olhar atento, que busca por meio de detalhes, uma compreensão dos aspectos socioculturais, étnicos e políticos que compunham aquele contexto específico. Através da análise de periódicos catarinenses partidários de ambos os lados do conflito (Germanófilos e Aliadófilos), entendemos em partes, a resistência a integração da população de origem alemã no Brasil, o espírito nacionalista da época, anexo paralelamente a difusão da ameaça pangermanista na América Latina: Como o “Perigo Alemão” foi discutido pela historiografia na época da Primeira Guerra Mundial? Como a Imprensa da época da Primeira Guerra Mundial ajudou a construir a ideia de que o “Perigo Alemão” realmente existia? Como a imprensa tratou de desconstruir a ideologia do “Perigo Alemão”? São questões que foram trabalhadas e visam introduzir este assunto, iniciando este caminho que exige pontes diversas para atravessarmos as lacunas históricas e por meio delas compreendermos se o “Perigo Alemão” realmente existiu, ou se ele faz parte de uma tentativa de responsabilizar os alemães aqui residentes e seus descendentes, pelos atos praticados pela Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Como fontes de pesquisa usamos a documentação da coleção de jornais e revistas digitalizados pela Biblioteca Nacional. O poder da imprensa ao difundir ideias norteia este estudo. A imprensa como impulsora de uma reflexão histórica, sua capacidade de aproximar o leitor da notícia, a possibilidade de oferecer múltiplas visões de mundo, seja em intensidade, seja na perspectiva, onde história e imprensa se contemplam.

**Palavras-chave:** nacionalismo; pangermanismo; perigo alemão; primeira guerra mundial.

## ABSTRACT

The study of an alleged pan-Germanist plan for dominion and annexation of territories in South America, particularly in the states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, was popularly known as “German Peril”. The elements that constructed and deconstructed such an idea were addressed in this work, through the Santa Catarina press during the First World War, a perspective that required a detailed temporal cut, an attentive look, which seeks through the details, an understanding of the sociocultural aspects, ethnics and politicians that made up that specific context. Through the analysis of periodicals from Santa Catarina that support both sides of the conflict (*Germanófilos* and *Aliadoófilos*), we understand in parts, the resistance to the integration of the population of German origin in Brazil, the nationalist spirit of the time attached in parallel to the spread of the Pan-Germanist threat in Latin America. How was the “German Danger” discussed by historiography at the time of the First World War? How did the Press at the time of the First World War help to construct the idea that the “German Danger” really existed? How did the press try to deconstruct the ideology of the “German Danger”? These are issues that have been worked on and aim to introduce this subject, initiating this path that requires several bridges to cross the historical gaps and through them understand if the "German Peril" really existed, or if it is part of an attempt to make the Germans residing here responsible and their descendants, for the acts practiced by Germany in the First World War. As research sources we used the documentation of the collection of newspapers and magazines digitized by the National Library. The power of the press to spread ideas guides this study. The press as a driver of historical reflection, its ability to bring the reader closer to the news, the possibility of offering multiple views of the world, either in intensity or in perspective, where history and the press contemplate each other

**Keywords:** nationalism; first world war ; german danger; pan-germanism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Navio Macau .....	57
Figura 2- Jornal <i>O Dia</i> .....	58
Figura 3- Jornal <i>O Clarão</i> .....	64
Figura 4- Jornal <i>O Clamor</i> .....	78
Figura 5- Jornal <i>O Estado</i> .....	84



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Ocorrências do termo Perigo Alemão no jornal O Dia .....	88
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 OS ALEMÃES E OS TEUTO - BRASILEIROS EM SANTA CATARINA.....	18
1.1 A ETNIA ALEMÃ EM SANTA CATARINA.....	18
1.2 GERMANISMO E GERMANIDADE.....	31
2 A CONSTRUÇÃO DO PERIGO ALEMÃO - A VISÃO DA IMPRENSA SOBRE O SUPOSTO PLANO.....	39
2.1 O PERIGO ALEMÃO E SUAS REAÇÕES .....	39
2.2 O CLARÃO: UM JORNAL CONSTRUINDO O PERIGO ALEMÃO .....	62
3 A DESCONSTRUÇÃO DO PERIGO ALEMÃO NA IMPRENSA CATARINENSE.....	86
3.1 O PERIGO ALEMÃO NA VISÃO DE <i>O DIA</i> .....	86
3.2 O BRASIL E A GUERRA: MUDANÇA DE COMPORTAMENTO DE <i>O DIA</i> . .....	109
CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS .....	134

## INTRODUÇÃO

O que foi o “Perigo Alemão”? Ele realmente existiu? Ou apenas perscrutava o imaginário da sociedade brasileira? São questões que pretendemos responder ao longo deste trabalho, trazendo diversas perspectivas, e diferentes visões e opiniões acerca do tema.

Segundo Fernandes (2011, p.7-10), os franceses, diante da derrota na Guerra Franco-Prussiana, seguidos pelos americanos inspirados nos ideários da Doutrina Monroe, foram os principais divulgadores da tese do “Perigo Alemão”, que consistia na probabilidade de as colônias do sul do Brasil, representarem o ponto de entrada para a expansão imperialista alemã na América Latina. Tão logo, tais justificativas e argumentos ideológicos eclodiram no território nacional, acabaram influenciando as elites brasileiras e permitindo que se difundisse aqui a iminência do perigo estrangeiro, que acabou por afetar diretamente as colônias alemãs. Diante disso, este trabalho tem como objetivo discutir o “Perigo Alemão”, através da imprensa de Santa Catarina, no balizamento temporal entre 1914 e 1918, período da Primeira Guerra Mundial.

Entre Brasil e Alemanha, as relações no período de dois séculos XIX e XX, desenvolveram-se de diversas formas. No entanto, cabe ressaltar a importância do imigrante alemão, que por meio de uma junção de conjunturas nacionais e internacionais, tornou-se uma ameaça à soberania nacional.

A bibliografia sobre a imigração alemã para o Brasil, estudou a resistência dos alemães à integração na sociedade e à miscigenação, preservando suas características étnicas, os modos de vida e a língua, que se constituiu em forte símbolo de identidade germânica, sobretudo na região sul do país. Segundo estudos, os imigrantes alemães mostraram-se resistentes ao processo de integração à sociedade receptora e à miscigenação, preservando suas características étnicas, nas regiões que ocupavam, cultivando muito dos modos de vida alemão e a sua língua. Os alemães, considerando a ação migratória, recebida pelo Brasil, eram numericamente inferiores às demais nacionalidades que aqui se instalaram, se estabeleceram, em sua maior parte, na região sul do país, fazendo jus à política vigente, que tinha em conta a ocupação das terras devolutas. A imigração alemã, numericamente, foi muito menos significativa do que a italiana, portuguesa, espanhola e japonesa. Também não apresentou período de maior afluxo, caracterizou-se por entradas mais ou menos constantes no período de 1850 a 1919, com aumento brusco na década de 1920, relacionados a dificuldade do pós-guerra na Alemanha (Fernandes, 2011, p.8).

No caso das relações entre Brasil e Alemanha, no decorrer dos séculos XIX e XX, temos o dado objetivo de que o Brasil aparece como o segundo maior receptor de imigrantes alemães no mundo, mesmo que numa diferença numérica muito grande em relação ao país que teria abrigado o maior contingente de alemães, os Estados Unidos. Enquanto para lá teriam emigrado, até a Segunda Guerra Mundial, cerca de cinco milhões de alemães, o Brasil teria recebido apenas algo em torno de 250.000, 5% daquele número (Gertz, 2008, p. 119).

No Brasil, a “Primeira Guerra Mundial” provocou um posicionamento imediato do governo de Hermes da Fonseca, que assumiu a neutralidade no conflito. Política e economicamente, era um momento estável. A decisão do marechal foi tomada pensando em manter tal estado de harmonia, principalmente porque, no quadro de parceiros comerciais brasileiros, havia países de ambos os blocos de beligerantes. O então presidente brasileiro optou por uma via menos turbulenta, ao assumir tal postura.

No entanto, não foi possível evitar a polêmica que se instalou entre os letrados do país. Nas páginas dos principais jornais da capital federal, surgiram intensos debates não apenas sobre a posição oficial do governo brasileiro, mas, principalmente, sobre qual lado deveria ser apoiado. Os argumentos formavam-se a favor de um ou outro grupo de combatentes, ou contra ambos, culminando no abandono da neutralidade e na entrada do Brasil no conflito em 1917.

Para Bilibio (2020), a Primeira Guerra Mundial, na época definida como Conflagração Europeia, também como “A Grande Guerra”, foi o resultado de tensões acumuladas durante as últimas décadas do século XIX. O militarismo, as pressões diplomáticas e o imperialismo que caracterizaram a Europa naquele período, envolveram as potências colonialistas e demais países europeus de importância econômica e política. Posteriormente, através da iniciativa dos Estados Unidos da América, a maioria dos países do continente americano acabou se envolvendo na guerra, em diferentes níveis e assim o conflito ganhou contornos planetários e tornou-se um marco na história.

Ao comparar as guerras anteriores com a Primeira Guerra Mundial, se entende que a amplitude do conflito neste caso é perfeitamente cabível:

A Primeira Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências, e na verdade todos os estados europeus, com exceção da Espanha, dos Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e para operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egeu - “Galipoli” tornou-se seu mito nacional – e, mais importante, os Estados Unidos rejeitaram a advertência de George Washington quanto a “complicações europeias” e mandaram seus soldados para lá, determinando assim a forma da história do século XX. Indianos foram enviados para a Europa e o oriente médio, batalhões de trabalhadores chineses vieram para o ocidente, africanos lutaram no exército francês (Hobsbawn, 1994, p. 31).

Aponta Bilibio (2020), que além das observações a respeito das dimensões mundiais da guerra, é preciso acrescentar que, embora as consequências das duas grandes guerras mundiais, possam ser agrupadas e entendidas conjuntamente, é preciso reconhecer que o primeiro conflito, justamente por sua condição temporal, inaugura esta série de novas percepções.

Entendido este ponto, resta para a completude da exposição do cenário, compreender a participação brasileira no conflito.

De uma neutralidade inicial, que iria persistir por quase todo o tempo da guerra, o Brasil acaba por romper relações diplomáticas com a Alemanha e, por fim, lhe declarar guerra no ano de 1917, depois do torpedeamento de navios brasileiros. A tradição brasileira, em face de confrontos bélicos é a primeira ponderação necessária para esta discussão:

As nações buscam alcançar seus objetivos por meio de instrumentos que lhes assegurem o máximo de êxito com o mínimo de perdas econômicas, militares e políticas. Dentre estes instrumentos, a diplomacia se mostra de grande valia pela habilidade em conduzir as negociações para um ambiente de consenso onde reina relativo nível de satisfação e patamares aceitáveis de descontentamento. Entretanto, a flexibilidade com que se devem conduzir tais negociações precisa de um limite que não permita o vilipêndio de sua dignidade, de sua soberania e de sua integridade como nação. A política externa brasileira tradicionalmente evita se respaldar na possibilidade do uso da força priorizando o canal diplomático. A tendência a eximir-se de assumir posicionamento claramente definido buscava conquistar maior espaço e liberdade para se situar entre as potências em litígio. Esta orientação tinha propósitos nitidamente econômicos, mas seus objetivos político-estratégicos se mostravam bastante limitados. Ao não adotar postura incisiva, aparentemente conserva independência e liberdade de movimentação diplomática, não se deixando influenciar pelas tendências de uma ou de outra potência beligerante. Ao mesmo tempo, porém, este comportamento evidenciou insegurança e indecisão, tornando a diplomacia nacional tibia, subserviente e desacreditada. Este foi tipicamente o modelo de comportamento adotado pela diplomacia brasileira durante a Primeira Guerra Mundial, com a excepcionalidade da decisão oportunista ao recurso do uso da força, argumento raramente considerado em nossas negociações internacionais (Dhenin; Mendonça, 2015, p. 82-83).

Afirma ainda, Bilibio (2020), que para justificar a entrada na conflagração europeia, o Brasil precisava rediscutir a sua própria tradição diplomática. Por esta via é que se clareia um pouco mais o entendimento, de que a atitude do Brasil durante o conflito não é hegemônica, ou seja, havia quem defendesse uma declaração de guerra contra os alemães, mas também havia quem entendesse uma aliança com os mesmos e, por fim, existiam também opiniões que nenhum dos lados combatentes deveria ter apoio nacional.

Este estudo busca, a partir da imprensa catarinense, perceber como as correntes de pensamento em relação ao “Perigo Alemão” se manifestaram. Ainda que, ambas, as de apoio ou de neutralidade, estivessem representadas em Santa Catarina, havia a peculiaridade da presença alemã mais significativa no sul do país.

No debate sobre a ideia do “Perigo Alemão” em Santa Catarina, é onde reside o objetivo deste estudo e, para esta finalidade, a estratégia é utilizar da imprensa como fonte principal. Não é interesse deste estudo observar a cobertura da Primeira Guerra Mundial detalhadamente, apenas o que diz respeito ao “Perigo Alemão”, cujo detalhamento é necessário para sua compreensão.

A imprensa catarinense e a nacional possuíam uma integração no que diz respeito as matérias da Primeira Guerra Mundial. Traziam diariamente a cobertura do conflito e os

acontecimentos do front, o que se explica devido a dependência das agências de notícia estrangeiras, pois as tecnologias de comunicação ainda não eram suficientemente desenvolvidas na época.

Na imprensa dificilmente ocorre a imparcialidade, naquele período os jornais do sudeste do país, principalmente do Rio de Janeiro, abasteciam os demais, com notícias geralmente escritas pelos apoiadores ou pelos próprios países aliados combatentes naquele momento. No entanto, os periódicos de Santa Catarina, produziram material próprio para a difusão das suas opiniões e ideias, mas quando conveniente, se utilizavam das produções de outros jornais.

O desenvolvimento desta pesquisa, ocorreu a princípio, pela seleção dos jornais que publicaram matérias e discutiram o “Perigo Alemão”, na época do conflito. O Critério adotado para esta seleção foi a longevidade, ou seja, periódicos que estavam ativos entre 1914 e 1918.

A pesquisa está centrada em duas fontes principais, o jornal *O Clarão*, defensor dos países Aliados, que construía a ideia do “Perigo Alemão”, criticando os teutos -brasileiros e a Alemanha, eo jornal de Florianópolis *O Dia*, que apoiava as iniciativas germânicas, defendia os teuto- brasileiros e a campanha dos impérios centrais europeus na “grande guerra”.

Os periódicos selecionados fazem parte do acervo digital da biblioteca nacional, e todas as edições que se referiram ao “Perigo Alemão” nas fontes selecionadas, foram examinados na íntegra pela web. Assim, esta pesquisa é documental e tem como principais referências a historiografia e os periódicos. Está organizada em três capítulos que debatem sobre algumas questões: Como o “Perigo Alemão” foi discutido pela historiografia na época da Primeira Guerra Mundial? Como a Imprensa da época da Primeira Guerra Mundial ajudou a construir a ideia de que o “Perigo Alemão” realmente existia? Como a imprensa, tratou de desconstruir a doutrina do “Perigo Alemão”? Através do recorte temporal proposto, são evidenciadas múltiplas opiniões acerca do tema, e analisadas as opiniões de autores e estudiosos do assunto. A utilização de periódicos como fontes históricas, é uma realidade que ganhou campo nas últimas décadas, ao historiador cabe questionar a veracidade dos documentos, interpretar os registros, compreender o contexto político de cada fonte, sua origem, meios e objetivos.

Desde então a fonte histórica passou a ser construção do historiador e de suas perguntas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre ele, mas também conhecer sua origem, sua ligação com a sociedade que o produziu, entre outros (Silva, 2005, p. 159).

A partir das possibilidades de análise históricas, apresentadas pelos materialistas históricos e os analistas, o fato histórico deixa de ser compreendido como algo real e verídico através do documento. Isto é, ele já não era mais o mensageiro da verdade absoluta do passado

(Alves - Guarnieri, 2007 p. 7).

Por séculos, existiu uma hierarquia qualitativa dos documentos utilizados como fontes, na qual os jornais apareciam como pouco indicados para possíveis investigações historiográficas. A justificativa para tal desprezo residia no fato de os jornais e revistas serem acusados de subjetivismo em função dos interesses, compromissos, paixões entre outros. Quer seja dos jornalistas que davam o tom das matérias a favor ou contra determinados grupos econômicos e políticos, que dos próprios donos dos veículos de comunicação (Alves - Guarnieri, 2007, p. 9).

No entanto, tais circunstâncias não impediram que a imprensa ganhasse importância como fonte, e mesmo como objeto, para se fazer análise dos discursos e procurar compreender os interesses sociais que ela, a imprensa, constantemente procura atender. O historiador adepto desse tipo de fonte, precisará dentre outros aspectos investigar: de que forma os impressos foram distribuídos, sua aparência, a divisão e estruturação dos conteúdos, o mercado, a publicidade, o público, os objetivos, entre outros.

Dito de outra maneira, o conteúdo em si não pode ser dissociado de lugar ocupado pela publicação na história, sendo essa a tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas (Luca, 2005, p. 132-139).

A pesquisa com periódicos trabalha com aquilo que se tornou notícia, ou propaganda dependendo do objeto de pesquisa. Assim, alguns pontos importantes precisam ser observados, tais como: os critérios que a matéria teve que satisfazer para se tornar notícia? ou seja, quais as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa? em que espaço do periódico se deu a publicação, as diferenças entre as publicações de manchetes e o que é relegado às páginas internas, assim como sua disposição nas páginas, a ênfase em certos temas, linguagens, natureza de conteúdo, e a associação ao órgão público que pretende atingir, o espaço ocupado pela notícia, informa muito da intencionalidade dos agentes responsáveis por sua publicação.

Para trazer à luz o acontecimento, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo (Luca, 2005,p.112).

A dissertação está dividida em três capítulos, e têm como eixo temático de estudo as questões que envolvem a produção e divulgação de notícias sobre o potencial perigo, que a presença de imigrantes alemães e seus descendentes representaria para o país, e a posição dos jornais catarinenses em resposta àquelas notícias.

No primeiro capítulo, intitulado, Os Alemães e os Teuto-brasileiros em Santa Catarina, sob a ótica da bibliografia, serão trabalhados dois aspectos: o primeiro deles visa a abordar de forma cronológica, a imigração alemã no estado de Santa Catarina, para que se possa compreender o contexto da presença germânica naquela região, e suas particularidades em relação a imigração de outras etnias.

Neste capítulo, a partir do debate com a historiografia, são abordados também, assuntos relacionados a cidadania e cultura, trazendo ao debate o *Deutschtum*, o pangermanismo e a germanidade no viés teuto-brasileiro, por meio de uma breve contextualização sobre a trajetória germânica no Brasil.

O segundo capítulo, tem por intuito a interpretação e a análise de artigos e matérias da imprensa, que tratam a questão dos alemães residentes no país sob uma ótica acusatória e estereotipada. Estudamos como a propagação do termo “Perigo Alemão” ocorreu. Assim, o capítulo traz como título: A Construção do “Perigo Alemão” - A Visão Intelectual e Política Acerca do Suposto Plano. Nesta etapa, traz alguns pontos fundamentais para que possamos compreender a relação Brasil e Alemanha na época da Primeira Guerra Mundial. Neste momento, utilizamos como fonte principal o jornal catarinense *O Clarão*, órgão de imprensa anticlerical, pró- aliados e crítico ferrenho do imperialismo alemão. Aparecem também matérias dos jornais *O Clamor* e *O Estado*, ambos de Santa Catarina. A ideologia do “Perigo Alemão” é abordada no viés político e ideológico, que construíram a hipótese sob diferentes pontos de vista.

Neste capítulo, será demonstrado que os fatos mencionados e divulgados pelos periódicos selecionados passaram do plano do discurso para o da prática, sobretudo como consequência da eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando o alemão passou a ser visto como perigo real e iminente à integridade da nação brasileira, levando as autoridades locais a cercearem os direitos dos imigrantes daquela origem e da comunidade teuto-brasileira em geral.

Por fim, no terceiro capítulo “A Desconstrução do “Perigo Alemão” na Imprensa Catarinense”, será utilizado sobretudo o jornal *O Dia* de Florianópolis, pois o periódico veicula diversas matérias negando o “Perigo Alemão”. A análise do periódico, *O Dia*, possibilitou obter razoável compreensão da perseguição sofrida pela comunidade alemã e seus descendentes no período objeto deste estudo. Neste capítulo, descrevemos também as características do jornal *O Dia*, de que maneira o periódico se contrapôs a imprensa favorável aos países aliados, defendendo que, o “Perigo Alemão”, se tratava de uma hipótese sem argumentos reais.

Observadas as iniciativas do jornal *O Dia* na defesa da inexistência do “Perigo Alemão”,



trazemos ao debate a mudança de postura do periódico com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha em 1917. Percebemos que o jornal se adequou as leis da época, fato que não comprova uma mudança de mentalidade dos seus redatores, mas uma adaptação forçada as leis, que obrigavam a imprensa a apoiar a política nacional, que naquele momento estava ao lado da Tríplice Entente .

Finalizo o texto com minhas conclusões acerca da pesquisa, e algumas considerações necessárias sobre o tema. Novamente ressalto que esta dissertação é o início de um trabalho maior, os aspectos nela trabalhados são assuntos que não se encerram aqui, exigem continuidade.

Nas citações diretas oriundas dos jornais, foi mantida a grafia da época (1914-1918). A opção por apresentar no trabalho os textos originais, preserva as características editoriais decada fonte, pois é um fator que contribui para a análise e remete o leitor ao períodoem debate. Os termos utilizados pela historiografia e pelos periódicos conduzem a diversas reflexões acerca do objeto deste estudo o “Perigo Alemão”, a linguagem e a ortografia da época,contribuem para a análise das fonte, os objetivos e as ideias expressas em cada edição.

A análise de discursos foi utilizada, levando em consideração a relevância dos personagens e de suas falas. Foram analisadas opiniões de políticos, jornalistas, militares, imigrantes e populares que de diversas formas contribuem e enriquecem este trabalho. Por meio dos discursos é possível perceber o Brasil no período da Primeira Guerra Mundial, a tensão e os reflexos do conflito na sociedade brasileira e especialmente em Santa Catarina.

Sobre a temporalidade deste trabalho, é importante ressaltar que foram analisadas edições dos periódicos que contemplam a integralidade do período de circulação dos jornais, que serviram como fontes para a pesquisa. Ou seja, foram analisadas todas as edições disponíveis, justamente para uma melhor compreensão do tema objeto deste estudo (Perigo Alemão). Através das edições anteriores a 1914, que muito revelam da política, da visão e da maneira que cada jornal tratava do assunto, podemos entender melhor quem defendia a ideia do “Perigo Alemão”, quando passou a defender e quem repudiava tal ideia, e por quais motivos, para assim, debatermos o período da Primeira Guerra Mundial, com maior claresa acerca das fontes.

## **1 - OS ALEMÃES E OS TEUTO - BRASILEIROS EM SANTA CATARINA**

A imigração alemã no Brasil apresenta particularidades que a distingue das outras etnias que aqui se estabeleceram. A etnia alemã, em menor número do que outras etnias, que aqui aportaram, se destacou positivamente, desde o início do processo imigratório no século XIX, pelo empreendedorismo e pelas virtudes historicamente atreladas aos povos germânicos. No entanto, havia uma significativa parcela da intelectualidade brasileira, muitos adeptos das ideias políticas francesas, que julgavam a presença alemã no país ameaçadora. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, ganharam força estereótipos atrelados aos alemães, considerados resistentes a assimilação.

A imigração alemã foi objeto de inúmeras controvérsias, desde meados do século passado, quando o governo imperial brasileiro passou a incentivá-la com mais vigor. Não representou o maior contingente imigratório que aportou no país, mas certamente suscitou acirrados debates, dados os objetivos precípuos do projeto imigratório brasileiro. As críticas à imigração alemã tornaram-se mais intensas no final do século XIX, quando as especulações sobre o “perigo alemão” passaram a ser construídas a partir da constatação da propaganda pangermanista junto a população de origem alemã estabelecida no país (Seyferth, 1989, p. 113 – 114).

Naquele período, também emergiram na imprensa nacional, com maior visibilidade, matérias vinculadas a doutrina pangermanista, popularmente conhecida como o “Perigo Alemão”.

### **1.1 A ETNIA ALEMÃ EM SANTA CATARINA**

A imigração em Santa Catarina começou por volta de 1828, sendo que os alemães foram os primeiros europeus a adentrarem aquela província, depois dos portugueses para estabelecerem residência. O processo de unificação da Alemanha, completou-se, na segunda metade do século XIX, quando os resquícios revolucionários de 1848, juntamente com o desenvolvimento industrial prussiano e a política de exaltação do espírito nacionalista, consolidaram a expansão dos territórios germânicos, confrontando dessa forma, com os interesses de outros países (Fernandes, 2011).

O que culminou na Guerra dos Ducados (1864), na Guerra Austro-Prussiana (1866) e, por fim, na Guerra Franco-Prussiana (1870 – 1871), sendo esta a responsável, efetivamente, por unificar os estados germânicos, a partir do Tratado de Frankfurt, que define Alsácia e parte da Lorena, como territórios do recém Império Alemão (Fernandes, 2011).

Posterior à Guerra Franco-Prussiana, de 1870/1871, e, mediante as indenizações de guerra que o lado derrotado concedeu em pagar, e a concentração de poder proporcionada pela fundação do Reich, retomou-se o desenvolvimento industrial, que tinha como fulcro a formalização de um Império unificado territorialmente e próspero economicamente (Fernandes, 2011).

Deste modo, concomitantemente à expansão capitalista do século XIX, e com a entrada da Alemanha na corrida imperialista, em regiões africanas e asiáticas, cria-se nos países europeus o receio de que a Alemanha poderia anexar determinados territórios estratégicos na América do Sul. Para Fernandes (2011, p.7), os franceses, diante da derrota na Guerra Franco-Prussiana, seguidos pelos americanos inspirados nos ideários da Doutrina Monroe, foram os principais divulgadores da tese de “Perigo Alemão”, que consistia na probabilidade de as colônias do Sul do Brasil, representarem o ponto de entrada para a expansão imperialista alemã na América do Sul. Tão logo tais justificativas e argumentos ideológicos eclodiram em território nacional, acabaram influenciando as elites brasileiras que permitiram que se difundisse aqui a iminência do perigo estrangeiro, que acabou por afetar diretamente as colônias alemãs no Brasil.

Gertz (2008), aponta que, diferentemente daquilo que se costuma referir em relação aos Estados Unidos, onde os imigrantes alemães teriam se inserido numa realidade caracterizada pelo *meltingpot*, ao qual teriam aderido de forma rápida e com isso teriam desaparecido muito logo como grupo claramente identificado de alemães, a situação brasileira teria sido muito diferente. Aqui, os imigrantes vindos da Alemanha, em geral, foram apontados, como aqueles entre os grupos de imigrantes de maior expressão numérica, ter-se-iam mostrado como os mais resistentes à integração, à miscigenação, à assimilação, mantendo suas características nas regiões que ocuparam, continuando a cultivar de forma persistente, a língua e os modos de vida alemães.

A imigração alemã em Santa Catarina, ocorreu dentro do ciclo das grandes imigrações europeias, no período após as guerras napoleônicas e o início da Primeira Guerra Mundial. Ao abordarmos o tema, entendemos ser conveniente, estabelecer um conceito para a expressão que tantas vezes será utilizada neste trabalho, no caso, o “Imigrante Alemão”. Adotaremos, portanto, a seguinte definição: imigrante alemão é o indivíduo oriundo da Confederação Alemã e depois do Segundo Império, do Império Austríaco e Suíça alemã, de língua, cultura e etnia alemã, que voluntariamente deixou seu país.

A imigração em grande escala, foi uma característica marcante do século XIX, a partir da terceira década daquele século, a imigração foi aumentando significativamente. Em 1846, por exemplo, 60 mil alemães deixaram sua pátria, atingindo o número total de 175 mil em 1852, e dois anos depois, chegavam ao redor de 240 mil, provenientes de estados alemães, sem considerar a Áustria e a Suíça.

As causas principais da imigração alemã em grande escala, foram essencialmente econômicas e sociais. Por motivos políticos também houve imigração, mas comparativamente

numa escala muito menor. A superpopulação nos estados alemães em meados do século XIX, fez com que os meios de subsistência não fossem suficientes, determinando assim grandes levas imigratórias.

Além do fator demográfico, a legislação que determinava a partilha de terras entre os herdeiros em alguns estados alemães, ocasionava a fragmentação da propriedade em lotes cada vez menores, inviabilizando a vida da família camponesa, mesmo em época de boas colheitas.

Com o final das guerras napoleônicas, o artesanato rural entrou em crise, pois os produtos industriais ingleses voltaram a ser comercializados na Europa, com o fim do bloqueio continental. Esta realidade resultou no colapso de muitas manufaturas, sobretudo de tecelagem. Ao lado disto, a mecanização começou a ser introduzida na indústria têxtil dentro da própria Alemanha, o que também concorreu para aumentar o número de imigrantes.

A Prússia era o estado mais populoso da confederação alemã. Com a reorganização da economia em moldes capitalistas, a partir de meados do século XIX, os latifúndios passaram a absorver em grande escala a mão-de-obra assalariada, apenas para a semeadura e colheita, não gozando de qualquer direito. Esta realidade forçava muitos trabalhadores rurais a emigrar. Chega-se, portanto, à conclusão, de que existe uma correlação entre os períodos de alto desemprego e crises, com o alto número de emigrantes.

Aproximadamente, cinco milhões de alemães deixaram sua terra de origem durante o século XIX, forçados pela precariedade político-econômica. Alguns autores afirmam que a maior parte dos imigrantes alemães que vieram para o Brasil eram habitantes das cidades (Willens, 1946, p.53). Mas a realidade é um pouco menos simples, uma vez que a maioria desses emigrantes eram camponeses, que tendo deixado o campo, se dirigiram para as cidades onde foram engrossar o proletariado andrajoso, que a fome, o fracasso das revoluções e as guerras sucessivas acabaram forçando à imigração.

Reconhecendo que naquele contexto, as razões mais importantes que levaram os alemães a deixarem seu país de origem, foram a escassez de terras, a fragmentação das propriedades, o excesso de trabalho nas áreas industrializadas e os baixos salários, tanto dos operários como dos trabalhadores rurais. Além disso havia a propaganda das companhias de colonização e de agentes de emigração, tanto do Brasil como de outros países. Essa propagandase fazia em torno da concessão de terras no Novo Mundo com a afirmação de que todos seriam proprietários, sem qualquer referência às dificuldades que os futuros colonos teriam de enfrentar.

É necessário considerar nesta discussão, que a cidade livre hanseática de Hamburgo, com o maior porto dos estados alemães, dispunha então das melhores condições para o

empreendimento colonizador no Brasil. Também se torna importante nesta abordagem, levar em conta que após a independência, as relações comerciais entre o Brasil e Hamburgo foram bastante intensificadas.

É, portanto, dentro deste contexto que tinha lugar a imigração alemã para Santa Catarina, sendo essa, uma província pouco povoada nas primeiras décadas do século XIX. Verificava-se sobretudo um grande vazio demográfico (branco), na área entre o litoral e o planalto, pois existia a presença de populações indígenas naquela área, fato considerado perigoso naquela época.

As concentrações populacionais (brancas) catarinenses se encontravam localizadas basicamente na faixa litorânea, no eixo São Francisco-Desterro - Laguna, e no planalto dos Campos de Lages. Entre estas duas áreas, praticamente não havia população branca, bem como na região nordeste, que faz limite com o Paraná. Em Santa Catarina não se verificava, como nas demais províncias, uma economia fundamentada no latifúndio, o que favoreceu posteriormente a imigração baseada em pequenas propriedades rurais.

Seyferth (1997, p.127) afirma que desde 1824, foram poucos os períodos em que a entrada de imigrantes alemães no Brasil ultrapassou os dois mil indivíduos anuais. O processo de imigração tem seu ponto de partida no início do século XIX, tomando vulto a partir da década de 1850. Atraídos pela propaganda brasileira no exterior, muitos alemães deixaram os problemas socioeconômicos enfrentados na Europa, para seguir em busca de oportunidades em uma nova terra. O empreendimento imigratório visava a substituição do trabalho escravo, o progressivo branqueamento da população e a ocupação de áreas ainda não habitadas no Brasil, como a região sul. Naquele contexto, o imigrante alemão, considerado laborioso e organizado, venceria rapidamente a indolência e indisposição ao trabalho do negro, assim, representaria fator de desenvolvimento e modernização para o Brasil.

Gertz (1987, p. 15), amparado em estudos anteriores afirma que entre 1820 e 1939, teriam ingressado 233.382 estrangeiros de língua alemã no território nacional. Nesse mesmo período, os imigrantes italianos somariam 1.507.581; os portugueses, 1.428.032; os espanhóis, 596.961; e os japoneses, 182.799. Entre os anos de 1850 e 1871, ano em que se instituiu o Império Alemão, o processo imigratório intensificou-se, mesmo com algumas interrupções passageiras, que questionavam o não-cumprimento das condições divulgadas no estrangeiro, principal atrativo ao imigrante.

Após muita imigração no período inicial, houve uma retração. Novo surto imigratório pode ser constatado entre 1866-1873 e 1880-1885, decrescendo daí em diante. O sudoeste da Alemanha foi a área da qual se deslocou o maior número de colonos. Além das condições

econômicas e sociais, a localização às margens do Reno, facilitava o acesso aos portos transatlânticos holandeses.

Para Willems (1940, p. 134-135), podemos distinguir três grandes fases da emigração alemã. Na primeira fase (1815-1865), os imigrantes são camponeses proprietários de suas terras e pequenos artesãos, com suas famílias. Esta fase por sua vez compreende três etapas: 1815 e 1830, os imigrantes são praticamente todos, oriundos do sudoeste; entre 1830 e 1850, são oriundos de regiões que se caracterizam por uma estrutura econômica que combina agricultura, artesanato rural e indústria caseira; entre 1850 e 1865 são oriundos das regiões agrárias do norte e leste, com exceção da Prússia ao leste do Elba.

Na segunda fase (1865-1895), são oriundos do nordeste da Alemanha, constituindo-se em sua maior parte de jornaleiros, assalariados e pequenos empresários. Nesta fase é comum o emigrante solteiro ou não acompanhado de família (Willems, 1940, p. 134). Na terceira fase (1895-1914), o emigrante solteiro predomina em relação à emigração de famílias. Verifica-se, muitos operários e industriais neste período. A superpopulação deixa de ser motivo de imigração no último quarto do século XIX.

O estudo comparativo entre aumento de produtividade e crescimento populacional, mostra que na segunda metade do século XIX, a produtividade alemã ia superando o índice de crescimento populacional. A partir de 1895, por exemplo, o aumento de produtividade supera o crescimento demográfico. A indústria com sua demanda de mão de obra conseguia absorver a população ativa (Willems, 1940, p. 134-135).

Em função da instabilidade política interna no Brasil devido ao recém criado império, foi enviado para a Europa o major Anton Alois Von Schaeffer, um médico alemão radicado na corte do Rio de Janeiro, com duplo propósito: conquistar simpatias políticas para o reconhecimento do império brasileiro, e angariar soldados junto aos estados da Confederação Alemã, para formar os batalhões estrangeiros a serviço do governo brasileiro.

No entanto, havia uma estrita proibição de se contratar militares nos estados da Confederação Alemã. Para burlar este dispositivo legal, o Major Schaeffer enviava famílias de colonos junto com soldados. Enquanto os militares permaneciam aquartelados no Rio de Janeiro, os colonos eram enviados para as colônias na região sul do país.

Cessados os conflitos em torno da independência brasileira, bem como a guerra cisplatina, deixou de ser necessária a presença de grandes contingentes de soldados estrangeiros. Dada esta nova realidade, os batalhões estrangeiros foram dissolvidos. Os soldados destes batalhões foram então diluídos nos núcleos coloniais recém fundados, que estavam recebendo imigrantes alemães.

Em Santa Catarina, a primeira colônia alemã - São Pedro de Alcântara - foi aí fundada em função da estrada projetada entre Desterro e Lages, que aliás era um projeto de 1792, quando João Alberto Miranda Ribeiro, propusera o estabelecimento de dois núcleos de povoação às margens do caminho de tropas de gado.

Em 28 de novembro de 1828, partiram dois navios do Rio de Janeiro, com destino ao porto de Desterro. A bordo, estavam 146 famílias, oriundas da região do *Hunsrück*, sudoeste da Alemanha. A este grupo, juntaram-se mais 112 ex-soldados, dos batalhões de estrangeiros dissolvidos, perfazendo um total de 635 pessoas, que desembarcaram nesta capital com destino à recém-fundada colônia de São Pedro de Alcântara, que recebera este nome em homenagem ao Imperador (Willems, 1940, p. 134-135).

Estas famílias alemãs, todas católicas, segundo a maioria dos autores, haviam embarcado em Bremen e eram, em sua maioria, camponeses empobrecidos, imersos numa estrutura social que ainda vivia sob o regime senhorial. Fugiam da pobreza em busca de um futuro mais promissor. Os últimos colonos foram fixados nesta área somente em setembro de 1829, devido à lentidão administrativa, associada ao descaso e falta de recursos.

Assim, Willems (1940, p. 134-135) afirma que, no período que compreende a regência e início do segundo Império, a imigração alemã para o Brasil foi praticamente inexpressiva. Este fato deve-se principalmente às vozes que no Brasil faziam oposição à vinda de imigrantes, conseguindo vetar quaisquer gastos com a imigração, que acontecia com subsídios do governo brasileiro. Viveu-se na realidade, um período de intensa xenofobia em relação aos imigrantes.

“...os governos germânicos, compreendendo a vantagem que lhe oferecem os nossos colonizadores, em vez de oporem bem-aventurados embaraços à imigração, facilitam-na por todos os modos, incitam-na, e que por efeito de suas medidas, aparece de novo agora na bela Germânia um movimento de êxodo, análogo ao que a quatorze séculos arrojou as suas bárbaras hordas sobre a Europa ocidental. Demos que este movimento se faz para o Brasil, demos que se multiplicam em nossos portos navios e navios transportando aos milhares esses colonos; dizei-nos: ao cabo de algumas dezenas de anos o que será deste nosso Brasil latino, católico, na presença desse outro Brasil germânico, protestante, em hábitos, em índole, em tudo completamente repulsivo, antagônico, ao Brasil a que pertencemos, de que nos ufanamos? E não falaremos da discordância religiosa. Já para promoverdes a vossa colonização, profundamente feristes a constituição do Estado; reconhecestes cultos que ela declarou não deverem ser reconhecidos; e não só os reconhecestes como os assalariastes [...] E por isso, especialmente, dizemos que a colonização europeia não é desejável; - porque queremos o Brasil - Brasil para todas as gerações de brasileiros, e não o Brasil, terra de lutas sangrentas das duas nações hostis [...] E agora, haverá justiça nesses favores, que à custa do contribuinte brasileiro, fazeis ao estrangeiro, que aqui queria vir estabelecer-se? Sois generosos, pagai-lhes as passagens; dai-lhes alimentos; dai-lhes terras [...] à custa de quem? Essas despesas saem do tesouro, isto é; saem da algibeira de todos nós, do pobre como do rico; ora, não tendes direito de esportular o pobre brasileiro, para socorrer a custa dele, o pobre que ides buscar na Europa. Basta esse vosso procedimento, para lançar sobre vós e sobre os colonos que trouxerdes, um desfavor, um odioso, que vai desde já fomentando sinistras rivalidades. É, pois, dizemos: a colonização europeia não é desejável; sem remediar a vossa lavoura na sua

falta de braços, sem preparar o regime da pequena lavoura e do proprietário trabalhador, só predispõe antagonismos e rivalidades” (Willems *apud* Klug 1991, p.10).

Esta citação traduz dois tipos de sentimentos: xenofobia emocional por um lado e, por outro, uma prevenção em relação aos alemães que poderiam desenvolver-se na nova pátria, ameaçando a segurança daqueles que prosperavam às custas do trabalho servil. As regiões colonizadas por alemães se caracterizaram principalmente pelo regime de pequenas propriedades policultoras, e pelo fato de permanecerem relativamente isoladas, gozando de uma certa autonomia e realizando um comércio em pequena escala, não especializado, dominado por alguns comerciantes proprietários de pequenas lojas nos principais centros coloniais.

É justamente nesse espaço geográfico, que se pode alongar a descrição das atividades econômicas, fator que se revelará de importância para a compreensão do papel desempenhado pelos alemães e seus descendentes em Santa Catarina.

Bilibio (2020), afirma que, considera-se como marco inicial da chegada dos alemães ao estado, o ano de 1828, onde algumas centenas de pessoas se instalaram no atual município de São Pedro de Alcântara, na região litorânea. Contudo, tal experiência não pode ser considerada como o início de um processo que prosseguiria de forma linear e ininterrupta. De fato, é somente na segunda metade do século XIX, que se formaram na província, os principais núcleos de povoamento germânico: a Colônia São Paulo, na região de Blumenau; a Colônia Dona Francisca, na região de Joinville; e a Colônia Itajahy, na cidade de Brusque. Ao todo, são aproximadamente dez regiões coloniais, nas quais os alemães têm maior número e influência.

Apesar da utilização de algumas técnicas agrícolas comuns ao caboclo brasileiro, os colonos alemães implantaram nas colônias catarinenses um sistema econômico que, de certa forma, manteve algumas características peculiares ao campesinato alemão da primeira metade do século XIX: a pequena propriedade agrícola trabalhada pela família em conjunto, associando-se a este trabalho, em certos períodos, o artesanato, a busca do trabalho acessório e a tendência de produzir um excedente para um mercado, efeito da articulação entre a aldeia e a cidade que, na Alemanha dominava a estrutura da economia camponesa (Seyferth, 1974, p.56).

Seyferth (1974, p. 95), afirma, que na área colonial, o transporte e o comércio constituíram-se em monopólio de um pequeno grupo de pessoas estabelecidas nas vilas. A sobrevivência dos colonos em seus lotes dependia estritamente da existência de uma parte da produção para vender no mercado, (ou seja, na venda) embora as transações em dinheiro não fossem tão frequentes. A venda foi extremamente importante, uma vez que toda a economia local girava em torno dela e apenas com poucas exceções as transações comerciais tomaram outro rumo.

O isolamento e a precariedade dos meios de transporte impediam os colonos de levar sua produção para comercializar em locais mais distantes, portanto, estavam sujeitos, assim, a



depender do vendeiro local em todos os sentidos. A venda facilitava o comércio em pequenas quantidades, o colono vendia ou trocava os seus produtos agrícolas e voltava para a sua propriedade levando bens de consumo para uso da família.

O mecanismo de mercado se identificava pelo controle que o vendeiro exercia sobre os preços dos bens e serviços. A venda servia ao mesmo tempo como local de armazenagem de produtos agrícolas e como ponto de distribuição de mercadorias não produzidas na área. O comércio de madeira e o controle dos meios de transporte, a não ser em raras exceções, estava nas mãos do vendeiro. O imigrante começava suas atividades como colono e pequeno proprietário devendo ao vendeiro. Devia também ao governo da província o financiamento da sua propriedade, que deveria ser amortizado em alguns anos (Seyferth, 1974, p. 96).

Os imigrantes alemães entravam na área de colonização trazendo recursos materiais insignificantes. A maioria deixava seu país de origem exatamente por causa das dificuldades econômicas. Eram alojados e durante meses permaneciam sem trabalho (apenas ocasionalmente trabalhavam em obras públicas), à espera das terras, gastando os poucos recursos disponíveis. É nesse período que começam a depender do vendeiro: terminados os vales fornecidos pela administração, o imigrante obtém alimentos para sua família empenhando nas vendas sua futura produção agrícola. Para se instalar na sua propriedade, vai novamente depender do vendeiro, precisa de ferramentas, utensílios domésticos, armas e alimentos, a fim de dar início à exploração agrícola e construir sua casa (Seyferth, 1974, p. 96).

A sujeição se teria dado em parte pela própria natureza do sistema econômico camponês, em que as vendas, funcionando como bancos, davam dupla desvantagem aos colonos: o pagamento de juros ao vendeiro pelo depósito de seu dinheiro, e o crédito obtido, pago com restituição de juros igualmente altos (Seyferth, 1974, p. 96).

Ainda que muitos comerciantes não gozassem de bom conceito devido ao caráter exploratório de sua atividade, não se pode negar sua importância no desenvolvimento da economia nas colônias alemãs. Eles eram os responsáveis pela articulação das unidades produtoras isoladas no conjunto do sistema colonial. Cabia-lhes dar orientação ao colono na sua plantação individual, a fim de fazê-lo compreender seu papel no conjunto de atividades econômica. E cabia-lhes também, prover a colônia com bens, pois ninguém melhor que os vendeiros conhecia suas necessidades (Seyferth, 1974, p. 96).

A primeira relação econômica na região de colonização alemã, foi a articulação orgânica, isto é, interdependente entre colônia e venda, esta relação é apresentada como desvantajosa para o colono, sujeita a exploração econômica do vendeiro. A sujeição se teria dado em parte pela própria natureza do sistema econômico camponês, em que as vendas, funcionando como bancos, davam dupla desvantagem aos colonos: o pagamento de juros ao vendeiro pelo depósito de seu dinheiro, e o crédito obtido, pago com restituição de juros igualmente altos (Seyferth, 1974, p. 96).

Em relação a família, terras virgens e abundantes permitiram que se implantasse, no Brasil meridional, a organização da família-tronco trazida pelos imigrantes de língua germânica. Contrariamente ao que sucedeu no país de origem, a família-tronco encontrou, condições de desenvolvimento favorável. O valor relativamente baixo das terras, facilitou aos pais, estabelecerem os filhos em propriedades agrícolas.

Os colonos consideravam uma prole numerosa como riqueza, pois os filhos ajudavam na propriedade, como auxiliares não remunerados, até constituírem família própria. Não só a aglomeração local de muitos parentes, mas principalmente a urbanização determinaram a constituição de sistemas familiares. A economia rural não possuía estímulos suficientemente poderosos para agregar os indivíduos dessa maneira. Mas o aparecimento de núcleos urbanos com suas possibilidades industriais, associadas frequentemente a atividades políticas, criou condições propícias ao desenvolvimento de grandes-famílias.

Diferenças de classe social que impediam casamentos entre teutos e lusos, não existiam, muitas vezes entre indivíduos de origem alemã, polonesa ou russa. Daí o fato de grande número de casamentos interétnicos ocorrerem entre componentes dessas etnias. Porém, avaliações etnocêntricas de cultura, levaram à formação de preconceitos baseados em representações estereotipadas do brasileiro.

A experiência ensina que os estereótipos representam um dos obstáculos mais sérios à miscigenação. Na opinião pré-concebida dos teuto-brasileiros, os lusos eram racionalmente inferiores, em virtude da mestiçagem com africanos e indígenas. Portanto, para os colonos alemães, o brasileiro supostamente seria avesso ao trabalho e a brasileira gozaria de má fama como dona de casa. Observações realizadas, em diversas áreas do Brasil meridional, sugeriram que agricultores assumiam atitudes mais conservadoras do que operários industriais, no que diz respeito à origem étnica das pessoas com quem se casavam.

Portanto, casamentos entre pessoas de origem distinta, eram raros entre agricultores e relativamente mais frequentes entre operários urbanos. A maior parte dos estudos que tratam da colonização alemã no sul do Brasil, sugerem que a industrialização partiu do artesanato, ou seja, as oficinas se transformaram em fábricas. A realidade, porém, não é tão simples, mesmo o melhor artesão precisava trabalhar na lavoura, uma vez que, as necessidades de sobrevivência, faziam com que cada família produzisse a maior parte dos artigos de consumo.

O que é extremamente importante no caso da imigração alemã não é a quantidade de pessoas que entraram nos vários períodos, mas sim o fato de que os colonos dessa origem se concentraram em determinadas áreas, longe do contato com elementos luso-brasileiros.

As colônias alemãs, em geral, ficaram isoladas durante várias décadas, antes de serem introduzidos nelas imigrantes de outras procedências, principalmente italianos, o que sucedeu somente em 1870. Formaram-se, então, no sul do Brasil núcleos coloniais etnicamente homogêneos, nos quais a introdução posterior de imigrantes de outra origem não alterou

fundamentalmente o sistema de colonização (Seyferth, 1974, p. 29-33).

Além disso, é importante salientar que as atividades artesanais eram quase sempre exercidas por um indivíduo, quando muito auxiliado por um dos seus filhos. Para Seyferth (1974, p. 120), a expansão da produção artesanal, se vincula ao aumento do mercado interno catarinense. Na medida em que a população aumenta, a divisão do trabalho deixa de ser uma simples atribuição de tarefas dentro da propriedade colonial e o trabalho artesanal passa a ser uma especialidade, com possibilidades de rendimento.

Em consequência disso, apareceu toda uma série de pequenas indústrias, vinculadas às matérias primas locais (lavoura e madeira) e às necessidades imediatas da colônia, exceção feita às cervejarias e curtumes. Essa indústria vinculada ao artesanato, era de proporção muito reduzida e em muitos casos limitada a atividade de uma família. A dimensão da indústria derivada do artesanato é muito pequena quando comparada com a indústria têxtil, de caráter acentuadamente vertical (Seyferth, 1974).

As fecularias, a indústria de tecelagem e fiação e a extrativa mineral tiveram origem muito distinta do artesanato. Verificando o número de pessoas ocupadas em cada ramo da indústria, veremos que a maioria se concentrava na área da fiação e tecelagem, mais de 80%, portanto (Seyferth, 1974, p. 145). É, pois, fácil inferir que a industrialização das colônias, não foi produto de um lento progresso da atividade artesanal. Os artesãos não tinham condições técnicas e nem capital para iniciar a atividade têxtil.

Numa região de matas, com pequenas propriedades agrícolas geradoras de parco excedente econômico, os estabelecimentos industriais se desenvolveram sem recursos provenientes do Estado ou de intermediários financeiros localizados junto aos grandes núcleos econômicos geradores de capitais, mas exclusivamente com poupança local. Se existiu algum local de ligação externa, como muitos o querem, este não se teria realizado por intermédio das regiões economicamente mais desenvolvidas do país, mas sim pela expansão da economia capitalista alemã, hipótese ainda questionável dada a insignificância da economia catarinense para os projetos internacionais. Tratava-se, antes, de relações pessoais no intercâmbio entre os comerciantes alemães e os imigrantes da mesma origem.

Bilibio (2020), tendo como base os estudos de Cunha (1992, p. 26), pode-se inferir quanto às origens do empresariado catarinense, a participação marcante de imigrantes alemães especializados e de seus descendentes nas indústrias têxteis, metalmeccânica e em vários segmentos do ramo alimentar. Ao organizar temporalmente a economia catarinense, enfatizando a atividade industrial, percebe os períodos que marcam o século XX. O primeiro recorte, chamado de (Primeira Fase do Desenvolvimento Industrial 1880-1914), captura justamente, o período da Primeira Guerra Mundial, que interessa à descrição que ora se propõe:

Observa-se, porém, que a plena utilização da capacidade produtiva ocorrerá na fase inicial do período 1914-1945, com a conflagração da Primeira Guerra Mundial. Ressalta-se que esse período se caracterizou pela transição entre os estágios de

predominância das indústrias artesanais para as fábricas de pequeno porte. Vários fatores contribuíram para a ocorrência deste novo momento da economia estadual, enumerando-se: a constituição de núcleos urbanos em alguns pontos do estado, notadamente os situados nas zonas onde a colonização europeia já se encontrava consolidada, aumentando, em decorrência, o grau de divisão do trabalho entre o meio urbano e rural, tornando mais complexas as inter-relações econômicas; - a geração de maior volume de excedentes, que proporcionou a apropriação de partes dos mesmos por grupos de agentes – comerciantes, agricultores bem sucedidos – que puderam assim transferi-los para a cobertura de investimentos em atividades industriais de pequeno porte - o aprimoramento do sistema de transporte, que facilitou a comercialização dos excedentes, pelo maior acesso aos portos de embarque (Cunha, 1992, p. 24-25).

Porém, Cunha (1992) observa a importância dos estrangeiros para um incremento da atividade industrial em Santa Catarina, ao considerar que as regiões mais próximas do litoral, as primeiras a receberem estes grupos, vão estabelecer suas atividades e, aos poucos, caracterizar a região como produtora de diversos bens industriais. Contudo, é necessário salientar que entre os grupos de imigrantes, os alemães se mostram muito capacitados a essas atividades. Este fato é confirmado pelos estudos de Cabral (1983), ao afirmar que:

É de 1880 a estruturação da primeira indústria têxtil, iniciada como artesanato familiar em 1879, pelos irmãos Hering, imigrados da Saxônia, com uma pequena malharia, que se transformaria na Cia. Hering. Logo em seguida, em 1882, Johann Karsten e Gustavo Roeder organizam uma tecelagem, que, anos mais tarde, seria a Cia. Têxtil Karsten. O mesmo Roeder, em 1884, lança os fundamentos da atual empresa industrial Garcia, tomando, aqui, o nome do ribeirão em cujas margens se instalou. No ano de 1880, August Otte inicia a industrialização do couro, com o seu curtume, que persiste até hoje. Na mesma época, por volta de 1886, são lançados os fundamentos da indústria metalúrgica, quando K. Ernst Auerbach instala a sua pequena fundição, que se transformaria na atual Eletro-Aço Altona S.A. Na mesma década, tem início a primeira indústria tipográfica, não só para pequenos serviços de impressão, mas para a edição de jornais e outros periódicos e publicações (Cabral, 1983, p. 406).

Bilibio (2020) aponta que, Cabral (1983) cita ainda outras atividades, como os laticínios, a fabricação de artefatos de madeira, fósforos, alimentos, chapéus e roupas, sempre com a acentuada presença de alemães e seus filhos. Aliando a questão industrial com a questão social, Seyferth (1999, p.70), explica como os alemães aplicaram seus capitais e se tornaram parte das elites locais:

Os comerciantes, então, formavam a . econômica das duas sedes municipais criadas pela emancipação política das colônias Blumenau e Brusque, no início da década de 1880. Acumularam capital suficiente para investir na atividade industrial, embora nem todas as indústrias tenham surgido diretamente ligadas ao sistema colônia-venda (Seyferth, 1999, p. 70).

Cabral (1971, p.30-40), contribui para a descrição da importância dos alemães, ao esclarecer como ocorreu a criação de duas colônias, situadas em regiões estratégicas do estado de Santa Catarina ao mencionar que:

Nota-se na formação das de sangue alemão, a empresa privada comandando as primeiras ações: D. Francisca, da sociedade Hamburguesa de Colonização, em terras de patrimônio particular (embora de cabeças coroadas da família imperial brasileira) em 1850; e Blumenau, em 1852, cuja iniciativa e organização coube ao Dr. Hermann Blumenau, concessão particular e que, se em certa ocasião, por dificuldades financeiras teve de reverter ao governo a área doada, mediante compra, conservou ele a testa da colônia o seu criador, evitando assim uma solução de continuidade na sua trajetória vital que poderia ter sido de trágicas consequências, (Cabral, 1971, p. 39-40).

Para Bilibio (2020), essas colônias, impulsionaram e consolidaram os núcleos urbanos de Blumenau e Joinville, duas das maiores cidades catarinenses. Os grandes centros de colonização alemã em Santa Catarina, só vieram a existir com a fundação de Blumenau e Joinville, em 1850 e 1851, respectivamente. Isto se deveu às atividades empreendidas pelo colonizador particular Dr. Hermann Otto Bruno Blumenau e pela “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, que foi uma das empresas mais bem sucedidas na atividade de emigração para Santa Catarina.

Portanto, em muitas regiões o complexo propriedade-organização familiar, se arraigou à cultura teuto-brasileira, encontrando aqui condições mais propícias de desenvolvimento do que no próprio país de origem dos imigrantes. A cultura dos imigrantes alemães, foi alvo de mudanças mais ou menos profundas em todas as áreas do Brasil colonizadas por eles. Diferenças sobretudo do meio geográfico, devem ser responsabilizadas pelo abandono, ou pela substituição parcial de inúmeros elementos da cultura material e tecnológica. A dispersão dos colonos e seu isolamento, condicionaram novas formas de organização social, em que a família e a vizinhança, chegaram a desempenhar um papel mais importante do que na sociedade de origem.

Os colonos estruturaram suas comunidades se baseando principalmente na pequena propriedade e no trabalho da família. Fundadas sobre essas duas instituições, ambas estranhas à sociedade nativa, as comunidades teuto-brasileiras, enquanto puramente agrícolas, permaneceram pouco acessíveis a influências culturais brasileiras. Apesar do isolamento das grandes comunidades homogêneas, houve hibridação cultural, ou em outros termos, considerável número de elementos da cultura brasileira foi integrado a nova configuração da sociedade.

A adoção de uma porção cada vez maior de elementos da cultura brasileira, tornou-se uma técnica destinada a quebrar o isolamento das comunidades locais. Porém, muitas comunidades teuto-brasileiras, a princípio puramente agrícolas, urbanizaram-se e, abandonando o artigo exclusivo agrícola, atraíram grande número de elementos étnicos. Ao mesmo tempo, a estratificação interna dessas comunidades intensificou-se: surgiu um proletariado industrial e uma classe capitalista. Quanto à acumulação de riquezas, nota-se uma diferença evidente entre católicos e protestantes.

A divisão religiosa dos imigrantes em católicos e protestantes influenciou intensamente o processo de aculturação. Para o protestante a assimilação tinha um significado religioso, ao passo que a igreja católica se mostrava indiferente. Em geral, a assimilação dos católicos foi mais rápida do que a dos protestantes.

No patrimônio cultural da maioria dos imigrantes alemães, já figurava a escola de alfabetização. Não a encontrando nas zonas rurais dos estados sulinos, os colonos organizaram um tipo de escola comunal ou paroquial, que em parte, constituía uma solução original,

correspondendo a necessidades específicas.

Mudanças estruturais na sociedade germano - brasileira e a competição com a escola pública, conduziram a importantes mudanças nas instituições escolares comunais. Assim, a iniciativa das comunidades germânicas que não obtiveram do Estado, o apoio necessário para a instrução, alfabetização e integração nacional, passou a ser vista como resistência e conseqüentemente como uma ameaça.

Naquele contexto, como veículos de informação, os jornais, dadas as articulações históricas, agiram como força ativa na constituição de processos de “hegemonia” social, pois atuaram diretamente na articulação, na divulgação e na disseminação de projetos, valores, ideias e comportamentos, em sua atividade de produção de informação e, por consequência, na formação de uma visão imediata de realidade.

Portanto, a eleição de jornais como objetos de estudo, torna-se justificável, ao se compreender a imprensa como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção nas relações sociais. Assim, se trata de uma fonte, que não deve ser entendida apenas como transmissor imparcial dos fatos ocorridos em determinado contexto, pois se encontra inserida em uma realidade político-social que evidentemente é refletida em seus textos, os quais se tornam por consequência, representantes de ideologias e posições defendidas pelos veículos de comunicação.

Fato substancial para o fortalecimento da ideia de que os alemães eram representantes de um perigo que se instaurou em território nacional, é o pioneirismo desses imigrantes em território brasileiro, se comparados aos demais povos europeus não portugueses, uma vez que a imigração quantitativa dos mesmos só ocorreu por volta de 1870. A imigração alemã foi apoiada pelo governo brasileiro, a partir do decreto datado de 16 de março de 1820, que menciona o seguinte: considerando a vontade de migrar que os diferentes povos da Alemanha e de outros países manifestam pelo excesso de suas populações, e considerando oportuno o estabelecimento de colônias estrangeiras no seu Reino do Brasil, seja para bem deste mesmo Reino, seja para bem das famílias e pessoas que formarão as ditas colônias, Sua Fidelíssima Majestade Real se dignou determinar as condições sob as quais estes colonos deverão ser admitidos e as vantagens que lhe serão outorgadas.

O decreto pode ser associado a dois fatores incomuns: o primeiro relativo ao branqueamento da população, haja vista que, de 3.500.000 brasileiros, havia 1.500.000 escravos e 500.000 libertos, ou seja, eram negros também; o segundo, relativo à introdução e à ocupação de terras devolutas na região sul do Brasil, pois as tensões diplomáticas nas cisplatinas eram evidentes. Como contenção, o Brasil precaveu-se com a distribuição de terras para colonos. Sendo assim, em 1824 chegaram as primeiras ondas migratórias para o povoamento dessas áreas. Durante aproximadamente 50 anos, os alemães exerceram duplo papel no Brasil, pois, se de um lado, exerceram deliberadamente uma influência étnica desejada na formação do país, por outro, preservaram em suas colônias a identidade alemã. O “enquistamento étnico”, entendido aqui como a preservação de traços culturais típicos da nacionalidade de origem, consolidou, no imaginário brasileiro, as concepções de não assimilação e, por conseguinte, de “Perigo Alemão” (Siriani *apud* Fernandes, 2011, p. 12).

O sentimento de pertencimento identitário dos alemães é consequência, como afirma Seyferth (1987, p. 124), do próprio sistema de colonização empregado pelo Brasil.

Deve ser ressaltado, porém, que o isolamento étnico da maior parte da população de origem alemã estabelecida no Brasil, em parte, foi consequência do próprio sistema de colonização, através do qual os imigrantes europeus ocuparam terras devolutas, áreas pioneiras, sob controle direto ou indireto do Estado, sem qualquer preocupação com a integração destes à sociedade brasileira (Seyferth, 1987, p. 124).

Seyferth (1987, p. 124) aponta que o fato de estarem concentrados em determinados espaços geográficos relativamente isolados e por ocuparem áreas pioneiras e enfrentarem as dificuldades impostas pela situação, as colônias alemãs preservam sua individualidade étnica, a partir dos casamentos endogâmicos, da criação de sociedades de ajuda mútua e da propagação dos ideários *Deutschtum* (Germanidade ou Germanismo), que constituíam a valorização dos costumes culturais, à exemplo da língua e a unidade étnica.

## 1.2 GERMANISMO E GERMANIDADE

No início do Séc. XIX, a Alemanha tal como a conhecemos atualmente, não existia, ao ser formada por diversas regiões independentes que se fundiram e se separaram, na forma de estados, ligas e impérios, sendo difícil nesta circunstância falar em nacionalidade. Portanto, é possível afirmar que porções da Áustria, Luxemburgo e da Suíça, compartilhavam diversos aspectos culturais, como a língua e a história (Miranda, 2008).

Sendo o maior exemplo disso, os pomeranos, muito presentes entre os imigrantes de origem germânica que vieram para o Brasil no Século XIX. A Pomerânia atualmente se encontra como parte integrante da porção norte do território polonês, estando às margens do Mar Báltico, como resultado dos desfechos da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, anteriormente a este período aquela região pertencia à Alemanha (Miranda, 2008).

De acordo com Azevedo e Dos Santos (2017), o principal fator responsável por garantir a resistência dos pomeranos em se integrar à ordem social é o “*Deutschtum*”, termo que pode ser traduzido por germanidade, o que para o caso brasileiro seria a “brasilidade”. E que tem por característica a percepção de que o direito de sangue é o fator determinante para a nacionalidade, até mesmo acima do Estado, regras de cidadania e nascimento.

No final do século XIX e início do século XX, imigrantes e descendentes de imigrantes alemães radicados no Sul do Brasil, passaram a promover a defesa da ideologia da germanidade ou do *Deutschtum*. Gertz (1987, p. 92-105), define ideologia como (germanismo) e seus efeitos práticos como (germanidade), agregando, eventualmente, temas como identidade étnico-cultural ou nacional, memória individual ou coletiva.

Utilizaremos a expressão “germanismo” para designar referências ao caráter alemão, enquanto, germanidade pretenderá designar uma realidade que evidencia traços demográficos, materiais e culturais alemães, tema que será explorado com maiores detalhes no próximo tópico. O *Deutschtum*, o germanismo, existia como ideologia e como prática na construção, sobretudo, de instituições. Como ideologia, defendia a manutenção da pureza étnica e a identidade cultural e religiosa dos imigrantes alemães e de seus descendentes. Isso significava a aversão a casamentos interétnicos, manutenção da língua por meio da educação formal e informal, e cultivo de costumes alemães com o auxílio da educação informal em instituições diversas, incluindo as religiosas.

Se levarmos em conta a realidade dos alemães emigrados para os Estados Unidos, grandes diferenças podem ser observadas, ao abandonarem de imediato sua germanidade e se tornavam americanos. Mas especificamente, Schmidt, de uma hora para outra, virava Smith, Trumpf virava Trump, e nunca mais falavam alemão.

Por esta razão, é necessário agregar outros fatores e perguntar, por que aqui não foi igual? O projeto de colonização com alemães (mais tarde, italianos e poloneses) no sul do país, se deu em regiões de relativo vazio populacional, aonde foram amplamente majoritários, e exerceram o predomínio social (sobre eventuais “caboclos”, índios, negros), de forma que não eram desafiados a esquecer ou apagar sua germanidade. Assim, mantiveram-se não só traços culturais, mas inclusive físicos decorrentes da endogamia.

A manutenção da língua, por um percentual significativo da população, e certo grau de endogamia, podem ser parcialmente explicados como resultado de uma tendência natural do ser humano, em viver assim como sempre viveu, há outros elementos que decorreram de decisões do conjunto ou de parcelas da população. Em relação a esse aspecto, cabe lembrar, em primeiro lugar, o associativismo recreativo-cultural, destinado a fomentar dois costumes supostamente típicos da mentalidade alemã, a *Geselligkeit* a *Gemütlichkeit* (Gertz, 2021, p. 366).

Na língua alemã, existe apenas uma palavra para doutrina ou ideologia, para germanismo e germanidade, “*Deutschtum*”. Que pode caracterizar um discurso, uma doutrinação que tem por objetivo enaltecer a raça, o sangue e a cultura alemães. Essa mesma palavra, no entanto, também pode ser empregada num sentido neutro, para designar a entidade populacional referida, isto é, o conjunto de pessoas de origem alemã (Gertz, 1987).

A defesa dessa ideologia, que ao longo do tempo teve intensidade variada, despertou reações por parte de intelectuais e de homens do governo brasileiro, que estavam empenhados na construção do estado e da identidade nacional. Essas reações se mostraram mais acentuadas e notadas durante a primeira e a segunda guerras mundiais e deram origem ao mito do “Perigo



Alemão”. O “Perigo Alemão” se consistiu em um real ou hipotético patrocínio, por parte do imperialismo germânico, de uma secessão de territórios do Brasil meridional, que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha.

A princípio os imigrantes e seus descendentes, caracterizavam-se pela sua atitude passiva diante da política brasileira. Pequenos lavradores, trabalhadores rurais e artífices, nunca tinham ouvido coisa alguma de direitos políticos na sua velha pátria. O papel político desses imigrantes restringira-se a súditos, a quem nunca se havia dado oportunidade de participar do poder.

Portanto, compreende-se que o *Deutschtum* participa significativamente de uma subjetividade socializada, que tem por característica integrar as experiências passadas dos imigrantes alemães e opera na forma de um leque de percepções e atitudes com base em esquemas valorativos inconscientes e introjetados, à maneira de um *habitus* (Azevedo; Dos Santos, 2017).

Azevedo e Dos Santos (2017) argumentam que compreender a força deste *Deutschtum* sobre a formação do *habitus* do camponês pomerano, passa necessariamente pelo estudo de duas posições antagônicas que marcaram a história da Alemanha, no que diz respeito a este processo de unificação do estado nacional alemão. De um lado está um esforço pela unificação política, e de outro, o entendimento sobre a necessidade de se reconhecer as particularidades de cada Estado.

Quanto à formação do sentimento nacionalista alemão, Azevedo e Dos Santos (2017) afirmam que isto se deve aos integrantes do movimento romântico, embora não se possa negar a influência das rusgas entre França e Alemanha, devido ao período de dominação napoleônica, fazendo com que o ideal cultivado pelos alemães, esteja mais próximo de uma ideia de nação, do que de uma ideia de um Estado Nacional.

A vinda dos imigrantes alemães para o Brasil, se deve em boa medida a interpretação de que na América existia a possibilidade de uma ascensão social muito mais acelerada comparativamente à Europa, pelo fato de a estrutura social do continente ser menos rígida do que a europeia (Mossmann Sobrinho, 2014). Entretanto, a colonização foi marcada por fluxos e refluxos, uma vez que devido ao alto custo das viagens, nem sempre era possível manter uma regularidade no fluxo dos colonos, ao ponto de empreendedores como Hermann Blumenau solicitarem auxílio financeiro ao governo imperial (De Almeida, 2015).

Portanto, o que fica claro, é que a respeito das diferenças culturais, é possível compartilhar o sentimento de germanidade, na forma do *Deutschtum*. Um termo que segundo Azevedo e Dos Santos (2017), passou a aparecer na imprensa alemã ao menos desde 1852, também pela influência da chegada ao Brasil de pastores protestantes alemães. Portanto, o

*Deutschtum*, se expressa como uma ideia de solidariedade e igualdade entre sujeitos que partilham de uma mesma identidade étnica, como se fosse uma espécie de patrimônio cultural alemão.

De Almeida (2015), afirma, que a colonização não se deu sem a manifestação de desconfianças entre os imigrantes vindos de países diferentes, como é o caso de um crescente sentimento de insegurança, por parte dos luso-brasileiros em relação às colônias alemãs, o que se explica em parte pela percepção de que estaria se formando um “espírito de raça”, em específico por parte de políticos e agentes relacionados à administração de Blumenau. Teoria que foi repercutida por periódicos anticlericais e defensores da existência de um “Perigo Alemão”.

Neumann (2014) considera que no local de chegada, os imigrantes buscam reconstruir suas identidades individuais e de grupos étnicos, portanto, avalia que a formação da identidade é um processo relacional, ao envolver a construção e a afirmação de um “nós”, em relação a um “outro”.

O termo *Deutschtum* é usado às vezes para designar simplesmente o conjunto da população de alemães e seus descendentes. Mas de uma maneira geral entende-se por *Deutschtum* uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã. A palavra também pode aparecer significando as duas coisas ao mesmo tempo. “...nas memórias destes descendentes está implícita a ideia de um povo (...) um germanismo que pertence a todos os indivíduos que possuam uma origem e uma etnicidade (Voigt, 2017, p. 149), no caso, alemã.

É difícil determinar quando a ideologia do germanismo assumiu proporções significativas. Provavelmente havia germanistas entre os primeiros imigrantes, mas a reflexão sobre a preservação consciente da germanidade, por meio da manutenção da língua, dos costumes e da pureza do sangue é algo que coincide, grosso modo, com o interesse da Alemanha pelos seus emigrados, a partir do último quartel do século XIX (Gertz, 1991, p. 32).

Os efeitos práticos do *Deutschtum*, foram a disseminação progressiva de instituições de caráter cultural, recreativo, esportivo, religioso, educacional, social e econômico. Nas duas últimas décadas do século XIX, e nas primeiras duas décadas do século XX, ocorreu uma grande expansão de instituições alemãs nas mais diferentes áreas.

Associações escolares e de professores, de sínodos luteranos, de associações socioeconômicas, como o *Volksverein* (União Popular), ligas esportivas, ligas de sociedades recreativas e jornais em língua alemã experimentaram seu período áureo. Muitas dessas instituições mantinham intenso intercâmbio com congêneres alemães ou até mesmo eram

supervisionadas por instâncias. É o caso das igrejas luteranas, para as quais foi nomeado, por instâncias eclesiásticas alemãs, um *ständiger Vertreter*, um representante permanente, com residência no Brasil.

Gertz (1987, p. 92-105) afirma que, no início da Primeira Guerra Mundial, os efeitos dessa ideologia e dessa prática puderam ser sentidos sob diversas formas. Uma das lideranças germanistas de maior destaque no Rio Grande do Sul para o período anterior à guerra foi o pastor Wilhelm Rotermund. Ao iniciar a guerra, ele mandou uma circular às comunidades luteranas recomendando “uma intercessão em favor de um final da luta dos povos, honroso e rico em bênçãos para a Alemanha, para a germanidade e para a Igreja evangélica da Alemanha”. Na comunidade evangélica de Florianópolis, o discurso foi semelhante. O pastor Kurt Brunow escreveu, que “as pregações neste tempo de guerra enfatizaram o interesse caloroso pela luta sagrada de nossos irmãos e nossos sentimentos feridos”.

Não há dúvida, de que não se pode falar de germanismo e germanidade no sul do Brasil, sem fazer referência ao campo religioso, a igrejas, pastores, padres. Consta que, entre os imigrantes vindos da Alemanha para o Brasil, predominaram os luteranos. Desde o início, vieram pastores alemães para prestar serviços religiosos, ainda que sua presença fosse esparsa. De forma que muitos lugares ficaram sem atendimento por parte de clérigos formados, fato que gerou a disseminação daquilo que pastores que vieram mais tarde classificaram (pejorativamente) como “pseudoautores”.

Figura que hoje é conhecida como “pastores-colonos”, caracterizados por leigos que assumiram o papel de atendentes das comunidades, sendo que para o final do século XIX, o maior afluxo de pastores da Alemanha gerou certa normalização e o surgimento de instituições eclesiásticas denominadas sínodos (Dreher, 1984; Prien, 2001).

Lima (2009, p. 179), afirma que a falta de políticas públicas para a integração do alemão à sociedade brasileira, promoveu o isolamento de parte dos imigrantes nas colônias afastadas dos núcleos populacionais brasileiros. Desta forma, o colono isolado do resto do Brasil, praticou a endogamia e manteve seus costumes natais, como a preservação da língua e de ideologias, formando os quistos raciais. Os imigrantes que foram encaminhados aos centros urbanos, passaram por um processo de integração mais relevante, porém, também evitaram o processo de caboclarização, mantendo suas escolas, igrejas, associações recreativas, e a produção de periódicos em seu idioma natal.

Seyferth (1989, p. 149), ressalta que o *Deutschtum* e o discurso sobre o branqueamento, eram ambas ideologias baseadas em preconceitos racistas e irredutíveis entre si. Portanto, o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial foi particularmente complicado para a

população de origem alemã, concentrada no sul do país. As questões ideológicas foram mantidas e reforçadas por intelectuais que disseminaram o *Deutschtum*, preservando a identidade étnica que somada à utilização da língua alemã, às crenças evangélicas luteranas e a endogamia são fundamentais para o *Auslandsdeutscher* (alemães no exterior), onde se cria uma pátria fora da Alemanha, onde houver alemães (*Heimat*) (Seyferth, 1989).

Um segmento dos imigrantes ainda aderiu ao *Deutsch-brasilianer* (teuto-brasileiros), o qual não pertencia ao grupo de alemães fechados em colônias e nem aos brasileiros. Na questão étnico-cultural permaneciam alemães, porém reivindicavam a cidadania brasileira. Os indícios de uma suposta ou efetiva sobrevivência de traços de germanidade no sul do Brasil, tiveram efeito não só interno, mas também internacionalmente, dando origem a uma campanha contra o “Perigo Alemão”, que se estendeu de 1870 a 1945.

Na campanha não se envolveram apenas francófilos, mas até conhecidos germanófilos brasileiros, à exemplo de Sylvio Romero. Políticos e intelectuais de vários países alertaram para os interesses imperialistas que a Alemanha teria em relação ao sul do Brasil, onde imigrantes e descendentes teriam se mantido “alemães” e apegados ao seu país de origem e o que representaria uma potencial cabeça-de-ponte para uma ocupação político-militar (Gertz, 1987).

Gertz (1987, p. 92-105), aponta que faltam estudos consistentes sobre germanismo e germanidade no pós-guerra. Sem dúvida, uma parcela da população, sobretudo urbana, tomou decisões drásticas de, por exemplo, proibir que se voltasse a falar uma só palavra em alemão, dentro de casa. Em zonas rurais ou povoados, a língua foi retomada.

Além disso, o fluxo migratório em grande escala cessou. O germanismo perdeu a maior parte de sua influência na Alemanha e a opinião pública alemã, não se interessava pelos alemães no exterior. Se até a Segunda Guerra em muitas instituições e universidades alemãs se dedicava grande interesse a esse tema, hoje ele não existe mais. A expressão “Perigo Alemão”, que será utilizada pela imprensa com grande frequência, seja no sentido de acusação, seja no de desmistificação neste trabalho, pode ser resumida na proposição seguinte:

Desde o final do século XIX, com o crescente contingente de imigrantes alemães que se fixaram no sul do país, a questão do “perigo germânico” ou “tedesco” colocara-se no horizonte de representações nacionalistas que tinham como referente, de um lado, o nacionalismo e, de outro, pela necessidade de identificação de um inimigo interno, a presença desse grupo étnico e sua cultura. De fato, os imigrantes de origem alemã e seus descendentes defendiam uma cultura da germanidade (*Deutschum*), que se traduzia pelo uso do idioma alemão nas colônias de frentes pioneiras rio-grandenses, catarinenses e paranaenses (Malatian, 2013, p. 209).

A imprensa nacional da época, travava uma verdadeira batalha entre germanófilos e aliados. A concepção ideológica do *Deutschtum* advém do termo *Volktum*, tangenciado pelo nacionalismo romântico – ufanista alemão do século XIX. Sendo assim, o prisma nacional era

defendido por tradições culturais e não pela nacionalidade, desvinculando-o da eventual cidadania de outra nação. Em 1891, foi criada a Liga Pangermânica “*Alldeutscher Verband*”, que apoiava as associações, cujo intuito era preservar a nacionalidade alemã, tanto pelo lado financeiro quanto pelo ideológico, como destaca, em seu estudo, Marionilde Brepohl: Divulgação e propagação dos planos expansionistas da germanidade, união integral da germanidade em todo mundo, campanha em favor da germanidade no exterior (Seyferth 1981, p. 3-20 ).

Portanto, membros dessa instituição classificavam os colonos de origem alemã no Brasil como “alemães no exterior”, *Auslandsdeutsche* e entendiam que a região das colônias de imigrantes alemães, não poderia ser administrada como domínios ou protetorados coloniais, mas que, por representar o reino alemão e um potente mercado consumidor de produtos alemães, deveria ser beneficiada por uma política econômica sistemática, visando à obtenção de lucros com esse mercado em potencial. Dessa forma, as colônias existentes no Brasil eram vistas como possíveis fontes de renda para a Alemanha.

As ideias propagadas pela Liga Pangermânica incentivaram a conservação do *Deutschtum*, sem ter em conta o local de nascimento do alemão, pois a germanidade era uma questão herdada por laços culturais e permitia considerar alemão todo aquele que possuía “sangue alemão”. Tal condição permitia ser cidadão brasileiro (a cidadania), mas fiel à nacionalidade de seus antepassados de origem alemã (a origem). Portanto, duas concepções de cidadania, uma brasileira, apoiada no *jus solis*, ligada ao território, e outra apoiada no *jus sanguinis*, fundamentam as concepções e valores étnicos.

Gertz (2008, p. 122), repercutindo a tese do historiador alemão Jurger Hell publicada em 1966 intitulada “A política do Império Alemão com vistas à transformação do sul do Brasil em uma Nova Alemanha Transatlântica (1890-1915)”, observa que os ideais da liga pangermânica não se faziam infundados, pois o interesse econômico pelas regiões brasileiras era anterior até mesmo, ao ingresso da Alemanha na corrida imperialista:

A ideia de uma ‘Nova Alemanha’ na América do Sul remonta a um memorando redigido em 1826, e ela experimentou, na primeira metade do século XIX, formas as mais diversas, dentro do contexto de uma emigração em massa. Sua execução foi assumida, depois da criação do Império Alemão, pelos porta-vozes da indústria de exportação e pelos ‘entusiastas colonialistas’ provenientes dos setores sociais médios, os quais, entre outros, criaram o *Zentralverein für Handels geographie und Forderung Deutscher Interessenim Ausland* [Sociedade Central de Geografia Comercial e de Fomento dos Interesses Alemães no Exterior], o *Kolonialverein* [Sociedade Colonial] (desde 1884), o *Alldeutscher Verband* [Liga Pangermânica] (desde 1891), orientando sua atividade para o sul do Brasil. Mesmo antes que a África entrasse no foco das atenções colonialistas, esses grupos concentraram sua atuação no sentido de transformar o sul do Brasil num território alemão, numa Nova Alemanha Brasileira (Hell *apud* Gertz, 2008, p. 122).

Os setores econômicos e sociais ligados às associações de preservação dos costumes alemães enxergavam no sul do país a possibilidade de expansão de suas fronteiras, visto que, nessas terras residiam alemães e, por isso, poderiam ser consideradas território alemão. As ideias pregadas por essas instituições se propagavam entre os alemães que aqui residiam e que buscavam cultivar seus costumes e que, por isso, passaram a ser vistos como resistentes a uma possível integração à sociedade brasileira.

Das instituições de fomento aos alemães no exterior, a Liga Pangermânica adquiriu maior destaque, pois, nos ideais difundidos por ela, via-se a propagação dos interesses das organizações e dos grupos privados alemães (Fernandes, 2011, p. 22).

Durante o período em pauta (1890-1915), as instâncias alemãs (*Zentralverein für Handelsgeographie und Forderung Deutscher Interessen im Ausland* [Sociedade Central de Geografia Comercial e de Fomento dos Interesses Alemães no Exterior], o *Kolonial verein* [Sociedade Colonial] (desde 1884) e o *Alldeutscher Verband* [Liga Pangermânica] (desde 1891) voltavam sua atenção para o sul do Brasil e para a população de origem alemã que aqui residia, com intenção de aproveitar-se de tal fato, seja pela expectativa de que essa população se tornasse um mercado consumidor para produtos da indústria alemã, seja pela facilidade da obtenção de matérias-primas brasileiras (Fernandes, 2011, p. 16).

Os objetivos da preservação da cultura dos pangermanistas, visavam expandir o território alemão e manter a consciência nacionalista nos alemães que imigraram. Portanto, pregavam a necessidade de manterem os costumes germânicos e auxiliavam instituições como igrejas, escolas e sociedades culturais (Fernandes, 2011).

As características do *Deutschtum* ou germanismo são muito importantes para se entender a formação da ideia de “perigo alemão” no Brasil e, por consequência em Santa Catarina, pois a reação a esses preceitos étnicos culminou em desconfiança, em relação aos imigrantes alemães, pois estes representariam os interesses e objetivos da Alemanha em relação ao Brasil. Mesmo que a suspeita em relação aos alemães já houvesse ocorrido no início do processo de migração, no sul do país, foi nesse período, final do século XIX e início do XX, que ganhou força e divulgação a ideologia do “perigo alemão”, tornando-se tema de livros e colunas permanentes em jornais. Percebe-se, que as características supracitadas contribuíram fortemente para a criação de um conceito que permitiria enxergar, no imigrante alemão, perigo à soberania nacional (Fernandes, 2011, p. 24).

Durante as últimas duas décadas do século XIX, houve um conflito em relação a proposta de integração alemã à sociedade brasileira, devido ao isolamento dos colonos alemães de modo geral, mesmo aqueles estabelecidos no meio urbano, onde era expressiva sua presença no comércio, indústria e outras profissões, passaram a ser vistos como figuras representantes de um perigo estrangeiro, por conservarem seus costumes, o que culminou em críticas advindas de diversas instâncias da sociedade brasileira, que reforçaram a materialidade do perigo de uma secessão do território brasileiro.

## **2 A CONSTRUÇÃO DO PERIGO ALEMÃO - A VISÃO DA IMPRENSA SOBRE O SUPOSTO PLANO.**

Pretendo neste capítulo apresentar uma perspectiva histórica sobre a construção do “Perigo Alemão” através da imprensa catarinense e, como isso, se refletiu nas relações do Brasil com a Alemanha.

Desconfiava-se das pretensões imperialistas do Império Germânico, que tinha como um dos braços as organizações pangermânicas; e mais, não olhavam com bons olhos a natural simpatia que tinham as colônias alemãs à bandeira do Império, o respeito ao Kaiser e, por tabela, à propaganda dos (ultra)nacionalistas pangermânicos desenvolvida nas colônias alemãs (Nadalin, 2013, p. 19).

O “Perigo Alemão” foi inserido na sociedade e no imaginário popular brasileiro por vários personagens que através da política, das relações internacionais e da imprensa, atuaram de forma a defender a existência do suposto plano pangermanista de anexação das regiões meridionais da América Latina, com a intenção de propagar e defender as ideologias que consideravam a etnia alemã, subversiva e perigosa.

### **2.1 O PERIGO ALEMÃO E SUAS REAÇÕES**

Desde meados da década de 1910, o Brasil presenciou o surgimento, na imprensa nacional, de um movimento que buscava evidenciar que os estados da região sul, se constituíam em uma ameaça ao ideal republicano vigente e à formação da identidade nacional. O alvo principal se dava, portanto, em torno da cultura germânica, existente entre a população de alguns municípios como Joinville, Blumenau, Brusque e Jaraguá do Sul, que tiveram sua colonização baseada, principalmente, em imigrantes de origem alemã.

No Rio Grande do Sul, na Revolução Federalista, uma disputa entre dois grupos republicanos, com propostas diferentes para o estado, o envolvimento de alemães e seus descendentes naquela revolução foi diversificado de lugar para lugar, o que impossibilita afirmarmos uma posição definida, pois o contexto local é fundamental para entender o que aconteceu em cada uma das regiões. No entanto, havia informes de representantes consulares alemães sobre a possibilidade de uma fragmentação do Brasil, com o fim da monarquia e a implantação de uma república, nos estados do sul onde haveria forte tradição separatista, a região viria a se tornar um Estado independente.

A possibilidade do início de uma guerra civil, aguçava tais expectativas, pois imaginava-se que numa nova unidade estatal tendo o Rio Grande do sul como protagonista, a influência

dos teutos seria maior pela sua importância numérica e econômica. Não sabemos se aqueles relatórios diplomáticos alemães, sobre a possível secessão no sul do Brasil chegaram ao conhecimento de governos de outras nações, ou se em países como Inglaterra, Estados Unidos da América e França a imprensa refletia que na Alemanha se trabalhava com a hipótese da fragmentação do Brasil e por consequência a concretização de uma política anexionista.

Em 1906, em relação ao possível “Perigo Alemão”, ocorreu a publicação de *O allemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. O autor da obra, Sílvio Romero, critica o enquistamento étnico alemão, defendendo maneiras de conter os avanços do *Deutschtum*:

1º) proibir as grandes compras de terrenos pelos sindicatos alemães, máxime nas zonas das colônias;

2º) obstar a que estas se unam, se liguem entre si, colocando entre elas, nos terrenos ainda desocupados, núcleos de colonos nacionais ou nacionalidades diversas da alemã;

3º) vedar o uso da língua alemã nos atos públicos;

4º) forçar os colonos a aprenderem o português, multiplicando entre eles as escolas primárias e secundárias, munidas dos melhores mestres e dos mais seguros processos;

5º) ter o maior escrúpulo, o mais rigoroso cuidado em mandar para as colônias, como funcionários públicos de qualquer categoria, somente a indivíduos da mais esmerada moralidade e de segura instrução;

6º) desenvolver as relações brasileiras de toda a ordem com os colonos, protegendo o comércio nacional naquelas regiões, estimulando a navegação dos portos e dos rios por navios nossos, criando até alguma linha de vapores que trafeguem entre eles e o Rio de Janeiro;

7º) fazer estacionar sempre vasos de guerra nacionais naqueles portos;

8º) fundar nas zonas de Oeste, tolhendo a expansão germânica para o interior, fortes colônias militares de gente escolhida no exercício (Romero, 1906, p. 52).

A posição de Sílvio Romero (1906), diante da questão é nitidamente influenciada pela propaganda franco-americanana, uma vez que, em diversos momentos, o intelectual busca a legitimidade de suas teorias, em recortes jornalísticos e teóricos franceses, criticando a imprudência das autoridades brasileiras em não atentar ao nítido “Perigo Alemão”. O autor acreditava que, devido à doutrina Monroe, não haveria o risco do estabelecimento de colônias alemãs no sul do país, no sentido político-imperialista, mas afirmava que o governo brasileiro deveria ter sempre em vista os alemães, por representarem, constantemente, a possibilidade de fragmentação do território (Fernandes, 2011, p. 25-26).

É importante mencionar que na obra em questão, Sílvio Romero fazia menção a Tobias Barreto, intelectual que defendia o germanismo para o Brasil, por acreditar que os alemães difundiram um grande legado científico, cultural e moral que seria de grande proveito para a



República em formação e que endossava tais ideias, acreditando também que os aspectos culturais alemães enriqueceram a cultura brasileira. Porém Gertz (2008), afirma que a posição de Romero era contraditória, pois, para o autor, a parceria intelectual e cultural deveria ocorrer sem a presença dos alemães no Brasil.

A assimilação considerada ideal, para Romero, deveria ser concebida como um processo de uniformização cultural, via transformação dos imigrantes e de seus descendentes. Tal processo resultaria na dissolução dos grupos étnicos e na absorção de seus membros na sociedade de acolhimento dos imigrantes. Não se tratava, portanto, de uma interpenetração e de uma fusão, que permitissem a integração de diferentes grupos em uma vida cultural comum (Poutgnat e Streif, 1998, p. 65).

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, elevou o número de publicações anti-germânicas, que não se intensificaram somente no plano político. Conforme Gertz (2002) em *O aviador e o carroceiro*, as críticas aos imigrantes alemães transformaram-se em atos de violência contra bens materiais, culturais e contra pessoas.

As ideias sobre os problemas que os alemães, influenciados pelo ideário pangermanista poderiam representar para o país em termos de segurança nacional, justifica as reprovações nas obras citadas, pois a disseminação de instituições de caráter cultural, educacional, religioso, recreativo, esportivo, econômico e social era vista como uma tentativa de dominação e resistência.

A declaração de guerra do Brasil às Potências Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria) em 1917, intensificou o discurso anti-germânico, afetando diretamente o cotidiano das colônias germânicas, ao proibir o uso do idioma e ao fechar os jornais e associações alemãs. Entre as obras produzidas naquele período se destaca “*O plano pangermanista desmascarado*”, do autor francês André Chéradame, publicada em 1917, baseada nas possíveis intenções do Império alemão.

Na tradução brasileira, a obra foi prefaciada por Graça Aranha, o que fez com que as teorias defendidas no livro ganhassem força. Tais teorias tinham por intuito denunciar o plano pangermanista, isto é, a suposta união dos povos germânicos em um Estado único e as pretensões do Império Alemão de conquistar territórios na América do Sul. Para Chéradame, o plano pangermanista surgiu em 1895 e se fundamentou no preciso conhecimento que os alemães adquiriram dos problemas políticos, geográficos, econômicos, sociais, militares e navais, do mundo inteiro.

O livro afirmava categoricamente a existência de um plano germânico de dominação mundial. Essa publicação atravessou o Atlântico e chegou num país que até então nada tinha de oficialmente relacionado ao confronto europeu, indo parar nas mãos de um dos seus homens mais ilustres. Rui Barbosa leu “*O Plano Pangermanista Desmascarado*” (Pires, 2012, p. 98-

100).

Rui Barbosa via no futuro brasileiro evolução, industrialização e modernidade. O advogado e senador, pertencia a uma geração de intelectuais que pretendiam tornar o Brasil um país moderno, e a modernidade era entendida por esses pensadores a partir das noções de progresso, civilização e nacionalismo. Eram detentores de um desejo latente de construir uma identidade nacional, genuína, brasileira, definida étnica, cultural e geograficamente.

O que seria o Brasil e o brasileiro eram indagações correntes, que suscitavam diferentes respostas. Portanto, Independente da conclusão alcançada, pretendiam esses homens de letras identificar as mazelas brasileiras, sanar as suas deficiências e, por conseguinte, acelerar o seu processo evolutivo enquanto nação independente e civilizada. Assim, o Brasil não seria apenas inserido na marcha progressista da humanidade, como seria legitimamente integrado às grandes potências mundiais, abandonando, por certo, o estigma de colônia (Pires, 2012, p. 100).

Pires (2012, p. 103-104), aponta que André Chéradame, não foi o que se poderia chamar de um escritor obscuro. Seus comentários a respeito da política internacional poderiam ser vistos em jornais como *L'Illustracion*, e seus livros alcançavam boas tiragens, sendo que alguns títulos tiveram mais de uma edição e conseguiram a alcunha de esgotados. O reconhecimento parecia vir também do meio acadêmico. Três de suas obras, inclusive “O Plano Pangermanista Desmascarado”, receberam prêmios da Academia de Ciências Morais e Políticas de Paris, além de resenhas em publicações como a *Revue Historique*. No entanto, a consagração internacional veio com o livro que denunciava as intenções alemãs de dominar o mundo.

O livro é composto por 356 páginas, fracionadas em nove capítulos, divididos em subtítulos, contendo 31 mapas ilustrando os efeitos e o movimento do plano pangermanista, além de prefácio e introdução, conferindo ao livro um caráter absolutamente didático. Na obra, Chéradame afirma serem suas palavras destinadas aos países neutros, a quem dedica o último capítulo e aos menos letrados, para que adquirissem conhecimento sobre os reais motivos da guerra e as ameaças pangermânicas. Não era, em definitivo, uma obra para os meios acadêmicos, e, sim, para sensibilizar a opinião pública, e principalmente, contrapor a propaganda pró-Alemanha (Pires, 2012, p. 104).

O autor assumiu um tom de alerta e de acusação ao longo de sua análise (embora alegue

imparcialidade em suas observações), apontando os alemães como um povo sórdido e pérfido, que teriam a cobiça e a dominação como características inerentes ao seu caráter, onde quer que estivessem (Chéradame, 1917, p. 50).

A diplomacia e o serviço secreto alemães teriam atuado com vistas a provocar o conflito (Primeira Guerra Mundial), desencadeando as etapas do projeto pangermânico, esmiuçadas ao longo do livro. Tamanho esforço explicativo visava dissipar a cortina de fumaça produzida pela propaganda teutônica junto aos países neutros, e convencê-los a apoiarem a causa aliada, principalmente no âmbito econômico. Afinal, segundo a análise de Chéradame, a Entente lutava não por seus próprios interesses, mas pela liberdade do mundo inteiro.

Se ainda algum incrédulo duvidar das vantagens obtidas pelo Brasil em combater a Alemanha, se perguntar o que lucramos materialmente, a melhor resposta a esta indignação utilitária seria, aquela muito simples do obscuro, mas arguto jornal de província: Ganhamos São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, (Aranha *In* Chéradame, 1917, p. 25-32).

Pires (2012) ressalta que o livro adquirido pelo senador Rui Barbosa, possui sinais de leitura. Ali, o político grifou trechos do prefácio, do capítulo V, sobre uma possível armadilha alemã para garantir a realização do plano pangermanista; e do capítulo IX, que aborda as designações do plano para os países neutros. Não fez anotações ao longo das páginas. Os destaques foram realizados nas partes em que são abordados, a quais países se estendia o plano pangermanista; as evidências de estar sendo posto em prática através da Primeira Guerra Mundial; e a inclusão do Brasil e da Argentina nas suas etapas de conclusão (Pires, 2012, p. 106).

Rui Barbosa era um bibliófilo, à medida que não apenas comprava livros pelo prazer da posse, mas extraía destes o saber necessário para inteirar-se o máximo possível sobre determinado assunto (Pinheiro *apud* Pires, 2012, p. 105). Em Pires (2012) constatamos que a presença de livros sobre o pangermanismo e mesmo a leitura de “O Plano Pangermanista Desmascarado”, demonstra, senão uma curiosidade, um interesse genuíno de Rui Barbosa sobre o assunto.

Interesse esse confirmado por recortes de reportagens, como era seu hábito fazer, sobre possíveis indícios do “Perigo Alemão” no Brasil, publicadas nos jornais brasileiros no ano de 1917. O posicionamento de Rui Barbosa na Grande Guerra, indica que este tenha ao menos atribuído algum sentido à leitura feita do livro de Chéradame, ou mesmo reforçado o que antes articulava.

As disposições a respeito da conflagração, emitidas publicamente pelo jurista brasileiro e as divulgadas pelo cientista político francês em sua obra mais famosa, possuem uma série de

paralelismos. A culpabilidade alemã no conflito, a existência de um plano pangermanista, o caráter do povo teutônico, a realidade do “Perigo Alemão” no Brasil e mesmo o teor das negociações para o encerramento do confronto, são alguns dos tópicos em que se vinculava a ideia dos dois intelectuais.

Tanto para Rui Barbosa, quanto para André Chéradame, era indiscutível a responsabilidade do Império Alemão, pelo estado de beligerância que assolava a Europa desde 1914. O Segundo Reich havia provocado o confronto, por sua ambição desmedida, por seus interesses econômicos, pelo militarismo do seu Estado e pelo caráter do seu povo (Pires, 2012, p. 107).

Foi Guilherme II quem favoreceu, por toda a parte no seu Império a criação de uma Liga Militar e de uma Liga Marítima, que contam com milhões de membros, que há vinte anos têm sem cessar, feito propaganda em favor do aumento ininterrompido dos armamentos alemães sobre a terra e sobre o mar (Chéradame, 1917, p. 76).

E, mais adiante, acrescentou:

É, portanto, necessário que as causas da guerra sejam discriminadas por uma vista de conjunto, a fim de que aos olhos do universo civilizados fique nitidamente estabelecido que, é bem legitimamente que a Alemanha há de pagar às custas de uma responsabilidade que, com toda a justiça, deve pesar exclusivamente sobre ela (Chéradame, 1917, p. 43).

Pires (2012, p. 107), aponta que Rui Barbosa não expôs opinião diferente. Em setembro de 1916, realizou uma conferência promovida pela Liga Brasileira pelos Aliados, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, discursando para uma plateia onde se encontravam os representantes diplomáticos dos países aliados, dentre outras personalidades da elite fluminense. Disse:

O gigantismo do poder militar acumulado para prussianizar o mundo não me deslumbrava. O culto exclusivo da força, que ele representava, era, aos meus olhos, a evidência da fraqueza e a segurança da sua queda. A vaidade incomensurável que o animava na pretensão de esmagar, ao mesmo tempo, entre os seus braços três colossos como a Grã-Bretanha, a França e a Rússia, me dava a nítida visão dessa demência, com que Deus castiga os a quem a quer perder (Barbosa *apud* Pires, 2012 p. 107).

Em 17 de março de 1917, fez o senador novo pronunciamento. Próximo do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, Rui Barbosa realizou uma nova conferência, no Teatro Petrópolis, em um evento da Cruz Vermelha dos Aliados. E iniciou sua fala de maneira sugestiva: “Quando o estampido germânico abalou a Europa” (Barbosa, 1988, p.7). Ambos os intelectuais extrapolaram suas afirmações. A Alemanha teria não apenas precipitado o continente europeu na conflagração, como a provocado intencionalmente. André Chéradame (1917, p. 77) o afirmou categoricamente, na seguinte passagem de sua obra:

Quanto à hora da guerra, foi ainda Guilherme II que a marcou. [...] Desde novembro de 1913, o Kaiser toma as suas disposições, em vista da abertura próxima das

hostilidades. [...] O assassinio do arquiduque Francisco Ferdinando dá-se no dia 28 de junho de 1914. Esse acontecimento não muda em coisa alguma os planos do Kaiser. Pelo contrário, essa morte violenta é excelente pretexto de intervenção contra a Sérvia; precipita, pois, os acontecimentos.

Para o brasileiro, tal conclusão era igualmente verdadeira. No manifesto de 1917, acusou o país de Guilherme II de premeditar o confronto deliberadamente. Expôs o palestrante:

Organizado como a maior máquina de agressão e defesa que os séculos nunca viram, o grande império, certo da sua superioridade e da sua invencibilidade, necessita de as traduzir no domínio real do mundo. O seu movimento de 1914, estava anunciado, estava planejado, estava aparelhado com tal acumulação de explosivos, que a explosão de 4 de agosto, longamente meditada pelos seus organizadores, era inevitável (Barbosa *apud* Pires, 2012, p. 108).

De acordo com Chéradame, se os alemães eram hábeis, tenazes e manhosos, eram igualmente bárbaros (Chéradame, 1917, p. 10). Já para o senador baiano, a barbárie era da mesma forma uma qualidade cultivada pelos alemães, moralmente deturpados, comprovada pela brutalidade com que conduziam as batalhas.

Pires (2012, p. 109), aponta que a premissa era igualmente verdadeira para Rui Barbosa. O pangermanismo seria a finalidade por detrás das ações belicosas da Alemanha, racionalizado por meio de um projeto concreto. Tendo aquela doutrina por diretriz, planejaria o domínio universal. Se o plano pangermanista era uma realidade, também o era a inclusão do Brasil em suas orientações. Ambos os intelectuais asseveraram que nem o país, nem o continente sul-americano seriam poupados.

No capítulo dedicado aos Estados neutros no conflito, Chéradame (1917) dedicou algumas páginas a análise da ameaça sobre a região. Sua origem estaria, segundo o autor, no surgimento da doutrina Monroe e na renúncia das nações europeias sobre os Estados recém-independentes. O braço pangermânico nesses locais seria, como já foi dito, os imigrantes de origem alemã. Certificou o publicista: “Desde os anos de 1900, principalmente, estes alemães começaram a ser manobrados e agitados pelas sociedades pangermanistas. Foram especialmente organizados em países como a Argentina e o Brasil, principalmente, países que estavam destinados a virem a serem os principais protetorados alemães na América do Sul, (Chéradame, 1917, p.291).

Não é só a sorte da Europa, ou a sorte de colônias asiáticas e africanas a que se joga nos campos de batalha da grande conflagração. É também a da nossa liberdade e integridade. Se os impérios centrais pudessem vir a ser vitoriosos nesta campanha, o poder germânico, entumecido pela soberba do triunfo, [...] não se demoraria em ir tomar conta aos Estados Unidos e, arrebatando a doutrina Monroe, [...] passariam a escolher a América do Sul os bocados que a cartografia do pangermanismo há muito designa como quinhão natural da sua soberania. E sobre o “perigo alemão”, acrescentou, exortando sua veracidade: quinhentos milhões de alemães, sob um clima temperado, numa região de cinco milhões e meio de quilômetros quadrados, a saber,

cuja extensão é nove vezes maior do que a Alemanha! Não bastará este fato? (Chéradame, 1917, p. 291- 292).

Pôr-se ao lado da Entente seria não apenas uma forma de prevenção, mas uma oportunidade para depurar o regime republicano brasileiro e garantir a evolução nacional. Para Pires (2012), por todas essas razões, a paz era um acordo visto com ressalvas, por ambos. O armistício e o término da guerra só deveriam ser pensados mediante a aniquilação total da Alemanha, por meio do arrasamento de suas reservas financeiras, bem como de suas forças militares. Era uma medida considerada não apenas justa, visto que os dois creditavam ao país a responsabilidade pela conflagração, como preventiva, evitando o desencadear de uma nova guerra (Pires, 2012, p. 111).

Era uma maneira de impedir o ressurgimento das aspirações pangermânicas e salvar os Aliados da ruína financeira. Para isso, era imperioso fazer com que o Segundo Reich, pagasse a conta das despesas de uma conflagração que, segundo o francês, ele mesmo havia provocado. Só a vitória integral pode salvar os países aliados da ruína financeira, porque, digam o que disserem certos indivíduos, a Alemanha poderá pagar as despesas da luta que desencadeou, escreveu (Chéradame, 1917, p. 158).

Adiante, concluiu:

Claro está que acabando de vez com o militarismo prussiano, os Aliados obterão assim a garantia única, razoável de que uma guerra atroz não voltará nunca mais, e que milhões e milhões de homens não serão de novo sacrificados ao *Moloch* pangermanista (Chéradame, 1917, p. 316).

O governo brasileiro é acusado por Aranha (1917, p. 85) de nunca ter percebido e de sistematicamente ter negado o “Perigo Alemão”. A doutrina oficial foi de que o “Perigo Alemão” era uma fantasia da imaginação de romancistas e publicistas. A imigração alemã, tachada de invasão pacífica, se constituiria, não obstante, em um perigo iminente para os interesses do Brasil.

A massa de alemães aglomerados em zonas de território ocupadas exclusivamente por eles constitui um perigo iminente, pois a influência de novos imigrantes, vindos da Alemanha e possuídos do espírito pangermanista, nos antigos colonos é uma ameaça permanente para o país, desapercibido de elementos de defesa. Ao lado dessa força latente, há a atividade dos banqueiros, dos negociantes, verdadeiros agentes políticos, que pelos seus métodos, comerciais se aplicam infatigáveis ao trabalho da absorção econômica do Brasil pela Alemanha; há o zelo dos cônsules que se insinuam no interior do país; os professores de língua alemã nas colônias e nas zonas germânicas do território brasileiro; os viajantes e uma chusma de indivíduos que por toda parte zumbem apregoam, intrigam, remexem e esgaravatam na afanosa lida de preparar o terreno da Alemanha Austral (Aranha *In* Chéradame, 1917, p. 21).

No que diz respeito à Grande Guerra em curso, defende o rompimento das relações do

Brasil com a Alemanha e a imediata declaração de guerra àquela nação. Com a guerra, os alemães seriam juridicamente inimigos dos brasileiros e, uma vez esta finda, o Brasil imporá como quinhão de sua vitória a proibição da imigração alemã. Se assim não ocorresse, terminado o confronto bélico, os alemães viriam em ondas sucessivas ao Brasil, espalhando-se pelo seu território e tornando-se uma ameaça maior ainda de avassalamento do país e de dominação econômica e financeira.

Temos de resolver o povoamento do território dentro das forças da nossa nacionalidade, e de todas as raças que buscam o Brasil, a menos assimilável e a mais perigosa pelo seu poder de absorção é a raça alemã. [...]. O elemento alemão subsiste perigoso e repulsivo. O futuro da nacionalidade brasileira exige a parada dessa infiltração alemã [...]. Será uma medida de sabedoria proibir no Brasil a invasão teutônica, que se prepara para se espalhar no mundo depois da guerra (Aranha *In* Chéradame, 1917, p. 25-26).

No período que vai da fundação do Império Alemão até a Primeira Guerra Mundial, as referências a um “Perigo Alemão” foram uma constante, chegando a haver colunas permanentes sobre o tema em determinados jornais do Brasil, e notícias frequentes na imprensa de outros países. Quanto mais se aproximava a data do confronto imperialista de 1914-1918, tanto mais se acirrava no Brasil, o debate entre “francófilos” (que alertavam para tal perigo) e “germanófilos” (que defendiam posição contrária), com uma grande quantidade de escritos que refletem esses dois posicionamentos.

A emergência da Alemanha unificada como potência imperialista, após a vitória na guerra franco-prussiana de 1871, que introduz no debate a ideia do “Perigo Alemão” e foram principalmente os Estados Unidos que alardearam a possibilidade da ocupação do sul do Brasil pela Alemanha, facilitada pela presença da população germânica. A repercussão dessas discussões no país precisa ser entendida em seu contexto: naquele final de século, foi o momento em que o ideal brasileiro de nação assume, de modo mais radical, o viés assimilacionista. A união ou fusão das raças era pregada pela doutrina do branqueamento, que se baseava em doutrinas raciais deterministas com estatuto científico (darwinismo social), em voga na Europa e nos Estados Unidos, que apregoavam a superioridade das raças brancas.

No Brasil havia historicamente, uma ideia claramente formada sobre o caráter, o comportamento, os interesses e o papel de alemães e descendentes, vistos como problemáticos para a constituição da nacionalidade brasileira. Na Alemanha, também se enxergava os mesmos “alemães” do Brasil, sob um prisma mais ou menos equivalente, ainda que sob uma perspectiva diametralmente oposta, a de que eles, justamente por preservarem suas características étnico-culturais, não estavam perdidos para a “pátria-mãe”.

Levando em consideração que diferente do ocorrido nos Estados Unidos, onde os



imigrantes alemães aderiram a cultura norte americana de forma rápida e maciça, deixando de identificarem-se como um grupo de “alemães”, no Brasil a situação teria sido diferente, sendo possível manter suas características, cultivando a língua e os modos de vida alemães. Sendo que durante muitas gerações, teriam apresentado relativamente baixo índice de casamentos interétnicos, e a maioria deles ter-se-ia mantido fiel a confissões religiosas, absolutamente minoritárias na sociedade brasileira e vivido à margem do Estado brasileiro.

Além disso, teriam se interessado muito pouco pela cidadania brasileira, ficando mentalmente identificados com sua pátria de origem. Com isso, é compreensível as dúvidas em relação a sua lealdade para com o Brasil (Gertz, 2008, p. 123). Essas afirmações foram contestadas, alguns anos depois, por outra tese, defendida na República Federal Alemã, e publicada em livro, em 1971. O título do livro é *Deutschland und Brasilien (1889-1914)* [A Alemanha e o Brasil (1889- 1914)], e seu autor é Gerhard Brunn.

Há pouco tempo foi formulada a acusação de que a Alemanha tivesse perseguido uma política externa agressiva na América Latina, defendendo seus interesses de acordo com um receituário imperialista clássico. Especificamente em relação ao Brasil, foi atribuído ao Império Alemão um amplo plano subversivo para a criação de uma Nova Alemanha Transatlântica, incluindo uma anexação. Que não é possível falar de imperialismo formal, no sentido de uma dominação política ou do estabelecimento de um poder colonial no Brasil, isso se percebe até mesmo através de uma análise superficial. Simplesmente não havia condições para isso (Brunn *apud* Gertz, 2008 p. 123).

Gertz (2008, p. 124), aponta que, a lei de emigração alemã de 1897, foi expressamente concebida tendo em vista o fortalecimento da germanidade no sul do Brasil, com uma cautelosa política germanista de apoio às escolas de língua alemã e às igrejas evangélicas. Mas não é possível falar de uma ação imperialista consciente e configurada em favor dos interesses alemães.

Vista numa perspectiva de conjunto, a política alemã em relação ao Brasil se mostrou claudicante e sem uma concepção clara. Não se trata aqui de decidir qual das duas posições é a correta (Gertz, 2008). Mas, mesmo sem entrar nos méritos ou nas eventuais fragilidades de cada um dos dois trabalhos, pode-se afirmar, no mínimo, duas coisas:

Para a Alemanha, seja da parte das diferentes instâncias estatais, seja da parte de organizações ou de grupos privados, os teutos no Brasil eram vistos como um elemento importante na perseguição de seus interesses. Mesmo admitindo como procedente a avaliação de Brunn, de que não é correto falar de interesses políticos no sentido de transformar o sul do país num território sob controle político-militar da Alemanha, isto é, de realizar uma anexação imperialista, não há como negar que, durante o período em pauta, um grande número de



instâncias, dentro da Alemanha, tinha sua atenção voltada para o sul brasileiro e para a população de origem alemã ali residente, com vistas a tirar vantagens desse fato, seja na expectativa, de que essa população viesse a constituir um importante mercado de consumo para os produtos da crescente indústria alemã, seja na facilitação da obtenção de matérias-primas brasileiras.

Mesmo quando essas matérias-primas se localizassem fora do sul do Brasil, e, portanto, fora das áreas tipicamente povoadas por teutos, a manutenção da identidade teuta e a consequente lealdade ao seu país de origem, aliada a uma influência crescente dessas populações no cenário brasileiro, incluindo o político, possibilitaria atingir esse objetivo.

Cabe, nesse sentido, recordar que no final desse primeiro período de que estamos tratando, no imediato pré-guerra de 1914, um teuto-brasileiro, Lauro Müller, havia chegado ao importante posto de ministro das relações exteriores do Brasil. E esse fato, em tese, poderia ter importantes consequências para o intercâmbio econômico, mesmo que os produtos em pauta, ou ainda, eventuais projetos para investimentos alemães não fossem específicos das regiões de colonização alemã. Assim, podemos dizer que a política do germanismo, do *Deutschtum*, teve uma importância muito grande naquele período.

O segundo aspecto a considerar é a reação a essa política, reação que incluía países que suspeitavam dos objetivos alemães em relação ao Brasil, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, reação que, por sua vez, potencializava as suspeitas de muitos círculos e de muitas instâncias brasileiras. Também ali se partia do pressuposto de uma estreita vinculação entre interesses suspeitos da Alemanha e a população teuta no Brasil. Mesmo que certa suspeição e certa crítica à presença de teutos venha de longa data, é nesse período que vai ganhar forma e divulgação mais intensa a ideologia do “Perigo Alemão”, que se tornaria tão importante, que jornais brasileiros chegaram a abrir colunas permanentes sobre o tema.

Convém, apresentar alguns aspectos da ideologia e da prática do germanismo, quanto ao “Perigo Alemão”. Em dois momentos distintos, a Alemanha fomentou o fortalecimento e buscou uma série de artifícios simbólicos e materiais a fim de garantir os laços culturais com seus cidadãos, que já não estavam em seu território. Essa prática expansionista se deu primeiramente por meio das ligas pangermânicas entre os séculos XIX e XX.

A economia também foi um dos fatores desencadeadores da visibilidade desses grupos, no que tange a preocupações de dimensões nacionais. Os comerciantes da região catarinense, acumularam capital suficiente para investir na atividade industrial, fazendo surgir, dessa forma, uma importante elite econômica na região sul do país, principalmente, nos municípios de Brusque e de Blumenau.

Assim, Falcão (2000) relata que nos jornais locais, essas primeiras manifestações expressas sobre um real “Perigo Alemão”, aconteceram desde a primeira década do século XX, já em fins de 1911.

Lauro Muller, líder republicano de grande prestígio em Santa Catarina, sente-se motivado para proferir no Senado Federal um discurso onde contesta a existência de um real “Perigo Alemão”. Afirma, ainda, que mais do que as diferenças concretas, caracterizáveis como étnicas, o discurso sobre a identidade teuto-brasileiro e a ênfase dada à elite local deram vazão aos conflitos, principalmente, para aqueles cuja trajetória de ascensão social ultrapassou os limites da comunidade local (Falcão *apud* Oliveira, 2018, p. 67).

Para Oliveira, a defesa no início do século XX, foi também um importante elemento para o Ministério das Relações Exteriores. O ministro Barão de Rio Branco, defendia a tese de que “era necessário ser forte para ser pacífico”, para o Barão do Rio Branco, o rearmamento naval era uma necessidade, que se justificava por conta de ingerências da marinha alemã no território naval brasileiro, como foi o caso do “[...] *Panther*, um cruzador alemão superior às belonaves brasileiras que em 1905, violou a soberania nacional [...] permanecendo por dezenove dias na costa de Santa Catarina”. Incidente que resultou em fortes tomadas de posição por parte da diplomacia brasileira.

Em 1905, um navio da marinha de guerra alemã, o *Panther*, fez uma visita ao Brasil, estendendo seu roteiro até as colônias alemãs do sul do país. Enquanto se encontrava ancorado em Itajaí, Santa Catarina, um marinheiro teria desertado, e o comandante do navio dado ordens de procurá-lo em terra firme, para prendê-lo. Nessa busca em território brasileiro, um cidadão teria se tornado suspeito de ter acobertado o desertor. Além de terem cometido diversas tropelias pela cidade de Itajaí, importunando e agredindo várias pessoas, os marinheiros alemães teriam sequestrado o cidadão que supostamente ajudara o desertor. Os acontecimentos desencadearam uma intensa celeuma na imprensa brasileira e as instâncias diplomáticas de ambos os países tiveram grandes dificuldades em contornar o caso. Mesmo que os livros de história diplomática nos ensinem que o episódio não deixou sequelas no relacionamento oficial entre os países envolvidos, o clima contra o “perigo alemão”, tanto no Brasil quanto em países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, manifestou-se muito intensivamente, nessa oportunidade. Apesar de que essa campanha tivesse iniciado bem antes, ela, a partir desse momento, a rigor, não terminou mais até o conflito da Primeira Guerra (Gertz, 2009, p. 128).

O Caso *Panther*, como aponta Gertz (2009), foi um episódio isolado que serviu para difundir a doutrina do “Perigo Alemão”, e acirrar os ânimos entre os partidários da ideia e aqueles que a negavam. O autor cita o livro de Silvio Romero, como exemplo da campanha difundida principalmente por políticos e intelectuais.

Como símbolo dessa campanha pode-se arrolar um livrinho de Silvio Romero, publicado em 1906, logo após o incidente com o *Panther*. Chama-se *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. O farto material de imprensa arrolado e a importância que Romero tinha no panorama intelectual brasileiro dão uma

ideia do enraizamento dessa forma de pensar a relação entre a Alemanha e os teutos estabelecidos no Brasil junto a uma parcela muito significativa da opinião pública brasileira. O autor destaca que a Alemanha tinha interesses não confessos com a população teuta (Gertz, 2009, p. 128).

Nadalin (2013, p. 12) reforça que, devido à escala mundial do imperialismo, não havia lugar no mundo onde não se fazia sentir fortemente a rivalidade entre as potências da época. Diminuindo o foco, isso era evidente no Cone Sul (leia-se, principalmente no nosso caso, o Brasil Meridional), como veio a mostrar o episódio *Panther*, que mencionamos anteriormente.

A rápida expansão da ideia de um “perigo alemão” não estava só vinculada à propaganda antigermânica dos países rivais. A presença do Império Alemão, por toda parte, fazia-se sentir, porque o país, ao contrário das outras nações européias, chegara atrasado à corrida colonialista; assim, vinha aguerrida, a diplomacia imperial reivindicando um lugar proporcional à medida do país por ela representado, seduzindo ou intimidando – e não deixando indiferentes (Nadalin, 2013, p. 12).

Com o passar dos anos, a postura de preocupação com a Alemanha fora crescendo, por conta não apenas das animosidades dadas pela Primeira Guerra Mundial, mas também pelo grande volume de navios alemães que circulavam na costa sul brasileira nos primeiros anos do século XX. Uma parte significativa do comércio de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, era feito com a Alemanha, sendo comum o aporte de navios aos portos catarinenses (Oliveira, 2018, p. 66-67).

De fato, a espionagem alemã no Brasil, era capaz de coletar as informações nos jornais, e através de navios a seu serviço ou estações de rádio clandestinas, e passar essas informações aos corsários alemães, que perambulavam pela costa brasileira, o que levou de 1914 a 1918, ao afundamento de vários navios ao largo do Brasil.

Oliveira (2018, p. 66), indica que, outro fato relacionado ao suposto “Perigo Alemão”, pode ser observado no episódio em que o presidente da província Felipe Schmidt, em seu relatório ao Presidente da República de 1917, reclama por terem desencadeado em Santa Catarina o que ele chamou de “uma verdadeira campanha de difamação [...] que lá fora se dizia que éramos um Estado fora da federação, sem o sentimento da nacionalidade, sem amor e sem ligações ao Brasil, fato esse gerado por informações, que versavam sobre uma possível importação de material bélico, por parte dos alemães de Blumenau, devido a supostos “sinais luminosos” que os pescadores do porto da cidade de São Francisco, estariam fazendo para navios alemães em alto mar, ou da presença de submarinos daquele país na costa catarinense.

[...] que lá fora se dizia que éramos um Estado fora da federação, sem o sentimento da nacionalidade, sem amor e sem ligações ao Brasil, fato esse gerado por informações, que versavam sobre uma possível importação de material bélico, por parte dos alemães de Blumenau, devido a supostos “sinais luminosos” que os pescadores do porto da cidade de São Francisco, estariam fazendo para navios alemães em alto mar, ou da presença de submarinos daquele país na costa catarinense, o Reichstag de Berlim vota anualmente uma verba para as escolas públicas alemãs do Brasil; os

médicos, dentistas e advogados diplomados pelas universidades de além-Reno exercem livremente as suas profissões nas colônias teutônicas do sul. As eleições de deputados e senadores são feitas de acordo com aquelas colônias, cujos chefes políticos não se esquecem de consultar o ministro do Kaiser, acreditado no Rio de Janeiro. (...). Já estavam em elaboração em Berlim os códigos civil e criminal para aquela região, por ordem imperial alemã (Oliveira, 2018, p. 66-67).

Assim, prevaleceu uma concepção de Estado-Nação, que nega legitimidade às etnicidades, conforme parâmetros característicos da ideologia nacionalista brasileira, gestada desde o século XIX, e que privilegiou a assimilação e o caldeamento racial como base da formação nacional. O período foi marcado também, por ordenamentos normativos e jurídicos, como no caso de Joinville, onde o principal jornal da cidade, o *Kolonie Zeitung*, que desde 1862, era impresso na língua alemã, nos anos de 1918 e 1919, teve seu material e nome impressos em português e, com o início da Segunda Guerra Mundial em 1942, fora proibido de circular, não mais retornando.

Também podemos citar a Lei nº. 1.187, de 5 de outubro de 1917, a qual exigia que todas as escolas particulares, adotassem em seus programas disciplinas como língua portuguesa, história do Brasil, geografia do Brasil e educação cívica. Além disso, todos os estabelecimentos educacionais, passavam a depender de uma autorização do governo para funcionar.

O cruzamento da documentação encontrada nas diferentes fontes, e amparado pela revisão da literatura, mostrou que as preocupações relacionadas à ideia de um real “Perigo Alemão” no Brasil, culminaram em ações militares e a emergência de preocupações acerca de um “perigo alemão” por parte dos elementos de segurança nacional, incidindo em ações diplomáticas e estratégicas militares (Oliveira, 2018, p. 107), sendo um exemplo disso a idealização e concretização da Base Naval da Ilha da Rita.

Havia também os germanófilos, defensores apaixonados da Alemanha, não necessariamente teutos, que saíram em defesa apaixonada da Alemanha. Um exemplo de germanófilo temos em Augusto Porto Alegre, que escreveu, em 1915, *A defesa da Alemanha e dos alemães do sul do Brasil*, livro no qual criticou Sílvio Romero:

A pena brilhante do insigne filósofo e escritor com rara habilidade rebuscou achar profundas incompatibilidades do viver alemão entre as populações dos três grandes estados sulinos, para, juntando essa e outras razões, às opiniões de escritores alemães, sem qualquer representação oficial na administração de sua pátria, e, por isso, sem alcance de qualquer sorte, concluir daí a iminência da absorção daquela tão bela porção territorial empossada em nome do peso do militarismo prussiano!!! Ora, nada disso procede, pois que o ponto de partida de argumentação sendo falso, falso também será o resultado (Porto Alegre *apud* Vogt, 2007, p. 233).

Admirador confesso da cultura germânica, Porto Alegre, nessa obra, enaltece a participação de teutos e descendentes em terras sul-rio-grandenses, na agricultura, na

indústria, no comércio, nas artes, no jornalismo, entre o professorado e como soldados. Como combatente, o alemão teria se engajado entre ambas as facções que se confrontaram na Revolução Farroupilha (1835-1845); teria sido peça fundamental na campanha contra Rosas na Argentina (1851-1852); inúmeros alemães teriam participado como soldados na Guerra do Paraguai (1865-1870) e posteriormente tomado um dos partidos que se conflagraram durante a Revolução Federalista (1893-1895). Assevera que a população de ascendência germânica no sul, se constituía em um imprescindível fator de progresso:

“O alemão pela sua fixidez ao solo da segunda pátria é valioso como elemento constitutivo da população. Assim altamente inteligente tornou-se a corrente imigratoria, a que mais deve o Estado, pois foi a primeira a estabelecer-se nelle, sem outros intuitos sinão os do trabalho, que ninguém mais do que elle sabe mobilizar” (Porto Alegre *apud* Vogt, 2007, p. 233).

Para Olgario Paulo Vogt(2007), dentro do próprio exército brasileiro havia defensores da Alemanha e dos teutos no Brasil, como o jovem oficial Amílcar Salgado dos Santos, cujos escritos a respeito foram, mais tarde, reunidos em livro. Mas não há dúvida de que esse tipo de escritos favoráveis aos teutos, teve ressonância limitada diante da intensa campanha não só nacional, mas também internacional, do “Perigo Alemão”.

Em 1931, o capitão do exército brasileiro Amilcar Salgado dos Santos, reúne uma série de escritos e faz publicar Brasil – Alemanha. A defesa da Alemanha na guerra havida entre 1914 e 1918, é feita na primeira parte do livro. Na segunda parte, são enfatizadas as relações diplomáticas entre as duas nações e a contribuição dada por alemães e descendentes na política e no exército brasileiro (Vogt, 2007, p. 239).

Assim, Vogt (2007), aponta que como manifestações de parte daqueles que defendiam a existência do “Perigo Alemão”, temos alguns exemplos entre oficiais do exército brasileiro que, durante a guerra, percorriam as regiões de colonização alemã do sul disfarçados de caixeiros-viajantes. Um desses oficiais foi o coronel Amaro de A. Villanova. Em relatório de 20 de fevereiro de 1918, ele escreveu que todos os teutos seriam fanaticamente pró-Alemanha, mas ele não acreditava num levante, porque, apesar dessa postura, eram muito egoístas e só pensavam em ganhar dinheiro.

Portanto, para Vogt (2007), eram muito inteligentes e sabiam muito bem que se tentassem um levante, seriam massacrados, pois qualquer tentativa de rebelião daria lugar a uma terrível carnificina, na qual eles seriam fatalmente liquidados. Assim, todo o complexo de relações entre Brasil e Alemanha, no período que vai de aproximadamente 1880 a 1914, esteve muito longe de passar sempre pelos teutos no Brasil. É evidente que havia instâncias brasileiras, que não atentavam para a existência desse setor da população brasileira, quando definiam ou punham em prática seu relacionamento com a Alemanha.

A mesma coisa acontecia com instâncias alemãs entre outras instâncias, tanto na Alemanha quanto no Brasil, que tinham em alta conta a existência dessas mesmas populações. Podiam ser os germanistas na Alemanha, podiam ser aqueles que pensavam poder influenciar de forma positiva na tentativa de obtenção de ganhos junto a instâncias alemãs. E podiam ser os defensores do “Perigo Alemão”, que com sua campanha, produziam efeitos negativos para as relações entre os dois países. Nesse caso, havia até aqueles que apresentavam uma visão muito positiva dos alemães e da Alemanha, mas temiam os teutos. Por tudo isso, certamente não está errado afirmar que os teutos constituíram variável, no mínimo interveniente, nas relações germano-brasileiras do período.

Aqueles letrados discursavam nas tribunas da câmara e do senado nacionais, e tinham lugares garantidos nas páginas de revistas e jornais. Eram indivíduos, antes de tudo, engajados no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, como suas testemunhas e consciência legítima. Viam-se como detentores das respostas e dos melhores projetos para a construção e organização do país, considerando-se como os dirigentes de uma nação jovem, que necessitava com urgência de uma nacionalidade própria.

Para os defensores da neutralidade, a guerra era uma demonstração da decadência europeia. Não tomavam partido, nem defendiam a superioridade de um país beligerante sobre o outro: o conflito era um palco de horror e de sangue, um matadouro que reservaria a ruína aos países que dele participassem. Para os simpatizantes da Alemanha, esta estava sendo vítima da perseguição das potências tradicionais, que almejavam destruir o seu poderio militar, econômico e político. A situação invertia-se quando se tratava dos partidários de França, Inglaterra e seus aliados: para estes, era o império de Guilherme II o agressor, buscando impor pela força a sua hegemonia sobre o mundo. Nos embates intelectuais ocorridos por meio da imprensa fluminense, diferentes projetos de Brasil foram expostos, baseados em modelos civilizacionais diversos. A discussão girava em torno da participação brasileira no conflito, e, a partir das soluções alcançadas, desenvolvia-se uma cadeia analítica sobre o futuro nacional. Afinal, o que a “guerra que acabaria com todas as guerras” significaria para este país ainda em formação? (Pires, 2012, p. 100).

Na Revista Brasil, temos a informação de que o Brasil foi o único país da América do Sul a declarar guerra e a participar do conflito contra os Impérios Centrais (antiga Tríplice Aliança), Impérios Alemão, Austro-Húngaro, Otomano e Bulgária, aliando-se aos países da Tríplice Entente, Reino Unido, França e Império Russo.

O rompimento da neutralidade, posição muito mais cômoda para o Brasil sustentar, foi declarado diante de uma série de provocações desencadeadas pelas ações da guerra submarina alemã, que resultaram em afundamento de três navios mercantes que operavam em zonas de bloqueio franqueadas a países neutros. O estopim aparente foi o afundamento do navio Paraná, com 4.466 toneladas, a maior embarcação da marinha mercante brasileira, que transportava café nas proximidades do Canal da Mancha. Três tripulantes morreram. Diante da agressão, o Brasil rompeu, no dia 11 de abril de 1917, as relações diplomáticas com a Alemanha, por meter “...a pique, contra todas as regras de direito internacional e contra todos os princípios de humanidade, o navio Paraná, que navegava sob pavilhão brasileiro e com tripulação brasileira” (Revista DoBrasil, 1917, nº. 16, p. 500-502).

A mesma edição da *Revista Brasil* prossegue indicando que o abandono da neutralidade não foi uma decisão imediata:

Apesar das reações da campanha da imprensa, de intelectuais e políticos pró-aliados, para que o Brasil abandonasse a neutralidade, a declaração de guerra somente foi assinada oficialmente pelo presidente da República, Wenceslau Brás, em 26 de outubro de 1917. A resistência do governo ao rompimento integral e à entrada na guerra pode ser explicada por duas razões: pela presença do capital alemão na economia brasileira – capital financeiro: bancos alemães financiaram a primeira intervenção no mercado cafeeiro para a valorização do café; capital comercial: grandes firmas alemãs mantinham representantes nas principais cidades do país e empresas industriais alemãs atuavam no mercado brasileiro nas áreas de química, farmacêutica etc. E pela presença significativa de imigrantes alemães nos estados do sul do País: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O próprio ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, de origem germânica, conduzia a política externa de forma moderada, sem grandes arroubos, tentando equilibrar-se na neutralidade (Revista Do Brasil, 1917, nº. 16, p. 500-502).

A neutralidade ou “alegro moderato” era contestada pelos países aliados e pelos fundadores da Liga Brasileira pelos Aliados e pela Liga de Defesa Nacional, políticos e intelectuais, como Graça Aranha, Ruy Barbosa, Olavo Bilac, José Veríssimo etc. O mais proeminente dos intelectuais a favor da entrada do Brasil na guerra foi Graça Aranha, que se tornou um militante da causa e o grande divulgador da obra do francês André Chéradame.

Guilherme II foi o grande artífice do plano pangermanista do Império Alemão. A partir dos impérios centrais, sob seu controle a Alemanha incorporaria partes territoriais em diversos continentes. Inclusive, partes da América do Sul, a parte meridional do Brasil, abrangendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e mais os países Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e parte da Bolívia, tornar-se-iam seus subordinados.

Graça Aranha, em seu prefácio a favor do rompimento completo das relações entre Brasil e Alemanha, centra seu argumento na questão da nacionalidade.

Para a victoriosa afirmação do espírito nacional que resurge, a ruptura com a Alemanha era indispensável. [...] Entramos no período mais singular e mais difícil da nossa formação nacional. O futuro da nacionalidade brasileira exige a parada dessa infiltração alemã [...] Temos que resolver o povoamento do território dentro das forças da nossa nacionalidade e de todas as raças que buscam o Brasil a menos assimilável e a mais perigosa pelo seu poder de absorção é a raça alemã” (Aranha *In*: Chéradame, 1917, p. 26).

O despertar do nacionalismo, e a ressurreição da nação brasileira, para Graça Aranha, somente se faria, se o Brasil enfrentasse junto com os aliados, as pretensões expansionistas do kaiser alemão Guilherme II. Para Graça Aranha, a questão da nacionalidade, o fortalecimento da nação brasileira, era retomada no discurso do senador Ruy Barbosa. Ao lado da defesa dos direitos das nações neutras, violados pela política alemã de guerra submarina, a questão da identidade nacional era enfatizada. No âmbito da guerra submarina, todos os países foram lançados à guerra, independentemente de sua vontade, pois a Alemanha abandonou a distinção entre nações beligerantes e neutras, argumentava Barbosa.

Diante do tratamento ilegal e bárbaro, imposto pela Alemanha às nações neutras, (Chéradame *apud* Barbosa, 1917, p. 512) assevera que tudo impunha a nossa participação na guerra: “[...] nesta crise universal, em que, a meu ver, se acha envolvida a duração do nosso regime, a conservação do nosso território, a preservação da nossa nacionalidade”.

E acrescenta: “ é a guerra das nações contra os déspotas. É a guerra da Grã-Bretanha, a mãe dos parlamentos, da França, a mãe da revolução, da república norte-americana, a mãe das federações modernas, contra o kaiserismo teutônico e o sultanismo turco. É em summa a guerra da democracia contra a autocracia”, (Barbosa, 1917, p. 519).

Além da Revista do Brasil, que reuniu intelectuais preocupados com temas ligados à identidade nacional e ao nacionalismo, surgiu, no mesmo período, em 1915 e 1916, a revista *Atlântida*, mensário artístico, cultural e social para Portugal e Brasil, que buscava a formação de uma comunidade luso - brasileira literária, artística e social (Guimarães, 2011, p. 134-136). A aproximação do Brasil de Portugal baseou-se na defesa da latinidade contra o pangermanismo e na crítica ao expansionismo econômico alemão, que incluía as colônias portuguesas na África, Angola e Moçambique (Chéradame, 1917, p. 273-278; Pires, 2011, p. 13).

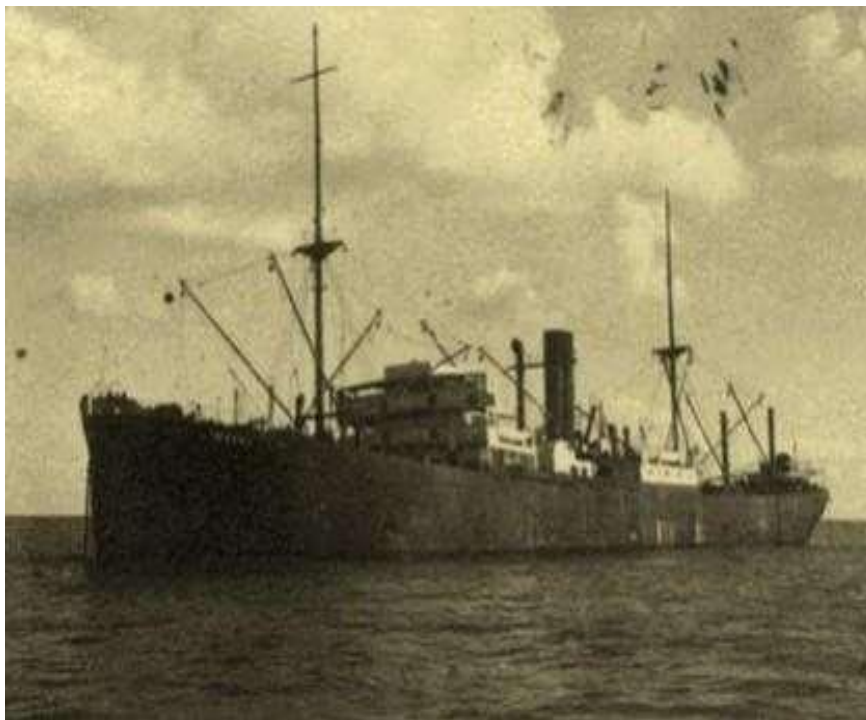
Os diretores da *Revista Atlântida*, o político português João de Barros e o escritor brasileiro, João do Rio ou Paulo Barreto, exploravam a ideia do papel de Portugal na “preservação da raça lusa e latinidade do país”, contraponto à ideia do germanismo. O “Perigo Alemão” ou o “Pangermanismo”, eram apontados como razões para o estreitamento das relações entre os países de língua latina, afora as semelhanças raciais e culturais que se tornavam elementos de composição da nacionalidade (Pires, 2011, p. 14-15).

Diante das ações da guerra submarina alemã; das pressões dos aliados; da entrada de Portugal e dos Estados Unidos na guerra; das críticas por parte de políticos, intelectuais e da grande imprensa (*Jornal do Commercio, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo* etc.), o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a Alemanha em 11 de abril de 1917, após o torpedeamento do navio Paraná. Declarou guerra aos alemães em 26 de outubro de 1917, motivado pelo torpedeamento do navio brasileiro Macau, atacado pelo submarino alemão U-93, no dia 18 de outubro de 1917.

Segundo foi relatado pelo jornal *O Dia* (1917) (Figura 2), oito dias após o episódio envolvendo o navio Macau, a câmara dos deputados federais no Rio de Janeiro, votou favoravelmente sobre uma declaração formal de guerra à Alemanha, e a população brasileira se mostrou muito interessada sobre os desdobramentos do torpedeamento do navio Macau, chegando a se direcionar até a redação do jornal *O Dia*, a fim de saber das últimas notícias. Isto fez com que o jornal publicasse boletins periódicos e os afixasse em uma parede para que o público pudesse ser informado.



Figura 1 – Navio Mercante Macau



Fonte: Museu do Mar (2017)

Os telegramas a seguir, dão conta das movimentações políticas e militares nos dias 25 e 26 de outubro de 1917, véspera e data que acontece a declaração de guerra do Brasil à Alemanha.

Rio, 25 de Outubro de 1917

O Congresso ficará em sessão permanente até resolver sobre a mensagem que sobre o caso do torpedeamento do "Macau", lhe foi enviada, pelo dr. Wenceslau Braz. O sr. Alberto Sarmiento dará parecer favorável amanhã.

Rio, 25 de Outubro de 1917

O director do Lloyd Brasileiro telegraphou ao seu Agente em Lisbôa e ao consul brasileiro em Ferrol, para providenciarem sobre os socorros aos náufragos do «Macau».

Esta edição do jornal apresenta uma sequência cronológica dos acontecimentos, no dia 27 de Outubro de 1917 (BRAZIL-ALEMANHA – ESTADO DE GUERRA, 1917), como se segue:



O afundamento do navio brasileiro Macau, no dia 18 de outubro de 1917, foi o estopim para a entrada do Brasil na guerra. A falta de estrutura bélica e a desconfiança acerca da capacidade militar nacional, não impediram que as pressões políticas e por parte da imprensa forçassem o governo a se posicionar ao lado da Tríplice Entente. O navio Macau possuía 111,5 metros de comprimento e transportava valiosa carga de suprimentos para a França, quando às 17h25min do dia 18 de outubro de 1917, foi torpedeado pelo submarino alemão U-93 no Golfo de Biscaia, ao norte da Espanha e França e ao sul do Reino Unido, segundo relatos de sobreviventes, o navio não havia cruzado com nenhuma embarcação no caminho e fazia uma viagem tranquila.

Rio, 26 de Outubro de 1917

Espera-se que as duas casas do Congresso aprovem hoje o projecto e que o presidente da república poderá decretar amanhã o estado de guerra entre o Brasil e a Allemanha.

No decurso de uma hora após a câmara ter aprovado a medida, o senado acompanhou este entendimento e o presidente Wenceslau Braz sancionou a declaração de guerra, por meio do decreto Nº 3.361 de 26 de outubro de 1917, sendo que o marechal Caetano de Faria, declarou na mesma noite que não seriam enviadas tropas para lutar em solo europeu (O Dia, 26 às 19,50 (URGENTE), 1917).

DECRETO Nº 3.361, DE 26 DE OUTUBRO DE 1917

Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo único: Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da República a adotar as providencias constantes da mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa, nacional e segurança pública que julgar necessárias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações do credito que forem convenientes para esse fim; revogadas as disposições em contrário .

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1917, 96º da Independência e 29º da República.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

Nilo Peçanha.

José Caetano de Faria.

Alexandrino Faria de Alencar.

Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

A. Tavares de Lyra (O DIA, 26/10/1917).

No período que o Brasil esteve envolvido diretamente no conflito, enviou para a guerra uma divisão naval composta por seis navios de combate e um navio carregador de carvão. Entre eles, estavam os cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul* e os contratorpedeiros *Piauí*, *Rio*

*Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina.* Essa divisão, segundo o historiador Luís de Alencar Araripe, a 7 de maio de 1918:

[...] zarpou para Gibraltar, onde se reuniria à esquadra britânica, para participar da guerra antissubmarino. A Divisão de Operações de Guerra, composta de dois cruzadores e cinco contratorpedeiros, um navio auxiliar e um rebocador, sob o comando do contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin. A Divisão só chegou a Gibraltar em novembro de 1918, retida que foi na costa africana pela terrível pandemia que foi a gripe espanhola (Araripe, 2013 p. 342-343).

Além dessa divisão marítima, outra contribuição pontual do Brasil à guerra ocorreu no combate no ar, em auxílio à aviação de guerra britânica e aos feridos em combate. Como destaca, novamente, o historiador Alencar Araripe:

Aviadores brasileiros combateram ao lado dos pilotos britânicos e franceses. Oficiais do Exército serviram na Frente Ocidental, em unidades do Exército Francês. Um deles, o tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, como general, foi o grande reformador da Escola Militar de Realengo, criador da mística do cadete de Caxias. Oitenta e seis médicos, incluindo dezessete professores de Medicina, quase todos civis, comissionados oficiais, integraram a Missão Médica que partiu do Brasil a 18 de agosto de 1918 e até o fim da guerra trabalhou no hospital Franco-Brasileiro, mantido pelos brasileiros residentes em Paris (Araripe, 2013. p. 342-343).

Os brasileiros permaneceram na Europa até os primeiros meses de 1919, assim, a maior contribuição que o Brasil deu aos aliados na Primeira Guerra Mundial, foi o envio de uma equipe médica para tratar os feridos de guerra, na França. Em 25 de junho daquele mesmo ano, a Divisão Naval de Operações de Guerra foi dissolvida.

Em 1918, em um folheto publicado pela Liga Brasileira pelos Aliados, Rui Barbosa expôs suas impressões acerca das negociações de paz que se desenrolavam. Para o senador, o pagamento de indenizações aos beligerantes vitoriosos e a destruição das armas germânicas deveriam ser acrescidas da invasão do seu território, como garantia do cumprimento de suas obrigações como derrotada (Barbosa, 1918, p. 3).

Para Barbosa, não o fazer, permitiria o futuro reerguimento alemão, de acordo com a seguinte passagem. Com os seus exércitos salvos, com o seu território intacto, com o seu amor-próprio nacional reerguido, a vencida recolheria as suas forças para ter, daí a pouco, exigências de vencedora, e, brevemente, da outra vez, que fazer às potências liberais, vítimas da sua excessiva generosidade (Barbosa *apud* Pires, 2012).

Os alemães são acusados do extermínio dos índios no em Santa Catarina, de armarem e de comporem as forças dos “bandoleiros fanáticos”, isto é, dos crentes seguidores do monge João Maria e do seu movimento messiânico; de ocuparem a maior parte dos cargos

administrativos das cidades; de constituírem a maioria dos eleitores em determinados municípios; e de manterem escolas de onde saíam sucessivas gerações de súditos germânicos, tão autênticos quanto os que haviam deixado o cordão umbilical na Prússia (Vogt, 2007).

As sociedades de atiradores existentes em Santa Catarina, eram para Darcanchy, batalhões de atiradores preparados para servir o Império Alemão. Sob o disfarce de associações de tiro teuto-brasileiras, elas, no seu conjunto, constituiriam um perfeito exército colonial prussiano. Exerceriam função estratégica para o aumento dos domínios coloniais da Alemanha imperialista (Darcanchy *apud* Vogt, 2007, p. 235).

Esse modelo de organização militar, creada e mantida pelos allemães, é, quiçá, a mais audaciosa obra do pan-germanismo levada a efeito naquella porção do território nacional. Nada falta para lhe dar o character, que effectivamente tem de há muito, de tropas de desembarque já desembarcadas no sul do Brazil: quartéis, fardamentos, espingardas, disciplina prussiana e até campos para manobras. Cada batalhão tem, em média, de 200 a 300 soldados, possuidos em alto grau do espírito de raça, que é aliás, o mais notável característico dos allemães e seus descendentes. [...] no Brazil meridional já existe, de facto, um exército composto de reservistas allemães, respeitável pelo número e pelas qualidades thecnicas. (Darcanchy *apud* Vogt, 2007, p. 235).

A imprensa brasileira no geral, contribuiu para criar o “Perigo Alemão”, suposto plano de anexação do sul do Brasil e outros países da América do Sul ao Império Alemão, no período da primeira guerra mundial. Através de matérias e manchetes, jornais de diversos estados brasileiros, afirmaram que realmente existia um *Plano Pangermanista*.

No entanto, as fontes utilizadas para a comprovação do suposto plano, muitas vezes estavam vinculadas a discursos políticos e propaganda de guerra, fato que sugere que, em diversas ocasiões a tensão do conflito e os ânimos acirrados dos partidários de ambos os lados da conflagração, se confundiram com uma realidade que não estava evidente de fato. Havia as agências internacionais de notícias, que transmitiam as informações dos fronts de batalhas na Europa, estas notícias, nem sempre se referiam aos assuntos citados pelos periódicos nacionais, em algumas ocasiões, foram distorcidas em defesa dos ideais políticos de quem as publicavam.

---

<sup>1</sup>O movimento social-messiânico da Guerra do Contestado, se caracteriza na crença da ressurreição do monge José Maria, quando videntes passam ordens recebidas do monge aos demais integrantes das cidades santas (redutos). A simbologia das orações, dos rituais e das práticas de guerra também reafirmam o caráter místico e religioso do movimento. O nome Contestado se deve ao fato de o movimento ter acontecido numa área disputada entre os estados do Paraná e Santa Catarina.

## 2.2 O CLARÃO: UM JORNAL CONSTRUINDO O PERIGO ALEMÃO.

O jornal *O Clarão*, resalta Rudy (2008), publicado em Florianópolis desde 20 de Agosto de 1911, possuía como característica uma linguagem cômica e sarcástica, objetivando uma propagação mais rápida entre a população comparativamente a utilização de uma linguagem estruturada de acordo com a norma dos cânones intelectuais.

Circulou em formato de 4 páginas e ocasionalmente com 6 páginas até o ano de 1918 (Bilibio, 2020). Rascke (2018) contabiliza um total de 280 números entre 1911 e 1918. Sobre os seus proprietários e redatores existe muito pouca informação, pelo fato de serem usados pseudônimos, só se tem certeza do redator responsável, denominado Chrysanto Eloy de Medeiros (Bilibio, 2020).

O jornal *O Clarão* não possuía fotos, no máximo desenhos em forma de vinheta entre outros formatos. Em todo o acervo analisado por Bilibio (2020) foram identificados apenas 86 anúncios relacionados a 15 anunciantes, portanto, conclui-se que o espaço publicitário era praticamente inexistente, sendo preenchido pelo próprio jornal, o que o leva a crer que a manutenção do periódico se dava por outros meios.

A despeito da falta de anunciantes, os redatores foram bem sucedidos em divulgar seu jornal para além das fronteiras do estado de Santa Catarina, sendo divulgado em outros estados da região sul e no sudeste, assim, estabelecidos vínculos com outras publicações de vertente semelhante a exemplo d'*A Lanterna* e *O Livre Pensador*, ambos paulistas (Rudy, 2008). Para Rudy (2008, p. 89) isto favorecia o aprimoramento das lides de *O Clarão* (Figura 4) e um maior engajamento em lutas comuns.

Assim, Bilibio (2020), indica também que a historiografia é mais prudente ao analisar o fato. Alguns pontos, discutidos ao longo da exposição das ideias oriundas dos jornais, podem ajudar a esclarecer a situação. Uma primeira consideração seria a de que, após a chegada dos portugueses, o primeiro povo europeu a tentar se estabelecer no Brasil, já no século XIX, foram os alemães. Seus primeiros movimentos ocorrem nas primeiras décadas daquele século, dezenas de anos antes da chegada, por exemplo, dos italianos. Ou seja, a percepção física dos alemães incorporou-se no Brasil praticamente um século antes da eclosão da segunda guerra mundial.

Assuntos que gravitam em torno do escopo de interesses da Maçonaria eram muito presentes nas páginas d'*O Clarão*, o que serve de indício da possível origem dos fundos do jornal (Rudy, 2008). Rascke (2018) afirma que o jornal era ligado à Maçonaria, o que se evidencia pelas fortes críticas ao catolicismo e iniciativas realizadas por padres e outras lideranças religiosas, em específico aqueles que fossem de origem alemã.

Não achamos palavras que possam exprimir os nossos agradecimentos ao ilustre colega o "*Livre Pensador*" de S. Paulo, pela honra que nos concedeu em transcrever um artigo nosso em defesa da Maçonaria, tacada por um hieróglifo pasquim que com o título de "*Epoca*" publica-se nesta capital. Somos também mui gratos pelas palavras de conforto que nos deu o colega e pelo elogio felto ao nosso *O Clarão*. *O Livre Pensador* é um conceituadíssimo jornal que muito honra a imprensa do país.

De acordo com Poluceno (2008), *O Clarão* possuía a característica de manifestar um discurso mordaz contra a Igreja Católica e a romanização do catolicismo, por influência de padres estrangeiros que aportaram no Brasil ao final do Século XIX. Pelo fato de a Maçonaria ser associada ao tenebrismo, o jornal não se fazia de rogado, satirizando com o imaginário criado pelos cristãos em relação ao assunto (Rudy, 2008, p. 91).

Duras críticas ao clero catarinense são constantemente publicadas pelo jornal, em muitas ocasiões, ironicamente se utilizando de metáforas, o periódico satiriza as atitudes do clero a nível nacional citando fatos ocorridos em outros estados, com adjetivos vulgares, afirmando que eram repulsivos e imorais.

#### DIABO È O FRADE OU PADRE INFERNO E' ONDE VIVEMOS

Diabo é o “frade” ou “padre” estrangeiro, que semeia a discórdia e a deshonra no lar domestico. Diabo é o “frade” ou “padre” que do púlpito prega descaso às leis do Brasil para onde veio engordar e enriquecer (O Clarão, 02/10/1915).

Inclusive, Rudy (2008) afirma que no jornal *O Clarão*, o personagem diabo e sua variante satanáas, eram frequentemente empregados como pseudônimos para assinar artigos e como tema de discussões, objetivando satirizar a superstição católica ou então simplesmente apresentar estes personagens dentro de uma ótica divergente das concepções respaldadas pelo clero.

No ano de 1912, o clero catarinense era formado por 27 padres diocesanos e 74 padres religiosos, sendo que a diocese de Florianópolis contava com 40 padres franciscanos, 11 jesuítas alemães, 3 lazaristas italianos, 2 poloneses e 18 sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus (Ferreira, 2015, p. 10).

Os padres alemães sempre se mostraram solícitos em evidenciar que o primeiro bispo de Florianópolis foi um alemão nato, e a pedido dele foram assumidas várias paróquias do litoral catarinense, o que teria ocorrido por volta de 1908. Inclusive, o criador da diocese de Florianópolis também era alemão, chamado Monsenhor Topp (Ferreira, 2015, p. 10).



Figura 3 – Jornal *O Clarão*  
 “Orgam de combate legalmente constituído e de maior aceitação no Estado”



Fonte: O Clarão (1916)



Como resultado das publicações d'*O Clarão*, o clero de Florianópolis teria tomado medidas para limitar as críticas patrocinadas pelo referido periódico, como a excomunhão do mesmo por meio do Aviso nº 14, instituído pelo padre português Joaquim D. de Oliveira, e lido nas igrejas da capital e arredores desde 26 de Novembro de 1916, circunstância que foi evidenciada pela edição de 27 de Abril de 1912.

#### BOYCOTTAGE FRADESCA

Por completos desorientados era preciso que os padres, ante a colossal campanha anticlerical nascente, lançassem mãos a um recurso qualquer para julgarem mais seguros os meios elícitos com que usam para catequese dos fieis. Lançaram mãos da boycottage, arma de perversos, para fazer mal ao próximo; para fazer mal ao próximo, eles, os padres, os repercutores das palavras do texto: amai ao próximo como a voes mesmo!

Escândalo!

Todos os comerciantes, proprietários, hoteleiros, aqui na capital ou em parte do Estado, uma vez que sejam só assinantes do *Clarão* são imediatamente perseguidos pelos padres. Aconselham aos seus carneiros tosquiados a não comprarem mais, a não venderem, a não falarem a não serem fregueses desse ou daquele, sendo assinantes, só assinantes desse jornal. As provas por escrita e verbais, temos em nosso poder.

Até que ponto chega a desmoralização do clero!

A Boycottage no clero!

Era só o que faltava; e se falta-lhes esse recurso...Adeus mitras, cetros, batinas, concessionários e ... círculos católicos! Vai tudo por água abaixo.

Puxem na corda e vamos ver por onde rebenta!

Força Clero! Força que nós estamos firmes e resolutos (*O Clarão*, 27/04/1912).

Bilibio (2020) evidencia que as críticas d'*O Clarão* também se direcionavam aos alemães, ao argumentarem que estes não nutriam nenhuma identificação ou simpatia pelo Brasil, e com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, afirmavam que os interesses da Alemanha ficavam em primeiro lugar em detrimento dos interesses do Brasil.

Esta atitude do periódico se explica pelo fato de no contexto da primeira guerra, serem feitas as primeiras acusações em relação ao “Perigo Alemão” e, como a larga influência do clero alemão em Santa Catarina poderia representar um risco para a população do estado. Entretanto, o deputado federal Lebon Régis minimiza este risco, ao afirmar que o caboclo catarinense tem por hábito acompanhar as festas da igreja, ouvir as missas e batizar os filhos, entretanto, o seu contato com a igreja se limita a isso, pois não procura manter contato próximo com o vigário, principalmente se for alemão, ficando a salvo de uma possível influência (Ferreira, 2015, p.10).

E uma série de outros relatos confirma o discurso do deputado, como é o caso do relato do padre Geraldo Spettmann que em 1909 afirmou que “não foi mimado” (Ferreira, 2015, p. 10) em uma paróquia brasileira de Brusque, o que se deve ao fato de que os descendentes de alemães se mostram mais amistosos com os padres, enquanto os luso-brasileiros são mais arredios (Ferreira, 2015, p.10).

Portanto, observa-se como sendo muito comuns as matérias sobre a atuação dos padres no ensino, na política e na vida social, e críticas ao governo quando este não busca se posicionar de maneira firme contra a influência alemã na sociedade por intermédio dos padres católicos (Bilibio,2020). “E nesta teia de tensões que marcavam o limiar da República Velha, o anticlericalismo mostrava-se como um interessante instrumental de luta social frente às arregimentações entre poder público e o alto clero em Santa Catarina” (Rudy, 2008, p. 99).

Portanto, Bilibio (2020), indica que em sua cruzada contra o perigo alemão, o jornal não arrefece. O próximo destaque neste sentido será a capa da edição de 16 de setembro de 1915. A matéria cobre a página inteira e mais da metade da segunda página. Uma das situações mais utilizadas quando os jornais – e aqui não só *O Clarão* – desejavam alertar contra o perigo alemão, era o uso da língua materna por parte destes, mesmo em casos em que comprovadamente os teutos já dominassem o idioma português. A recusa de se comunicar com os brasileiros era vista como um ato de hostilidade. Embora possivelmente existissem tais atos, é muito mais plausível pensar que faltavam escolas e professores para as comunidades alemães, no meio rural, sendo tal carência, inclusive, não restrita aos alemães.

Conforme Bilibio (2020) indica, a última edição do mês de setembro de 1915, publicada no dia 30, dedica as duas primeiras páginas aos alemães. Na primeira página, trata do êxodo dos colonos alemães do sul do Brasil em direção ao Paraguai. O jornal vê este fenômeno com bons olhos, mas ressalta a posição do jornal *A Noite*, que critica a saída dos colonos, visto que com isto perde o Brasil a força de trabalho de milhares de pessoas. *O Clarão* diz não lamentar a saída dos colonos, mas o fato de mais um jornal brasileiro não perceber o “Perigo Alemão” e tomar a defesa destes. Tanto que para a matéria inserida na página dois, o título é mais ousado: “Há ou não há o perigo alemão?” A matéria retoma vários pequenos fatos, alguns já publicados anteriormente, tanto no mês de setembro quanto nos meses iniciais do ano. E novamente é feita uma crítica ao jornal *O Dia*, que pertenceria a capitalistas alemães (*O Clarão*, 30/09/1915).

Em matéria de 1916, *O Clarão* o ressalta que iniciou sua campanha de alerta sobre o “Perigo Alemão” em 1913, criticando além dos alemães o clero em geral.

Desde 1913 que demos o grito de alarme contra o perigo alemão, ante o conchavo do Kaiser e o Papa, e por isso vamos reproduzir o motivo a que deu causa o nosso grito de alarme. A folhas 295 do *Almach Bertrand* de 1913, lê-se: OS PADRES ALEMÃES NO BRASIL: Segundo um telegramma de Roma, o Imperador Guilherme acaba (1911) de alcançar d'aquella capital, uma importante vitória: Obteve do Papa que, deora avante, nos três grandes estados do Brazil, Rio grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, será apenas auctorizado o ingresso de padres allemães, devendo pouco a pouco ser retirado

o clero francez, que até aqui exercia sua influência naquelles estados. E... não há perigo alemão ? (O Clarão, 23/09/1916).

O jornal *O Clarão* em matéria de 22 de Janeiro de 1916, ironicamente contesta as atitudes dos que não acreditavam no “Perigo Alemão”, citando uma série de evidências que segundo o periódico, seriam provas suficientes para comprovar a existência do plano pangermanista.

Um propheta

Anda ou andou aqui um profeta Allemão.a anunciar a victoria final da Allemanha a querer convencer o publico que nunca houve perigo allemão. Os livros allemães, os mapas allemães, as prelecções allemães em casas de instrução, a ameaça de ajuste de contas, a escripturação de camaras municipaes em allemão... nada disso, constitue perigo allemão, no juiso do profeta “Allemão”, e de outros prophetinhas que querem tapar o sol com uma peneira para fazerem o seu negocio à custa da autonomia e da honra, como os condes romanos e outros que levam a falta de consciencia ao ponto de offenderem a sua terra e os seus patricios para elevarem aquelles que já consideravam o Brasil como possessão sua.

A matéria compara os que estavam alheios e descrentes do “Perigo Alemão”, aos súditos do Império Romano que não levaram em consideração a ameaça bárbara germânica na antiguidade, e por consequência caíram frente aos ataques daqueles povos.

Os que crem no “perigo alemão” provam o que dizem com mappas, livros e outros escriptos; mas os que negam esse perigo, dizem apenas que elle não existe e não apontam documentos que afirmem sua negativa interesseira. O perigo estava latente, e já teria rebentado si não fosse a guerra européia. Agora como as coisas andam pretas, é que nos mostram muita amisade.

Mas não pega.

Os brasileiros, os bons brasileiros, (não os que comem lentilhas) já estão fartos de conhecer a sinceridade dessa amisade, até dos aqui nascidos, que não nos enguliram ainda porque não tiveram ocasião.

O Jornal prossegue citando pejorativamente um profeta alemão, mas não deixa claro quem seria o difusor daquelas ideias. Não sabemos se o periódico se refere aos políticos catarinenses de origem teuto-brasileira ou a algum alemão.

O propheta "Allemão". perde o tempo e o latim, porque ninguem o acredita!

O perigo, si não existe, existio, e si não existe e porque cousas extranhas o dominaram agora, mas ficara de reserva, para outra ocasião, si houver oportunidade para isso. E torna-se preciso, já que estamos aqui a dizer uma verdade só negada por espiritos pequeninos e mal intencionados, tornar bem publico e bem claro que ainda assim nossos inimigos, não são os allemães natos, que não são precisamente gratos e leaes para com a terra que os acolhe e os trata com todas as deferências e delicadezas; os peiores são os já aqui nascidos, como apontaremos pelos nomes, si tanto for necessario, e tambem os que para serem agradaveis as famílias allemas a que se ligaram, chegam a menoscabar ate da nobre corporação que pertencem e a dizer que o seu maior desejo seria irem servir no exercito allemão!

O periódico prossegue citando o descaso daqueles que não acreditavam no “Perigo Alemão”, e aponta os teutos-brasileiros ( descendentes de allemães nascidos no Brasil ) como os piores traidores nessa questão, que é tratada como uma ameaça a soberania nacional.

E' sabido, si propheta \*Alemão”, não sabe, fique sabendo, que ha pouco tempo um filho de alemão nascido no Brasil, e eleitor, assignou um manifesto da colonia alemã considerando-se allemão!

E' sabido que em todo o Estado os allemães formam um Estado à parte; que julgam a raça latina inferior e indigna; que nas suas escolas só entram livros e mapas allemães; que a nossa bandeira já tem servido de alvo de zombaria por diversas vezes; que há camaras municipaes cuja escripturação é feita em allemão; que em Annitapolis o delegado de policia foi recebido por um batalhão allemão a toque de corneta armado talvez com bandeira allemã para nos metter medo (O Clarão, 22/01/1916).

A matéria d'*O Clarão* de 22 de Janeiro de 1916 faz alusão à um “profeta alemão” que estaria anunciando a vitória final da Alemanha e a inexistência de um “Perigo Alemão”. Neste sentido, a matéria contra argumenta apresentando indícios do contrário pela existência de “...livros allemães, os mappas allemães, as prelecções allemães em casas de instrução, a ameaça de ajuste de contas, a escripturação de camaras municipaes em allemão...” (O Clarão, 1916).

A matéria sustenta esta afirmação, descrevendo que aqueles que crêem na existência do “Perigo Alemão”, têm como provar o que dizem, enquanto aqueles que negam este perigo, se limitam a dizer que ele não existe sem apresentar provas. Além disso, alega que com a escalada da guerra, os allemães buscaram se aproximar dos brasileiros demonstrando amizade, entendendo que esta amizade não é sincera e passível de incredibilidade.

Trechos como “O perigo, si não existe, existiu, e si não existe é porque cousas extranhas o dominaram agora, mas ficara de reserva, para outra ocasião, si houver opportunidade para isso” (O Clarão, 1916), passam a impressão de que, quem quer que tenha publicado a matéria é um inimigo dos allemães, ao acusar a existência de um “Perigo Alemão” como se fosse uma espécie de destino manifesto, se portando ele próprio como profeta anunciando a irrevogabilidade da existência de um “Perigo Alemão”.

O perigo allemão

A CONQUISTA DO BRAZIL

ATLAS REVELADOR

D'*O Século*», do Rio de Janeiro, de 3 do corrente: "Em sua Carta de Paris. datada de 3 de dezembro. e hoje publicada n'«*O Paiz*», escreveu Xavier de Carvalho: \*Contam os jornaes do norte da America, folhas essencialmente neutras, um episodio que o - *Daily Mail*". de Londres, sublinhou e a que as folhas de Paris (e de Madrid igualmente se referiram, com interessantes e precisos comentários. Trata-se do seguinte/ num "lunch" do Club dos Caixeiros Viajantes, em Nova York, o sr. Alfredo Novaes mostrou aos hospedes um atlas recentemente publicado na Alemanha, no qual vemos designadas como regiões allemãs\* toda a parte sul do Brazil, quasi toda a Republica argentina, o, Uruguay, o Paraguay e o Chile. (O Clarão 29/01/1916).

O periódico *O Clarão*, afirma a existência de um plano pangermanista de anexação de alguns territórios sul-americanos, citando outros órgãos de imprensa que expressaram a mesma opinião em países europeus, ressaltando um episódio ocorrido nos Estados Unidos. Prossegue afirmando que na Alemanha, os territórios que fariam parte do plano, já eram vistos como parte da grande nação alemã.

Existe esse atlas?

Sim, existe e é compulsado nas grandes escolas da Alemanha. Foi publicado em Leipzig, com o título *Gross Deutschland*, há cerca de quatro anos, pelo sr. R. Tannenberg. Na página 255 desse atlas é que se encontra o mapa da futura Alemanha da América do Sul. O autor diz mesmo que é preciso suprimir, por inúteis, as línguas hespanhola e portuguesa. Esse desejo de bom e intransigente pan-germanismo não vem no atlas: exprimiu-o o autor numa entrevista há anos publicada e a que o "Daily Mail" também se referiu, citando a revista alemã onde fora publicada. Leia-se, portanto, com a devida atenção *Sudamerika eine die-deutschen!* interesses, de Wilhelm Sievers, em que aparece nitidamente expresso com uma sinceridade brutal o plano de germanização do sul do Brasil. Primeiramente, por meio de influências, sob a forma de colonização econômica e industrial, depois pelo meio da conquista, à maneira teutônica. O pan-germanista Sievers, autoridade nas altas regiões oficiais de Berlim, acrescenta: \* Uma anexação como a que realizamos na China, em Kião-Tchäou. É perigoso, porque levantariamos protestos da população indígena: o que é necessário é a conquista pela força, completando o trabalho anterior da conquista pacífica pela influência comercial." Isto é, a Alemanha continuará na América do Sul a obra que havia empreendido na Bélgica, e com resultados idênticos (*O Clarão*, 29/01/1916).

Em matéria do *O Clarão* de 29 de Janeiro de 1916, o jornal faz menção a um suposto mapa que um indivíduo chamado sr. Alfredo Noves teria apresentado em Nova York em um encontro do Club dos Caixeiros Viajantes um mapa produzido na Alemanha em que toda a parte sul do Brasil, a maioria da Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Chile são descritos como regiões alemãs. Como tentativa de revestir a matéria de maior veracidade, afirma que o episódio teria sido relatado por folhas "essencialmente neutras" (*O Clarão*, 2016) dos Estados Unidos e pelo *Daily Mail* de Londres. ‘

Em seguida a matéria d'*O Clarão* afirma, categoricamente que o atlas existe e é apresentado em grandes escolas da Alemanha, com o título "A Grande Alemanha", do original "*Gross Deutschland*". Inclusive descreve com precisão a página em que está presente o mapa da futura Alemanha da América do Sul. E acusa autores como Wilhelm Sievers, de defenderem um plano de germanização do sul do Brasil, que se daria pela influência exercida pela colonização econômica e industrial, e então pela conquista, ou seja, pela via da anexação, aos moldes do que a Bélgica fez na região africana do Congo.

#### O perigo alemão

No nosso último número de 29 de Janeiro do corrente ano, transcrevemos um bem elaborado artigo publicado no "O Século" no Rio, no qual o sr. Xavier de Carvalho, em carta escrita ao "Paiz" relata factos que plenamente justificam as tendências do império germânico sobre a América do Sul, visando de preferência a conquista das Repúblicas Brasileira, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

Quem leu as considerações expostas no referido artigo, as provas irrefutáveis, os documentos citados e os nomes dos seus autores, jamais poderá negar que os nossos "amigos" alemães tem pretensões a tudo conquistar especialmente ao Brasil, aguardando somente a ocasião azada para dar bote certo.

Como afirma o celebre von Liebert a "Alemanha possuindo cinquenta milhões de homens no seu império e cerca de trinta milhões espalhados pela América do Sul e que falam à sua língua, com essa formidável massa fácil seria conquistar toda a América, que na sua totalidade é formada de repúblicas fracas, mal armadas e mal exercitadas, impondo-se então a mudança de linguagens para ser falada unicamente a que fala o povo eleito de Deus e que tem por seu representante na terra o Kaizer"!!

Na matéria o jornal, rebate a afirmação alemã de que os povos sul-americanos seriam despreparados militarmente e desprovidos de capacidade de reação frente a um ataque ou invasão. Assim, afirma que os povos sul-americanos eram patriotas e por consequência, estariam dispostos a defender seu território frente a qualquer ameaça alemã.

E' realmente desaforada ou irrisória taes pretensões !

Na opinião de von Liebert, a America do Sul é tão facil de conquistar-se como se fora qualquer ponto da Costa d'Africa. Ignora porventura von Liebert, que os Americanos do Sul tambem são guerreiros e como todos os povos valentes não temem a lucta.

Puro engano!

Os Americanos do Sul sabem lutar, sabem vencer, sabem morrer pela defesa de suas patrias, ha apenas uma differença dos guerreiros da Germania que é o respeito devido ao inimigo vencido, ás suas propriedades, as suas esposas, as suas filhas honestas, não falseando como fez o exercito da "kultura" que esmagando a pequena mas nobre Belgica, plantou em todos os seus recantos a orgia a e a devassidão a par dos mais indignos actos de barbaria. É a verdade historica dessa pagina negra que a Allemanha jamais podera apagar uma só letra (O Clarão, 05/02/1916).

Uma semana depois, *O Clarão* faz nova menção a esta matéria sobre as supostas pretensões da Alemanha em relação à América do Sul, afirma que os alemães estariam apenas “aguardando somente a ocasião azada para dar bote certo” (O Clarão, 1916), defendendo que os dados apresentados são irrefutáveis. Em seguida afirma que existem aproximadamente 30 milhões de alemães espalhados por toda a América do Sul, tornando possível com este contingente conquistar todo o continente formado por “republicas fracas, mal armadas e mal exercitadas”(O Clarão, 1916). Afirmações como esta dão a entender que o jornal está defendendo uma agenda claramente xenofóbica, que acusa inclusive os alemães de serem violadores contumazes das mulheres dos vencidos, o que certamente poderia levar a reflexos na sociedade catarinense da época, como agressões aos alemães. Acusações graves que são feitas a despeito de o estado de Santa Catarina já ter produzido figuras da estirpe de Felipe Schmidt<sup>2</sup> e Lauro Müller<sup>3</sup>, que entraram para a história daquele estado e do Brasil.

De dia para dia mais nos convencemos de que o “perigo alemão”, tão fallado, e tão negado por brasileiros sem consciencia ou vendidos aos interesses de exploradores e de ingratos, existio e existe, embora hoje um tanto diminuido pelas sucessivas derrotas que os aliados vão inflingindo aos invencíveis exercitos que em quatro dias entrariam em Paris, em oito tomariam Londres e em quinze dominariam Petrogrado, mas que quasi dois annos depois ainda não puderam almoçar em Paris, jantar em Londres e ceiar em Petrogrado.

<sup>2</sup>Felipe Schmidt nasceu em Lages, SC, na data de 4 de maio de 1859. Ainda pequeno mudou-se para Tijucas onde fez seus primeiros estudos, concluídos em Desterro. Na carreira Militar foi Alferes-aluno em 1881, 2º Tenente de Artilharia em 1882. Trabalhou na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e na estrada de União da Vitória-Palmas, entre outros trabalhos militares no Estado e Nação. Foi 1º Tenente em 1883, Capitão em 1890, Major em 1892 e Tenente-Coronel em 1900. General de Brigada em 1918 e Reformado como General de Divisão em por volta de 1919. Na carreira política foi Deputado à Assembléia Nacional Constituinte em 1891 e a 1ª Legislatura de 1891-1893. Governador de Santa Catarina em 1898-1902, Senador na vaga de Lauro Muller em 1909 e posteriormente novamente Senador por nove anos de mandato 1909, mas renunciou por ser eleito Governador do Estado (1914-

1918). Senador por cinco anos completando o mandato de Hercílio Luz eleito Governador em 1919 e Senador por nove anos em 1924. Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de maio de 1930

<sup>3</sup>Lauro Severiano Muller nasceu em Itajaí no dia 8 de novembro de 1836. Fez estudos primários em sua terra e posteriormente seguiu para o Rio de Janeiro. Teve duas carreiras paralelas, a de militar e a de político. Na vida militar foi Alferes em 1885, 2º Tenente em 1889, 1º Tenente em 1890, Major em 1900, Tenente-Coronel em 1906, Coronel em 1912, General de Brigada em 1914 e General de Divisão em 1921. Na carreira política foi indicado para Governador em 1889, em 1891 foi Deputado à Assembléia Nacional Constituinte e a 1ª Legislatura de 1891-1893. Deputado Federal a 2ª Legislatura 1894-1896, à 3ª Legislatura 1897-1899, Senador à 4ª Legislatura por nove anos 1900-1908. Foi ministro da Viação e Obras Públicas do Governo de Rodrigues Alves e no ano de 1907 voltou a ser senador para completando o mandato de Gustavo Richard. Novamente Senador no ano de 1912, eleito por nove anos e renunciando no mesmo ano para assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Em 1917 volta a ser Senador ocupando a cadeira de Abdon Batista renunciante. Senador por nove anos eleito em 1921. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras e faleceu em 30.7.1926.

E convencidos como estamos, em vista de milhares de provas. entendemos que, já que os poderes publicos não tomam medidas que cerceiem os abusos e as violencias de hospedes ingratos e nada leaes que faziam no Brasil trabalho de sapa pela escola, pela igreja pelo commercio, minando o sub-solo da nossa patria para fazel-a rebentar em dia determinado, é preciso que o povo abandone esse "laisseraller" em que tem vivido até agora, e se prepare para fazer respeitar a nossa nacionalidade, obrigando aqueles que nos ferem e nos ameaçam a recolherem-se a sua nullidade.

Agora mesmo, segundo os jornaes, um consul alemão nos ameaçou com 80.000 homens e estava mandando construir uma fortaleza em territorio brasileiro; Em Brusque, um jornal orientado pelo Superintendente municipal, insulta o Brasil; em Blumenau, em Joinville, em toda parte onde ha um jornaleco na arvevesada língua allema, esse jornaleco é um orgam de diffamação do Brasil e dos brasileiros.

O celebre Zeimmerli, que por aqui andou, ou seja um idiota, um cervejeiro, ou coisa semelhante, teve a petulancia, o descoco, a falta de character de pretender que os alemães imponham que todas as autoridades sejam allemas! Chegam a fundar sociedades secretas com o beneplacito dos consules alemães e portanto do governo allemão, e portanto do Kaiser !

Sociedades secretas ?

Para que Sómente beocios ou vendidos fingirão ignorar !

Para ser mais activo o trabalho da traição !

E então ? ( O Clarão, 15/04/1916).

Na matéria de 15 de Abril de 1916, o jornal reafirma que o “Perigo Alemão” existiu e existe, embora hoje, um tanto diminuído pelas sucessivas derrotas que os aliados vão infringindo aos invencíveis exércitos que em quatro dias entrariam em Paris (O Clarão, 1916). Mesmo assim, conclama os poderes públicos a tomarem medidas para cercear os abusos e as violências promovidas pelos alemães, ao supostamente influenciarem o catarinense incauto em escolas, igrejas e no comércio, fazendo com que se recolham à sua nulidade.

O discurso da matéria apresenta um claro tom xenofóbico, ao apresentar ideias preconceituosas em relação à língua alemã, aos cervejeiros “ou coisa semelhante” (O Clarão, 1916). E inclusive acusa os alemães de fundarem sociedades secretas, com o beneplácito de consules alemães e do próprio governo alemão, embora o próprio jornal *O Clarão* possua ligações estreitas com uma sociedade secreta (Rascke, 2018), dando a entender que existe de fato uma agenda por trás das publicações do jornal.

Os frades e os Conventos

Agora que o governo está com as mãos na massa e é urgente tomar medidascautelosas, deve acabar de vez com esse parasytismo fradesco que traz para o paiz a corrupção moral, falsos principios de uma filosofia hypocrita e mentirosa e deturpação dos bons

costumes.

Com que vantagem estão ahi esses bojudos fradanhões teutonicos ou hollandezes, desfructando milhares de contos de réis, que ha muito deviam fazer parte do patrimonio nacional ?

Porque principio e com que vantagem estão de posse de tantas riquezas, creando dificuldades e exigindo indemnisações do governo, como se fossem realmente donos e senhores do que é nosso, do que nos pertence de direito? Os conventos possuem os melhores terrenos do litoral e das cidades, como Rio, Santos, São Paulo, Bahia, Angra dos Reis e por todo o territorio nacional, onde estenderam a sua rede de usurpação.

Emquanto esses conventos tinham como administradores frades brasileiros e estes uma missão a cumprir, vá que o governo condescendesse. Mas hoje que os conventos são quartéis generaes de soldados allemães, sob o ferreo comando do "Papa Negro" allernão, qual a missão desses parasytas?

Não ha "perigo alemão"? (O Clarão ,15/12/1917).

E por este mesmo fato de possuir estreita ligação com círculos iluministas e sociedades secretas (Rascke, 2018), é até compreensível observar a virulência com a qual o periódico ataca a Igreja Católica, em específico aqueles que são alemães, acusando-os de serem parasitas que vivem às custas da população e que exigem indenizações do governo, a despeito de os conventos possuírem os melhores terrenos do litoral e em outras cidades. Chegando a afirmar que os conventos são quartéis gerais de soldados alemães.

Estranhamente, o jornal parou de circular um ano após o término da guerra, e inclusive, enquanto o jornal *O Clarão* ficava malhando os alemães, o diretor do jornal concorrente *O Dia*, Thiago da Fonseca proferiu palestras para desconstruir a alegação da existência deste "Perigo alemão", sendo que iniciativa semelhante foi promovida por Felipe Schmidt, que chegou a ser governador do estado de Santa Catarina.

Em Santa Catarina, o jornal *O Clarão*, era o principal porta voz da ideia que existia o "Perigo Alemão", também difundia essa ideia, geralmente a associada a críticas ferrenhas as igrejas daquele estado. Para o jornal, o clero católico e os protestantes eram ambos, responsáveis por multiplicarem as iniciativas alemãs em Santa Catarina, ou seja, colaboravam com a Alemanha mantendo no estado a cultura e as ideias do Kaiser.

No jornal *O Clarão*, edição de 15 de dezembro de 1917, consta a seguinte manchete: *Não há Perigo Alemão?* a matéria inicia afirmando que a instrução pública de todo o estado está entregue aos alemães, e cita uma lista com trinta pessoas de origem alemã, treze pessoas de origem russa e as respectivas cidades onde elas residiam na época. O texto também cita um relatório do Dr. Fulvio Aducci (secretário geral dos negócios do estado, apresentados ao Sr. Felipe Schmid, governador do estado em 1º de julho de 1915 (p. 65-121), e de 1916 (p. 63-121). "São dados oficiais que merecem todo o conceito e para os quais chamamos a atenção do governo da república. Quem duvidar pode vir a redação verificar a verdade do "Perigo Alemão" e da germanização do estado catarinense".



Na mesma edição o periódico faz duras críticas a igreja alemã no Brasil, nomeando padres e outros clérigos como corruptos e perigosos. Chama atenção a manchete “Quem não te conhece, que te compre”, o texto afirmava que o padre alemão sr. Jacob, cujo sobrenome não é citado e o clero ao qual ele pertencia, eram cínicos e desbriados.

“cynicos e desbriados que são esses tartufos, esta pobre pátria, tem altura do delles todos os insultos e agora mesmo, considerados como são, nossos inimigos, jamais cessam na propaganda de desacredito contra o Brazil, menos cabanda dos nossos homens mais importantes, do nosso valoroso exército, da nossa marinha, das nossas leis, dos nossos costumes, da nossa civilização, enfim de tudo quanto diz respeito a nossa querida pátria. Mas o padre Jacob, três vezes doutor, engana-se redondamente, a sua carta e os seus conceitos são irrisórios e só podem acreditar neles as crianças inexperientes. O povo não quer saber do padre e do frade allemão, nem tampouco das freiras dessa nacionalidade e muito acertado andaria o padre Jacob, três vezes doutor, e os seus companheiros de seita, dando o braço as suas virtuosas esposas, fossem saindo do nosso território em paz, evitando assim do trabalho que ao povo está reservado de correlos a pau ou a bala, único alvitre possível para o progresso e bem-estar da pátria brasileira (O Clarão , 15/12/1917).

O periódico critica também a atuação do governo do estado catarinense, pelas nomeações de descendentes de alemães para cargos públicos, que segundo o jornal, deveriam ser ocupados por brasileiros, e segue criticando duramente o clero de origem alemã, inclusive chamando freiras , padres, pastores e chefes da igreja de crápulas, corruptos e espíões do Kaiser , afirmando que os mesmos deveriam atuar junto a seu país de origem e abandonar a pátria brasileira que não admitia tais figuras manipulando a população com ideia germânicas.

Na terceira página da mesma edição, aparece uma nota do presidente da República na época sr. Wenceslau Brás, com a manchete: “Apello do Governo a Todos os Brasileiros”, na nota a presidência ressalta que cabe ao governo punir aqueles que atentarem contra a defesa nacional, e pede respeito aos alemães se referindo aos teutos, a nota ressalta que nenhum brasileiro deixará de velar pelo bem da nação, inclusive se alistando nos órgãos de defesa nacionais. O jornal critica a presidência, afirmando que era impossível respeitar os alemães, se eles não respeitavam os brasileiros, nem as leis e ordens do governo, afirmando também, que a imprensa da época relatava dia a dia os desvios dos “súditos do Kaiser”.

Na mesma edição uma manchete intitulada “Lavagem para mais um porco”, compara os alemães aos animais e na mesma página, manchetes ironicamente criticam os teutos catarinenses, chamando-os de “súditos do inocente Kaiser”, em referência ao Imperador Guilherme II. A matéria critica os teutos, insinua que eles pretendiam formar um exército a parte para servir ao Kaiser Guilherme II. O delegado de Anitápolis e os jornais de Brusque são acusados de conspiração, e de difundirem falsas notícias acerca da guerra. O periódico afirma que o mesmo jornal de Brusque condena as ações brasileiras, e que nas escolas alemães em

Santa Catarina não existe nenhum patriotismo, as cartilhas, os mapas, os livros são alemães, e assim, formam alemães, cidadãos do estado alemão latino-americano. A matéria ainda afirma, que os professores portugueses são expulsos dessas escolas, mas não explica se atuavam de alguma forma no ensino daquelas instituições.

Muitos se enchem as bochechas para falar-se no alto contingente de desenvolvimento que nos têm trazido os alemães. Vieram para o Brasil, não por amor ao Brasil, nem ao seu povo, mas por ser-lhes absolutamente impossível a propriedade na sua terra. Deveríamos agradecer o seu concurso, se esse fosse espontâneo e só visasse não o seu próprio interesse, mas o interesse do Brasil; mas todos sabem que isso não foi, não é, não poderá ser. Eles não vieram colaborar conosco, como querem fazer crer os germanófilos, mas tão só consigo mesmo e unicamente no interesse próprio, se assim não fosse, o seu procedimento para conosco seria outro, procurariam envolver-se conosco e não afastar-se de nós, procurariam cruzar conosco, e não fazer timbre em ir cruzar somente com os da sua raça; procurariam aprender a nossa língua e não aniquilá-la ensinando nas suas escolas somente o alemão; procurariam provar que são sempre brasileiros em todos os seus atos (os já aqui nascidos) e não se mostrariam brasileiros quando nisso têm interesse, proclamando-se alemães quando este interesse fica satisfeito, procurariam em família tornar a nossa língua conhecida, a língua pátria a seus filhos, e não proibiriam que seus filhos falassem português. Já se vêe pois, que do Brasil querem somente o Brasil e nada mais.

Na quarta página da mesma edição, o jornal critica uma série de conferências que segundo o periódico, ocorriam frequentemente no estado de Santa Catarina, devido a religiosidade e o germanismo presentes naquele momento.

Ultimamente veio um português de sobrenome allemão, que melhor recomendação não poderia apresentar em sua carta, para o fim a que o mandaram, de fazer discursos bombásticos a kulture da Allemanha, sua superioridade de força armada e, como se não bastasse os frades e padres que caos temos a pregar do púlpito essa kulture, e nas escolas públicas onde só se ensina o idioma allemão e ainda o Estado paga do cofre essa desnaturalização. A este último então foi lhe prestada as honras e homenagens devidas a um príncipe da família do Kaiser, só e simplesmente pelo appellido allemão! Dous piquetes armados, um de cavallaria e outro de infantaria, foram postados ao redor do edifício público do estado, onde discursava, para não ser aparteado pelo povo, quando este lhe fizesse sentir que não podia se manifestar publicamente a favor da Allemanha, porque a nação brasileira guardava a neutralidade de não se envolver na guerra europeia! (O Clarão, 15/12/1917).

Na edição 0168 de 29 de Janeiro de 1916, *O Clarão* traz na primeira página a manchete O “Perigo Allemão” (A conquista do Brazil ). A matéria transcorre citando edições de outros periódicos mundiais, nos quais a Allemanha apresenta parte da América do Sul anexa a seu território.

A Allemanha continuará na América do Sul a obra que havia empenhado na Bélgica, e com resultados idênticos. Que os brasileiros ponham os olhos no quadro actual da Bélgica, espezinhada e esmagada, e vejam o que os espera, se não se precaverem com tempo, contra o sonho imperialista da Allemanha, estendendo os seus tentáculos nas

regiões mais ricas e de maior futuro desse país sul-americano. Veja -se agora, o que diz o sábio alemão em 905, no *Ein pan -germanische Deutchand*: “Não creiam que a entrada em jogo das forças e dos capitães alemães seja recebida pelos sul-americanos”. Os mais discretos acolherão mesmo com prazer esse concurso material e moral. O autor antevia com dez anos de antecedência a liga Pró- Germania. Todos não de ver nesse effectivo apoio alemão um obstáculo ao inimigo natural que é a República dos Estados Unidos da América do Norte. Em 1908, o celebrado von Liebert, no sonho da conquista alemã na América do Sul, conclue: Temos cinquenta milhões de homens no império alemão e cerca de outros trinta milhões que falam a nossa língua no estrangeiro. Essa massa poderosa, que nos é unidade por laços de sangue e de idioma, deve apertar ainda mais os seus laços conosco, ligando-se com todos nós pelas razões ethnicas, literárias e econômicas. Assim compenetrada de uma maneira mais íntima, tornará o grande império alemão de que fala o nosso querido imperador desde 1886.

Leia-se ainda (visto haver inconscientes que não querem ver )o que diz Friedrich Langer na página 208 do *Rei es Deuchtum*: “Os Estados divididos no interior por uma política de personalismo ( como se na Allemanha também não existam divisões interiores de chefes de partidos) Estados como a República Argentina, o Brazil e , mais ou menos, quase todas as republicas de mendigos da América do Sul, devem ser levados pela doçura ao pela força e escutar as palavras significativas, e quais são as palavras significativas do doutor Langer , doutor alemão, tão escutado nas altas regiões de Berlim?

1º - a anexação. Pela força, dos estados do sul do Brazil, a Argentina, o Uruguay, o Paraguay e o Chile; 2º- a substituição do portuguez e do hespanhol, língua de mestiços e de povos decadentes, pelo alemão, a língua que fala o povo eleito de Deus e do seu único representante na terra o Kaiser (O Clarão, 29/01/1916).

A matéria traça a diretriz do plano de anexação detalhadamente, citando inclusive escritos de especialistas no assunto, e compara a América do Sul a Bélgica no intuito de demonstrar que a anexação seria uma questão de tempo.

A tudo isso respondem as almas ingênuas: Entre mortos e feridos alguém há de escapar! Não ninguém escapará, porque a Allemanha (e a Belgica sabe isto hoje melhor do que ninguém) possui uma organização maravilhosa de conquista pacífica, pelos seus caixeiros viajantes e pelos espiões, pela imprensa bem disciplinada, pelos seus bancos que auxiliam o desenvolvimento da indústria alemã e a expansão do commercio alemão.

Segundo a matéria, não seria necessário o Império Alemão desembarcar 50, 60 mil homens na costa brasileira, nem poderosos canhões e navios de guerra, pois segundo a lei alemã *Delbruck*, todo o alemão naturalizado, nunca perde a sua verdadeira origem, isto é, fica sempre alemão. O jornal prossegue afirmando que só os Estados Unidos da América, compreenderam o fundo hipócrita da lei *Delbruck*, e por isso decretaram em 1905, a obrigação de renúncia formal do país de origem.

Segundo o periódico, a Alemanha era uma nação poderosa e inteligente, inchada com fáceis triunfos sobre povos desarmados e cega por orgulho desmedido e um feroz egoísmo. Se não for subjugada pela Entente na Europa, a verão muito em breve na América do Sul, de garras aduncas, prontas a devorar esses povos mal armados e que durante anos se deixaram enganar pelos contos de sereia da avelhacada germânica.

Haja, no entanto, o máximo cuidado. Não os deixem criar um estado dentro do Estado. Nada de escolas alemães, mas escolas brasileiras, onde os filhos de colonos alemães possam continuar o ensino da língua pátria, uma hora por dia o máximo. E não deixem germanizar o exército brasileiro. Mais vale ter soldados conscientes do que soldados mecânicos à prussiana. O Brazil deve pertencer aos brasileiros, simplesmente aos brasileiros, que encontrarão, no entanto, auxiliares amigos nos colonos da mesma raça latina, sem idéas imperialistas, não esquecendo, contudo, a boa colaboração de outros colonos de diversas raças, mas que não tenham ideias de conquista alemão.

Na mesma edição 0168 de 1916, *O Clarão*, prossegue criticando o clero ferozmente, no seu peculiar linguajar, caracteriza os pastores presbiterianos de sujos e mal-educados, cita fatos relacionados a vulgar sexualidade, a práticas de charlatanismo e a imoralidade dos padres e das igrejas de Santa Catarina na época, sempre traçando um paralelo entre tais fatos, que segundo o periódico eram práticas comuns a má índole dos teutos e dos alemães, participantes de tais instituições no estado.

É preciso que os brasileiros tomem uma providência contra esses sotainas estrangeiros que nos tratam com pouco cazo. Obrigai-os a nos respeitar e respeitem a nossa nacionalidade, eis o nosso tentame. Nada de facilidades, nada de condescendências e muito zelo por tudo aquillo que nos diz respeito, eis o nosso caminho a seguir. É melhor prevenir o mal do que curá-lo.

O periódico prossegue alertando, para os planos alemães e argumenta que estes estão enganados, que os Americanos do Sul, também são guerreiros e como todos os povos valentes não temem a luta.

É realmente desaforada ou irrisória taes pretenções! Na opinião de von Liebert, a America do Sul é tão fácil de conquistar como se fora qualquer ponto da Costa d' Africa. Puro engano! Os Americanos do Sul, sabem lutar, sabem vencer, sabem morrer pela defesa de suas pátrias, há apenas uma diferença dos guerreiros da Germania que é o respeito ao inimigo vencido, às suas propriedades, as suas esposas, as suas filhas honestas, não falseando como fez o exército da "Kultura", que esmagando a pequena mas nobre Belgica, plantou em todos os seus recantos a orgia e a devassidão apar dos mais indignos atos da barbaria. É a verdade histórica dessa página negra que a Allemanha jamais poderá apagar uma só letra

O jornal cita o episódio da invasão da Bélgica, como um exemplo a ser notado pelos sul-Americanos, do quão terrível para qualquer das nações deste continente seria uma possível intervenção da Alemanha. Cita Remis, Louvain e afirma que tantos outros crimes atestam a falta de civilização de um povo que proclamava aos quatro ventos o saber, ilustração, a ciência, a arte, a indústria e a caridade, dizendo-se nação católica tendo ainda como companheira a Áustria, com uma majestade também católica, mas que de comum acordo ordenaram o massacre.

Naturalmente esses vons escriptores julgam que o povo da America do Sul é feito de manteiga. Vamos para deante, uma coisa é ver a outra ... é apalpar. Felizmente, não seremos mais conquistados por oitenta milhões de homens, pois a européa tem diminuído consideravelmente este número, e quando a Allemanha novamente tiver os taes oitenta milhões, o que levará muitos anos, a América do Sul como é natural, terá

o mesmo número e então, si ainda existirem as mesmas pretensões será “dente por dente olho por olho” (O Clarão, 29/01/1916).

Outro órgão de imprensa que construiu a ideia de um suposto plano de anexação do sul do Brasil ao território Alemão, foi o jornal catarinense *O Clamor*. O jornal *O Clamor* de Florianópolis, foi um órgão independente que circulou no período da Primeira Guerra Mundial, publicando matérias que criticavam os alemães e defendiam os Aliados e suas ações naquela conflagração europeia.

Na edição de 15 de abril de 1917 o periódico, afirma que existe um plano pangermanista, o “Perigo Alemão” e, portanto, todos brasileiros deveriam se manter vigilantes, frente a uma possível invasão com graves consequências. Na primeira página, chama atenção a manchete O Torpedeamento do Paraná – O Kaiser Guilherme II é o Terror do Século XX.

A infeliz Germania, victima da sua grande ambição, está ainda a provocar o mundo inteiro, desrespeitando os direitos de outrem, fazendo-se cega a todas as leis da civilização. Chamamo-la por isso mesmo infeliz, porque vemos para ela o futuro mais negro, mais hediondo que se pode imaginar. A sua barbaria não escapou a nossa Patria. O Brazil, a gloriosa nação sul-americana, também foi vítima da criminalidadebrutal sem nome, horripilante, dessa Allemanha que todo o mundo considerava um centro de civilização, mas que, entretanto, não passa dum carrasco sem alma, a cuja impiedade ninguém consegue escapar. E não se acreditava ao menos que a Alemanha, a nossa amiga, como se dizia chegasse a trair-nos. Mas por quê? Por que circunstâncias estávamos nós isentos do furor do gigante europeu? Como eramos ingênuos, ainda. Acreditavamos num império, onde a civilização tivesse o seu ninho. Acreditavamos numa amizade que, segundo vemos hoje, nunca existiu. E a prova de que essa amizade era, no paiz de Guilherme II, como o riso nos lábios de Judas Scariotes, hoje a temos, nítida, no revoltante caso do torpedeamento vil dum dos nossos navios mercantes por um submarino alemão, (O Clamor, 15/04/1917).

O jornal critica os brasileiros que defendiam a Alemanha, e questiona como a nação brasileira deveria reagir. Coloca como consequência do ataque, a depredação da honra nacional por uma traição vil, de uma Alemanha, antes considerada uma aliada incondicional.

Na sequência da mesma matéria, citados alguns crimes cometidos pelos alemães, o periódico sugere uma reação nacional e afirma que apoio não faltara ao resgate da honra e da dignidade brasileiras.

A nós que também temos o coração a transbordar de ódio, pelos que nos deprimem, cabenos protestar, de nossas columnas, contra a barbaria allemã, contra os autores da desgraça da desdita da Belgica, da destruição da cathedral de Reims, do assassinato de Miss Cavell e de tantos crimes que o mundo, no século XX, não póde e não deve tolerar. Que a nossa Patria se levante e, com sua espada, imponha o respeito à sua honra a sua dignidade. Filhos que lhe sirvam, não lhe faltarão, (O Clamor, 15/04/1917).

Figura 4 – Capa do Jornal O Clamor

# O CLAMOR

ORGAN. INDEPENDENTE

Publicações e colaboradores diversos. Toda correspondência deve ser enviada à Posta. Restante

Assinaturas Mensal 200 rs. Número avul. 50 100 rs.

---

ANNO I
Florianópolis, 15 de Abril de 1917
N. 1

---

## “O Clamor,,

Compreendendo a aspiração dessa grande phalange denominada Opinião Pública, em ter a nossa estremeida terra um jornal capaz de abordar grandes questões sem apêgo político, compreendendo mais ser o jornal arauto de progresso e de civismo, apresentamos ao público o producto de nosso esforço—“O Clamor,,.

As mazéllas, as extorções, enfim, a falta de complacência para a perfeita tranquillidade da população, ali expunham, infames, comparato aquelle corvo descrito por Hugo,—portanto, nós, como contrários a essa scena, ao lado dos oprimidos, trabalharemos, cotidiana, á altura de nossas forças, para livrar os a sanha do monstro que avança.

A nossa independencia será sincera como sincero o clamor dos que pedem justiça. A nossa linguagem será alta, porque não ultrapassará as normas da educação—entusiasmo não acatado no meio em que vivemos.

Com a integridade da Justiça, não resgataremos applausos a tudo que estiver dentro da Lei.

E' este o nosso programma o qual,—praza aos ceus—esperamos cumprir—fielmente.

**A**s pessoas que receberem o nosso jornal se no prazo de tres dias, não o devolverem, serão consideradas assignantes.

## O torpedeamento do “Paraná,,

### O Kaiser Guillerme II e o Terror do Seculo XX

A infeliz Germania, victima da sua grande ambição, está ainda a procurar o modo mais decente, desrespeitando os direitos do outro, fazendo-se riga o nobre e leis da Civilização.

Chamomela, por isso mesmo.—Infeliz! Sim, infeliz, pois que vemos para ella o futuro mais negro, mais horrivel, que se pode imaginar.

A sua heresia não comprou a nossa Patria.

O Brazil, a gloria e a nagão americana, tambem foi victima da criminalidade horrida, sem nome, horripilante, dessa Alemanha que todo o mundo considerava um egro de civilização, mas que, entretanto, não passava dum curativo sem alma, a cuja impiedade ninguém conseguia escapar.

E não se acreditava, no momento, que a Alemanha, a nossa amiga, como se dizia, obsequiosos a tratar-nos!

Mas, porque? Por que circunstancia estavamos tão legtimos da furor do gigante europeu?

Como eramos ingenuos, simples. Acreditavamos num imperio onde a civilização tivesse o seu nicho. Acreditavamos numa amizade que, segundo vemos hoje, — nunca existiu.

E a prova de que essa amizade era, no paiz de Guillerme II, como o riso nos labios de Judas Iscariotes, hoje a te-

### BORBOLETA

De larva, que borrem era, reaparece em lagarta, feita a mutação nova que lhe succede. Borboletta-amarelada hoje, amanhã é a operaria do Luxo, escrupulosa e feita.

Amannan, he-de-te diploma de arte, (carta de macarona, será cigarra; na Alemanha, do, talvez vinda a ser borboletta-fria (a lada-actriz da moda, que em mil glorias (em repasta.

Vai abecuta, depois, foi útil, em seguida, fe-halla... E palpitou, feda belliza (e graça? Nem adeja, anhelou toda a gloria da Vida.

—Com dois serões, em vez de duas (atax-passa de phalena a crisalote—humana, conhecida em Mulher—em Validade... em Loucura... em Desgraça...

*Hermes-Fontes.*

Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina

Fonte: O CLAMOR (1917)

Na mesma edição o jornal, segue criticando as atitudes alemãs, indagando os motivos da barbárie e o fato de uma nação considerada um modelo a seguir, cometer tamanhas atrocidades.

Foi outrora o massacre aos inocentes; foi a destruição horrorosa de cidades, de templos, de obras de arte como as que possuía a cathedral de Reims; e é ainda hoje, o bloqueio submarino, contra a navegação de navios de nacionalidades neutras; é ainda hoje, mais esse crime brutal indigno por assim dizer de uma nação civilizada como a Alemanha. Relevem-nos, pois, os filhos da Alemanha, que lhes façamos embora tardiamente o protesto do direito contra o gigante brutal que, aproveitando a fraqueza do seu próximo, não o ameaça, lança-se a ele e tenta esmagá-lo. O orgulho conduz a ambição e a ambição a desgraça, (O Clamor, 15/04/1917).

Na página dois da edição acima citada, vê-se a matéria *E O Dia?* No texto era questionada a posição do jornal *O Dia* de Florianópolis, considerado um jornal era germanófilo. O jornal *O Dia* era um dos órgãos oficiais do partido republicano catarinense, que defendia os teutos e criticava abertamente, a postura daqueles que insinuavam que os alemães e seus descendentes causariam diversos problemas a nação. Manteve essa postura negando o “Perigo Alemão” até 1917, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha e obrigou sob ameaça de fechamento, todos os jornais do país, a apoiarem a campanha nacional na guerra.

Foi torpedeado o Paraná, navio mercante brasileiro; perdemos um navio com todo o carregamento e perdemos três compatriotas. Que dirá *O Dia?* Continuará a desmentir o aliado? Continuará a dizer que perigo alemão é uma fantasia e que é desnecessária qualquer prevenção nossa? Não!...não o podemos crer, *O Dia* é órgão oficial do Estado de Santa Catharina e esse Estado pertence ao Brasil... E agora trata-se da honra de nossa Patria!, (O Clamor, 15/04/1917).

Na página quatro, segue o periódico alertando acerca do “Perigo Alemão”, exibindo a seguinte matéria: Existe o perigo alemão? Os Fatos Afirmam que Sim.

Quando alguém encarando e estudando o meio em que vivemos tem a coragem de afirmar que o “perigo allemão” é uma coisa patente, visível, passa pelo dissabor de ser apupado em praça pública ou soffrer qualquer perseguição que...será para todo o sempre. Pobre e infeliz patrício que começando pelo voto, nem tens direito de dizer aquilo que teu peito sente em defesa desta Patria querida, alvissareira e forte, do mundo todo invejada, muito embora pessoas falhas de amor pátrio queiram compararte com outras nações inferiores. O tão defendido perigo allemão existiu sempre em nosso estado, e o seu principal mecanismo, o seu mentor, parece incrível, mas desgraçadamente assim é, provem da cegueira de muitos brasileiros degenerados que, gananciosos, ávidos por posições, entoam loas e madrigais aos filhos de uma nação que, valha a verdade, do Brasil só querem o dinheiro, (O Clamor, 15/04/1917).

Outro meio de comunicação que no estado de Santa Catarina tratou do mesmo assunto, “Perigo Alemão” foi o jornal *O Estado*, cujas matérias seguiam a mesma linha nacionalista. No entanto, no período de neutralidade brasileira, o periódico negava o plano pangermânico e posteriormente, após a declaração de guerra à Alemanha, em 1917, mudou de opinião e passou

a defender que realmente existia o “Perigo Alemão”. A Alemanha havia se tornado uma ameaça palpável, algo real, assim o jornal passa a demonstrar as mesmas preocupações em relação a soberania nacional, presentes em outros órgãos da imprensa catarinense, afirmando a existência do plano de anexação pangermanista e prevenindo a população das consequências da sua concretização. O jornal *O Estado* de Florianópolis, foi um órgão de imprensa que também defendeu a etnia alemã das acusações referentes ao “Perigo Alemão” até 1917, a exemplo do jornal *O Dia*, manteve ininterruptamente em suas edições, matérias que negavam a existência do plano pangermanista e defendiam os teuto brasileiros das acusações provenientes de outros periódicos, em geral trabalhava para que cessassem as iniciativas políticas e midiáticas intuídas a prejudicarem a imagem dos alemães em Santa Catarina e em todo território brasileiro. O periódico circulou diariamente de 1910 a 1949, em algumas ocasiões com duas edições no mesmo dia.

Para além de escolhas editoriais de publicação, seria um equívoco desconsiderar as notícias veiculadas pela imprensa como sendo parciais, levando em consideração que a circulação de notícias pelo mundo no início do século passado, se dava por um cartel de agências formado pela francesa Havas estabelecida em 1832, a britânica Reuters, de 1851, e a alemã Wolff, de 1849. No ano de 1903, parceria foi estendida a norte-americana Associated Press, fundada em 1846 (Arouca, 2020).

As notícias partiam destas empresas para outros países por intermédio de um complexo sistema de cabeamento e telegrafia. Além disso, Arouca (2020) julga necessário também levar em consideração o fato de que com a guerra, os países estabeleceram um sistema de censura de informações direcionadas ao público interno e externo, reconhecendo o peso que informações sensíveis podiam ter para o desenrolar da conflagração.

Como resultado, estas agências mencionadas, só conseguiriam vender seus telegramas com aval dos países envolvidos, estando aptos a suprimir e modificar informações. “A busca por um maior controle sobre a narrativa pública do conflito e, em última instância, da recepção do público, estava relacionada com um empenho em (...) manter o moral elevado...” (Arouca, 2020, p. 143).

Em agosto de 1914, começaram a chegar ao Brasil as primeiras notícias sobre a guerra na Europa, sendo considerada por muitos a guerra que acabaria com todas as outras guerras, suscitando acalorados debates na sociedade brasileira, em específico no meio intelectual. Em 1916, o poeta Olavo Bilac fundou a Liga de Defesa Nacional, que defendia a pauta do serviço militar obrigatório e a participação ativa do Brasil no conflito (Arouca, 2014). Empresários como Roberto Simonsen e Jorge Street são alguns dos nomes que integraram à Liga de Bilac,



que tinha por hábito promover encontros e conferências acerca da ideia da guerra e cerimônias cívico-patrióticas onde se hasteava a bandeira do Brasil sob execução do hino nacional (Araújo, 2014).

É sabido que muitos intelectuais brasileiros nutriam afeição a cultura francesa, que acabou sendo estendida para a causa francesa na guerra, com a ajuda das publicações dos jornais, sendo que poucos jornais se colocaram ao lado da causa alemã. De acordo com Araújo (2014) um dos maiores defensores dos aliados foi o crítico literário José Veríssimo, por outro lado, o ministro das relações exteriores Lauro Müller, descendente de alemães, renunciou ao cargo, sendo substituído por Nilo Peçanha, conhecidamente mais afinado com os Estados Unidos.

Com o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, passaram a surgir jornais em língua alemã com o objetivo de explicar o conflito do ponto de vista germânico. Entretanto, a partir de 1915, até mesmo entre os descendentes de alemães a posição pró aliados se tornou majoritária (Oliveira, 2012).

A deflagração do conflito trouxe, paulatinamente, consequências para as localidades onde havia forte e/ou visível presença de imigrantes e descendentes alemães. As notícias na imprensa refletem tanto os acontecimentos da guerra quanto as posições diplomáticas brasileiras (Oliveira, 2012, p. 188).

Dentro deste contexto, a política de neutralidade do governo Wenceslau Braz rendeu muitas sátiras das revistas populares, uma vez que a pressão das Ligas de Defesa Nacional, para que uma postura mais agressiva em relação aos alemães fosse adotada, forçava o governo a promover um equilíbrio difícil (Araújo, 2014).

Inicialmente, a *Havas* era a principal fornecedora de notícias para o Brasil, e conseqüentemente, a circulação de informações sobre o conflito obedecia a estrutura de funcionamento da agência francesa. Entretanto, com o avanço do processo de totalização do conflito em Janeiro de 1916, Aristide Briand, então o Primeiro-Ministro da França, estabeleceu a *Maison de la Presse*, visando uma organização mais sistematizada das informações, e manter de forma mais eficaz a unidade nacional até o final da guerra. Para este fim, este órgão passou a contar com quatro seções destinadas à diplomacia, a assuntos relacionados ao exército, tradução e análise da imprensa estrangeira, e propaganda (Arouca, 2020).

A organização francesa informava à imprensa sobre o andamento das ações militares e chegou a contar com 150 censores permanentes, além de 400 temporários. Ela previa o trabalho conjunto e a coordenação da propaganda e da censura a respeito do que seria publicado sobre a guerra, fornecendo informações às agências francesas e, conseqüentemente, às regiões de países neutros que estavam sob o seu controle. A *Havas* detinha desde a virada do século XX o monopólio informativo de todo o território francês, exercendo influência sobre 300 a 350 jornais (Arouca, 2020, p. 144).

De acordo com Almeida (2017), com raras exceções, os boletins foram apresentados ao público durante todas as semanas até o dia 14 de Outubro de 1918, material revestido de grande importância para o historiador que deseja conhecer com maior profundidade e a partir de outro ponto de vista a visão da imprensa sobre a Primeira Guerra Mundial.

A primeira matéria a sugerir a possibilidade de declaração de guerra contra a Alemanha no jornal *O Estado* de Santa Catarina data de 7 de Setembro de 1917, na qual se menciona uma matéria do jornal francês *La Croix*, acerca de uma correspondência trocada entre o Brasil e a França, sobre a escolha do sr. P. Claudel para ministro junto do governo brasileiro. Nesta matéria se avalia uma possível contribuição do Brasil, em relação à causa aliada e a carestia no pós-guerra.

#### A interferencia do Brazil no conflito

O jornal “La Croix”, de Paris, publica uma longa correspondencia do Brazil, na qual se felicita a França pela escolha do sr. P. Claudel para ministro junto do governo brasileiro. O correspondente estuda os acontecimentos que provocaram a ruptura do Brasil com a Alemanha e examina a eventualidade da declaração de guerra. Além disso, dá a conhecer a contribuição possível do Brazil á causa dos Aliados, notadamente o seu apoio marítimo e economico e diz que a carestia que se notará na Europa, depois da guerra, poderia resolver se pela produção intensiva de certas culturas nesse admiravel paiz, onde a terra tudo dá com abundancia. O correspondente da “Croix” louva a atitude do clero brasileiro, principalmente dos bispos do sul e aponta, finalmente, como um nobre exemplo, a iniciativa do sr. Miguel Calmon, sujeitando-se á vida militar (O Estado, 07/09/1917).

No dia 2 de Outubro de 1917, *O Estado* repercute a morte do aviador francês Guynemer, considerado um ás da aviação e herói de guerra, e movimentações na sociedade argentina peticionando junto ao governo que rompa com a Alemanha. O presidente argentino Irigoyen, por meio de nota argumenta que o ideal seria uma manifestação conjunta do bloco latino-americano, ao invés de atitude localizada entre Argentina e Alemanha. O que não precisaria significar uma postura alinhada com os ditames norte-americanos, ao defender uma posição independente, em sua nota menciona o Brasil explicitando que não é o ideal manter uma posição idêntica à do nosso país à época (com relações rompidas e sem uma declaração de guerra, em suma, neutralidade).

#### PALAVRAS DE IRIGOYEN

Rio, 1-Telegrama de Buenos Agres anuncia ter o Comitê Nacional Jurentude fornecido a imprensa daquela capital a nota sobre a palestra que tiveram os delegados do Comitê com o presidente da Republica no momento da entrega da mensagem pedindo a imediata ruptura das relações diplomaticas da Argentina com a Alemanha. Diz a nota que o presidente Irigoyen recordou os incidentes ocorridos durante o governo do Sr. Victorino de la Plaza, sem que o povo argentino tivesse solicitado a declaração de guerra. Limitar-se a Argentina, disse o presidente da Republica, a romper as suas relações diplomaticas seria entrar no estado innocuo de neutros, pelo qual renunciaria todos os direitos que podem ser exercidos com a

neutralidade. Ainda mesmo no caso de entrarmos em guerra, disse Irigoyen, não nos deveria satisfazer a situação idêntica a do Brasil. Anunciou a próxima publicação do manifesto para as convocações do Congresso dos neutros afim de que seja resolvida a atitude que deve tomar a América do Sul em face do momento internacional. Irigoyen terminou dizendo aos delegados do Comitê: fora necessário que não caminhassemos na esteira do Estados Unidos e sim que assumissemos nesta contingência o papel que nos cabe (O Estado, 02/10/1917).

No dia 14 de Outubro de 1917, *O Estado*, repercute a visita do presidente da República portuguesa Dr. Bernardino Machado ao teatro de batalha, a suspensão das relações da Inglaterra com a Holanda até que este país fizesse algo para suprimir o tráfego de artigos entre a Alemanha e a Bélgica pelo território holandês, e as vitórias francesas em Ypres.

No que diz respeito às movimentações no continente latino-americano, a matéria faz menção ao rompimento do Peru com a Alemanha, o que fez com que o chanceler alemão, que também possuía credenciais para o Equador, se direcionasse a este país, o que lhe foi negado por solidariedade continental juntamente ao Peru. Isto aconteceu 12 dias antes de o Brasil declarar guerra contra a Alemanha.

Assim, se compreende uma movimentação diplomática continental, no sentido de debater as pressões políticas e midiáticas para a ruptura da neutralidade. No entanto, o Brasil foi o único país sul-americano a participar efetivamente, ainda que de forma inexpressiva da Primeira Guerra Mundial.

A construção do “Perigo Alemão” é algo associado ao preconceito pelo processo imigratório no Brasil desde o século XIX, e ganhou maior visibilidade nas primeiras décadas do século XX, muito pelo protagonismo alemão na Primeira Guerra Mundial. Diversos autores publicaram em livros suas visões sobre o “Perigo alemão”. Algumas destas publicações foram impressas na Europa e nos Estados Unidos, o que contribuiu para a credibilidade das obras entre importante parcela da intelectualidade e da imprensa brasileiras, que a partir daquelas primeiras impressões, partiram para a divulgação da doutrina pangermanista em território nacional. Portanto, a construção do “Perigo Alemão” passa pelo imaginário popular, adentra as esferas políticas e ecoa na imprensa em geral, ganhando força pela tensão gerada na época pela Primeira Guerra Mundial.

As observações resultantes da pesquisa e expressas neste texto indicam que a opinião pública brasileira, manifestada nos periódicos pesquisados, estava dividida. O isolamento das colônias alemãs no sul do país, influenciou opiniões menos favoráveis à imigração e a presença da etnia no país, as ações pangermanistas causavam certo desconforto entre a intelectualidade nacionalistas; a política alemã no Imperialismo, a Guerra franco prussiana de 1870 e a unificação da Alemanha, geraram tensões a nível mundial. Com o advento da Primeira Guerra

Figura 5 – Capa do Jornal O Estado de Santa Catarina



Rio, 26 às 19,50 (urgente) - A camara acaba de declarar a guerra por cento e quarenta e nove votos contra um.

BRAZIL E ALLEMANHA O torpedeamento do Macau

O torpedeamento do MAGAU Declaração de guerra Os ultimos acontecimentos

Casa de guerra, presidida por Sr. Wenceslau Braz, presidente da República... Rio, 26 (19.33) - A sessão da Câmara acaba de declarar a guerra...



O ministro e prolator sr. Wenceslau Braz, a quem estão outorgados os direitos da Nação...

O Conselho Director do Tiro resolve conceder o prazo de oito dias aos socios...

Foi aceita a proposta apresentada pela delegação representativa...

Senador Vidal Ramos Um telegramma vibrante O nosso telegrama congratulando sr. de Naves Ribeiro...

Chemica do bem A estatística Esther Sandoz nos mostra de um amanho...

FRITZ SORGE PHOTOGRAPHO Execução perfeita e moderna. Rua Dos Doces n. 16.

A nossa desaffronta

Voluntários de manobras Regresso ao quartel... Para motivo de orientação politica internacional...

Voluntários de manobras Regresso ao quartel... Para motivo de orientação politica internacional...

Dentro das barras O TRAFEGO A NOITE... A Capitania do Porto...

Dr. Epitacio Pessoa Rio, 26 - Para o Estado do Parahyba...

De Carityhanos De sr. Assis Neto...

AVISO A FUNDADAORA DEBENTURA...

AVISO A FUNDADAORA DEBENTURA... KINKOLA-ANZ-RESPERUA... H. FORTAN...

Mundial, as críticas aos teutos-brasileiros, sempre acompanhadas do histórico preconceito em relação ao germanismo foi aumentando, motivada principalmente pelas ações do *Reich* na guerra, que segundo os críticos foram bárbaras e em muitas ocasiões desnecessárias.

Havia um embate entre a imprensa Teuto-brasileira, de diversos matizes, e uma imprensa nacional aliadófila, apoiada pela influente classe intelectual brasileira, educada pelo pensamento francês, portanto, crítica do germanismo. Essa mesma intelectualidade criava estereótipos e era e defensora em suas próprias palavras, de uma sociedade brasileira, livre de quistos raciais e ilhas étnicas.

### **3 A DESCONSTRUÇÃO DO PERIGO ALEMÃO NA IMPRENSA CATARINENSE.**

Neste capítulo, estão agrupadas informações dos jornais, algumas inclusive com temáticas semelhantes às tratadas no capítulo anterior. O objetivo desta seção é mostrar como os jornais travaram uma “guerra” de informações, com a intenção de criar para o seu público a versão desejada dos fatos, nesta sessão demonstrando que a desconstrução do “Perigo Alemão”, através da imprensa catarinense, é uma temática que ultrapassa as questões políticas, adentra as relações da época, o imaginário popular, desmistifica teorias conspiratórias e questiona doutrinas fantasiosas. Naqueles tempos bélicos da “Grande Guerra”, *O Dia* desconstruiu argumentos e ideologias, defendeu o patriotismo, o civismo e o trabalho dos alemães, como bases da formação teuto-brasileira no estado de Santa Catarina.

Afirma Gertz (2008), que os imigrantes alemães em Santa Catarina, e em todaa região sul do Brasil, foram resistentes à integração, à miscigenação, à assimilação, mantendosuas características étnicas. Portanto, no Brasil a presença alemã era diferente de países como os Estados Unidos. Com a difusão da doutrina do “Perigo Alemão” os alemães passaram a representar uma ameaça para a sociedade brasileira, enquanto pelos norte-americanos eram considerados cidadãos que colaboravam para o desenvolvimento daquele país, aqui eram considerados perigosos.

A desmistificação do “Perigo Alemão”, foi um esforço contínuo do jornal *O Dia*, desde antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial até 1917, quando o Brasil abandona a neutralidade e declara guerra à Alemanha. A partir da entrada do Brasil na guerra, todos os órgãos de imprensa de origem alemã no país foram fechados, e os jornais que permaneceram em atividade, foram obrigados a defender as ações do governo.

#### **3.1 O PERIGO ALEMÃO NA VISÃO DE O DIA.**

O jornal *O Dia*, de Florianópolis, foi criado para ser um periódico oficial do Partido Republicano Catarinense, fundado por Felipe Schmidt, para defender suas posições políticas em face dos ataques do periódico *República*, igualmente ligado ao partido republicano, pertencendo a uma fração que lhe fazia oposição (Espig, 1998; Kunrath, 2019). O jornal *O Dia* circulou entre 1901 e 1918 (Bilibio, 2020).

Moraes (2017), afirma que este imbróglio começou por que em 1900, quando Felipe

Schmidt era governador do estado de Santa Catarina usurpou das atribuições de Hercílio Luz<sup>4</sup>, vice-presidente do partido, a quem caberia indicar os deputados estaduais, ao indicar nomes para o cargo de deputado estadual sem consultar Hercílio Luz, atropelando as regras do partido.

A partir desse momento, Hercílio Luz, que se vê cada vez mais afastado da política de Lauro Müller, fez fortes críticas, em seu jornal *República*, ao governo de Felipe Schmidt, e ao afastamento de Lauro Müller da política estadual. Para proferir discursos em sua defesa, Felipe Schmidt fundou o jornal *O Dia* (Moraes, 2017, p. 38).

Embora não possa ser chamado de um jornal imparcial, ao ser declaradamente um órgão ligado a uma corrente política, é notável como o jornal é muito menos virulento em suas narrativas comparativamente ao jornal *O Clarão*, que alega somente ser um órgão de combate legalmente registrado. Espig (1998) descreve o discurso do jornal como otimista, sendo que naturalmente dá destaque às atitudes de políticos da situação, apoiando suas iniciativas. Como órgão do Partido Republicano e, por extensão, do governo, *O Dia* assumia como linha editorial a defesa dos direitos catarinenses e a réplica aos diários paranaenses que ofendiam a política local, através de um discurso nacionalista e bairrista (Espig, 1998, p. 272).

As diversas menções feitas no periódico a Thiago da Fonseca, se devem ao fato de que ele foi escolhido para o posto de redator-chefe por Felipe Schmidt, e Laercio Caldeira também para o posto de redator. O formato usual do jornal era composto de 4 páginas com 5 colunas, embora em algumas ocasiões a edição contasse com 6 ou 8 páginas, ou então sete colunas (Bilibio, 2020).

O termo “Perigo Alemão”, aparece no jornal *O Dia*, a partir de 1903, na edição 629, e no período total de circulação do periódico em 76 ocorrências, fato que demonstra que uma década antes da Primeira Guerra Mundial, o assunto já era debatido nas páginas do jornal e defendida sua inexistência.

Do total de 76 ocorrências do termo “Perigo Alemão”, pesquisadas 72 edições, estão assim distribuídas no jornal *O Dia*. No acervo digital da Biblioteca Nacional não temos registros de ocorrências da utilização do termo “Perigo Alemão” por cinco anos, entre 1907 e 1913,

---

<sup>4</sup> Hercílio Pedro da Luz é natural de Desterro, SC, nascido em 26 de maio de 1860. Estudou na sua cidade natal, posteriormente ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e cursou faculdade de agronomia na Bélgica. Foi Juiz Comissário de Terras em Lages em 1886, Engenheiro da Província em 1888 e 1891, Engenheiro de Obras Públicas do Estado em 1889 e chefe da Comissão de Terras de Blumenau em 1891, entre outros cargos. Na carreira política começou liderando a reação republicana em Blumenau contra a junta eleitoral instalada em Desterro no ano de 1892, culminando no seu governo provisório em 1893. Foi novamente Governador do Estado em 1894-1898, Conselheiro Municipal de Florianópolis em 1898-1902, Deputado à 4ª Legislatura em 1900-1902 renunciando por ter sido eleito Senador da República na mesma Legislatura com mandato de seis anos. Novamente Senador no ano de 1906-1914 pela 6ª Legislatura que lhe dava nove anos no poder, pela 9ª Legislatura foi também Senador com novo mandato de nove anos 1915-1924, renunciando, pois em 1918-1921, foi eleito Governador do Estado. Governador do Estado também em 1922-1924. Faleceu em 20 outubro de 1924 em Florianópolis.

retornando o mesmo assunto a aparecer em duas oportunidades em 1913. Também no ano de 1914, não existem registros no mesmo acervo citado, da utilização do termo “Perigo Alemão”, no entanto o jornal permanece defendendo os alemães de forma ininterrupta, publicando diariamente matérias sobre diversos assuntos ligados a etnia.

Tabela 1 - Ocorrências do termo “Perigo Alemão” no jornal *O Dia*:

Período	Publicações	Período	Publicações	Período	Publicações
1903	1	1906	5	1916	20
1904	3	1907	2	1917	36
1905	4	1915	2	1918	1

Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

Não podemos afirmar que o jornal “*O Dia*”, tratou do “Perigo Alemão”, nos anos em que não aparecem registros de ocorrências nas fontes que utilizamos, pois não está completo o acervo com todas as edições do periódico, na coleção da Biblioteca Nacional. Portanto, esta lacuna nos impede de afirmar, que o periódico tratou do assunto ininterruptamente.

No artigo de Lima (2009), intitulado “O Perigo Alemão: A Comunidade Teuta e a Dops em Curitiba, a autora debate o trabalho da antropóloga Giralda Seyferth, que possui uma vasta obra dedicada a etnia alemã, especialmente o processo de imigração.

Esta, não apresenta o imigrante como elemento inassimilável e perigoso a soberania nacional. Parte das contribuições que cada etnia teve na composição dos costumes brasileiros, privilegiando os alemães. Abordando o início do processo de colonização, mostra minuciosamente como era a vida dos alemães no Brasil. Salientando as dificuldades enfrentadas, como o preconceito por parte dos brasileiros, sem deixar de reconhecer que as doutrinas germanistas também contribuíram para o isolamento alemão (Lima, 2009, p. 178).

Lima (2009) ressalta, que para Seyferth, as instituições alemãs presentes no Brasil, eram acima de tudo uma resposta ao descaso das autoridades nacionais e ao mesmo tempo local de proteção mútua entre os imigrantes.

Marionilde Brepohl de Magalhães em seus trabalhos que abordam o início da colonização alemã, enfatiza os problemas dos teutos com os brasileiros, e como essa discriminação somada às medidas nacionalizantes, aproximaram ainda mais o imigrante de sua pátria natal.

Na mesma época em que a liga Pangermânica passa a atuar com maior intensidade nas zonas de colonização alemã, observa-se a emergência de um forte ideário nacionalista no Brasil, o qual defenderá uma maior integração regional e a formação de um povo identificado com os interesses do país. Para tanto, impunhasse que os emblemas da nova ordem fossem incorporados, por toda a população, ideias que não seriam aceitas tacitamente pelos imigrantes e seus descendentes (Magalhães, 2014, p.107-108).



Portanto, percebemos que os teuto-brasileiros desde os primórdios da imigração da etnia alemã no Brasil, foram discriminados e mal vistos pela mesma parcela da população adepta e partidária da ideia do “Perigo Alemão”. Gertz (2008, p.73), aponta que os problemas envolvendo imigrantes alemães e seus descendentes, iniciaram com a chegada ao Brasil, a partir de 1824, e ficaram maiores com a unificação da Alemanha em 1870.

As relações entre o Brasil e a Alemanha foram afetadas de forma negativa pela presença, aqui, de imigrantes, no mínimo, desde que esta última se tornou um país unificado, em 1870. A partir desse momento, os imigrantes e seus descendentes passaram a ser vistos – por uma parcela da opinião pública brasileira e internacional – como potencial cabeça-de-ponte para uma aventura imperialista por parte de uma Alemanha que havia chegado tardiamente ao mercado colonial.

O imperialismo durante o período chamado de “Paz Armada”, preocupava as nações historicamente adversárias, a disputa colonialista entre os países europeus alimentou a ideia de que uma Alemanha unificada, representava um potencial “perigo” global, pois os interesses alemães, acabariam por atingir diversos países inevitavelmente.

No período que vai da fundação do Império Alemão até a Primeira Guerra Mundial, as referências a um “perigo alemão” foram uma constante, chegando a haver colunas permanentes sobre o tema em determinados jornais do Brasil, e notícias freqüentes na imprensa de outros países. Quanto mais se aproximava a data do confronto inter-imperialista de 1914-1918, tanto mais se acirrava, no Brasil, o debate entre “francófilos” (que alertavam para tal perigo) e “germanófilos” (que defendiam posição contrária), com uma grande quantidade de escritos que refletem esses dois posicionamentos (Gertz, 2008, p.73).

Para Seyferth (1994), a ênfase na necessidade de assimilação da população de origem alemã não surgiu ao final do século XIX como decorrência do imperialismo alemão, ou mesmo da divulgação da ideologia pangermanista. A assimilação no sentido de abasileiramento, segundo Seyferth (1994) é um conceito chave no discurso da imigração no Brasil.

Se na visão extremista de Romero, o “perigo alemão” consistia numa possível aliança entre os colonos e o Império Alemão, para a maioria dos brasileiros preocupados com a formação da nação, o perigo consistia na dificuldade de assimilação, portanto, na dificuldade de reconhecer a existência de um grupo étnico distinguível no conjunto maior do que deveria ser o “povo brasileiro” (Seyferth, 1994, p. 118).

No dia 08 de Janeiro 1903, na edição nº603, o jornal *O Dia* se dedica a defesa da inexistência da doutrina do “Perigo Alemão”, citando um telegrama no qual um ministro norte americano chamado *Page Bryan*, manifesta suas impressões acerca do assunto; no relato o político tece elogios ao Brasil e a sua colonização alemã, citando que, 65% dos imigrantes alemães se naturalizavam brasileiros, citando também o exemplo de Lauro Muller, filho de alemães, na época ministro da viação brasileira.

Em contra ponto, havia no início do século XX, alguns influentes intelectuais que

defendiam, a existência do “Perigo Alemão” e por consequência tinham as potências europeias, e os Estados Unidos como modelo para a sociedade brasileira. Entre eles se destacava Silvio Romero que defendia o branqueamento da população, mas criticava a imigração alemã pela resistência a integração nacional.

Como solução para o desequilíbrio gerado, propõe distribuir a colonização por todas as áreas do território com elementos estrangeiros e nacionais, para que possa ocorrer a assimilação. Já em 1888, vaticina que, “se não o fizerem, as três províncias do extremo Sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável” (Romero, 1960, p. 121).

Seyferth (1994), aponta que a Liga Pangermânica, era influente na região sul do Brasil e, incentivava a união dos alemães e era contra a política de branqueamento da população.

No período de duas décadas que antecederam a 1ª Guerra Mundial, a Liga Pangermânica, entidade nacionalista radical, fundada na Alemanha em 1891, divulgou sua ideologia racista nas áreas de colonização alemã do sul do Brasil, enfatizando a necessidade de união de todos os alemães. Os ideais pangermanistas e teuto-brasileiros entraram em choque com a proposta assimilacionista do nacionalismo brasileiro, elaborada a partir da tese do branqueamento da raça pela miscigenação seletiva (Seyferth, 1994, p. 113).

Em 22 de Janeiro de 1904, *O Dia*, reproduz um artigo do jornal alemão *Hamburger Nachrichten*, no qual chama a atenção para as estradas de ferro que os americanos pretendiam construir na América Latina, fato que segundo o jornal era mais perigoso do que qualquer suposto plano pangermanista.

E’ assaz sabido que a imprensa americana não cessa de suspeitar do elemento alemão do Brasil austral, para que os brasileiros se , acautelem ante os supostos negros planos dos alemães. A *Gazeta da Colônia* já se ocupou, chamando atenção para as estradas de ferro que os norte - americanos planejam nas repúblicas sul-americanas e que para os Estados latinos constituem mais perigo do que a colonização alemã (*O Dia*, 22 /01/1904).

Weber (1994), em seu artigo na coletânea “Os Alemães no Sul do País”, recorda que é a Alemanha unificada como potência imperialista, após a vitória na guerra franco-prussiana em 1871, que introduz no debate a ideia do “Perigo Alemão”, e foram principalmente os Estados Unidos da América que alardearam a possibilidade da ocupação do sul do Brasil pela Alemanha, facilitada pela presença da população germânica.

A repercussão dessas discussões no país precisa ser entendida em seu contexto: nesse final de século, é o momento em que “o ideal brasileiro de nação assume de modo mais radical, o viés assimilacionista”. O caldeamento ou fusão das raças era pregado pela “doutrina do branqueamento”, que baseava-se em doutrinas raciais deterministas com estatuto social( darwinismo social), em voga na Europa e nos Estados Unidos, que apregoavam a superioridade das raças brancas (Weber, 1994, p. 106).

Portanto, o debate sobre o “Perigo Alemão”, para os defensores da etnia alemã, era movido também, pelas iniciativas norte-americanas nas relações internacionais, devido à forte

influência dos Estados Unidos na América do Sul e a influência direta que exerciam sobre a intelectualidade e a diplomacia brasileiras.

Romero também percebe os interesses econômicos que têm a indústria e o comércio da Alemanha no que se refere à população de origem germânica do Brasil Meridional. Em apoio à tese do “perigo alemão”, vale-se, dentre outras, de uma série de fontes francesas, inglesas e norte-americanas. Não faz, no entanto, uma crítica interna e externa com os documentos que trabalha. Que o imperialismo alemão passou a demonstrar interesses pelos *Deutscherausländer*, sobretudo daqueles em cujas áreas se preservava o *Deutschtum*, não há como negar. Mas também não se pode omitir que, na desenfreada corrida imperialista que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, Inglaterra, França e Estados Unidos tinham ambições imperialistas semelhantes às da Alemanha (Vogt, 2007, p. 228).

Assim, pelos jornais, a defesa dos teutos se fazia também, pelo ataque aos norte-americanos, que através das agências de notícias e de escritos de diversos autores difundiam a doutrina do “Perigo Alemão”. Naquele período, tinham a Primeira Guerra Mundial como pano de fundo para condenar qualquer ação dos alemães, na guerra e nas localidades onde prevaleciam em maior número, como é o caso do estado de Santa Catarina.

Não se sabe se os relatórios diplomáticos alemães sobre a possibilidade de uma secessão no sul do Brasil chegaram ao conhecimento de governos de outros países ou se em países como França, Inglaterra e Estados Unidos a imprensa refletia opiniões do senso comum de que na Alemanha se trabalhava com essa hipótese da fragmentação do Brasil e a consequente concretização de uma política anexionista (Gertz, 2009, p.126, 127).

A matéria passa a criticar o descaso do governo com as colônias alemãs de Santa Catarina, que naquele período não tinham a mínima infraestrutura de transportes, fato que as mantinha em isolamento.

O sul do Brasil é um território de colonização de primeira ordem. Mas quão pouco se tem feito para explora-lo!  
Desde muitos anos que existem florescentes colônias allemãs em Santa Catarina; vivem, porém, afastadas do outro mundo; nenhuma estrada de ferro cruza seu território..., e as comunicações marítimas tornaram-se péssimas (O Dia, 22/01/ 1904).

O jornal afirma que o “Perigo Alemão” não passava de uma fantasiosa imaginação dos críticos da imigração alemã, que temiam que o empreendedorismo alemão lhes prejudicasse os negócios. “O perigo alemão, a que, para armar o efeito, se socorre o escritor, não é hoje mais que um conto da carochinha, destinado a adormecer espíritos infantis” (O Dia, 11/01/ 1904).

Novamente em 1905, o jornal segue criticando os defensores do “Perigo Alemão”, demonstrando seu ponto de vista afirmando que o suposto plano pangermanista, nada tinha de verdadeiro e se tratava de uma invenção coletiva e em algumas ocasiões midiática.

Demostramos ontem, quão fantástico é esse perigo, creado pela imaginação dos que não procuram profundar os assumptos, antes se deixam levar por superfluas noticias. Bastaria um argumento para fazer desvanecer essas suposições, que trazidas á imprensa, só nos podem causar embaraços, sem vantagens algumas para o país. Os governos dos estados do sul para onde converge a imigração europèa, longe de

sentirem o perigo que tanto se falla, vendo as vantagens immensas e colossal progresso trazido ao Estado, por esses poderosos factores , animam a imigração proporcionando-lhe vantagens. Tal não se daria, si esse perigo pudesse existir (O Dia ,18 /02/1905).

Porém, Weber (1994), recorda que a questão étnica está estreitamente ligada à questão da nacionalidade, isto é, os imigrantes e seus descendentes nascidos no Brasil tornaram-se um problema quando o que estava em causa era a “brasilidade”. Ou seja, os defensores do branqueamento da população, achavam que a raça alemã contribuiria para que a melhora intelectual e genética do brasileiro, mas também achavam que os mesmos, deveriam abandonar suas origens, colaborando somente com o nacionalismo, e assim os defensores da causa do “Perigo Alemão”, utilizavam esse argumento em defesa de suas ideias, ou seja, os teutos se opunham a tais iniciativas e resistiam a integração.

As especulações brasileiras acerca deste “perigo” foram, em grande parte , influenciadas por publicações francesas que criticavam a política imperialista da Alemanha e a doutrina de *Libensraum* ( espaço vital), defendida pela Liga Pangermânica. Algumas destas publicações sugeriam um interesse colonialista alemão em relação às áreas ocupadas pelos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Seyferth, 1994, p. 122).

Portanto, *O Dia* defende os teutos da acusação de resistência a integração, demonstrando que o fato de manterem suas tradições nada tinha de perigoso, e sim era algo que perfeitamente convivia com os costumes nacionais.

Ora, estes homens, que empregam suas economias no cultivo das terras que adquirem por compra, que consagram todos os seus esforços ao desenvolvimento de sua propriedade, identificam-se com o solo e não pensam sinão em dar á sua nova pátria toda a somma de dedicação de que são capazes. Os seus filhos, nascidos no Brasil, são brasileiros e para eles não existe outra pátria sino esta onde pela primeira vez viram a luz brilhante do sol, onde têm as doces recordações da infancia, onde tem os amigos, onde os alimenta a esperança do viver tranquilo, honrado, das consciencias puras, (O Dia,18/02/1905).

No entanto, outros autores relevantes naquele período, se opunham a ideia de que os teutos brasileiros, não tinham nenhum interesse em formarem uma Alemanha Antártica no sul da América Latina.

No Sul, os imigrantes e seus descendentes já teriam obtido o predomínio econômico e social, estando como proprietários “da indústria agrícola, no gozo quase exclusivo da terra, das indústrias fabris, do alto comércio importador e exportador, do comércio bancário, da navegação etc. etc...” (Romero, 1906, p. 70).

O quisto étnico alemão do sul do país teria sido resultado de uma colonização etnicamente homogênea, “o erro gravíssimo dos governos brasileiros, o erro que nos há de trazer a perda das belíssimas regiões do sul”, no dizer de Romero (Seyferth, 1994, p.118).

A obra de Romero foi prontamente retrucada pelo paranaense Alcides Munhoz, que qualificou como teotofobia a denúncia do “Perigo Alemão” no seu estado, (Vogt, 2007, p. 231).

Coube a um dos admiradores e discípulos de Romero, Arthur Guimarães, replicar a crítica feita por Munhoz. Nas décadas posteriores, muitos livros ainda seriam publicados tendo como pano de fundo a temática do “perigo alemão”. Mas surgiram, igualmente, trabalhos que fizeram a defesa da Alemanha e dos alemães e de seus descendentes localizados no Sul do Brasil (Vogt, 2007,p.231).

Nas primeiras décadas do século XX, foram publicados diversos livros semelhantes ao de Sílvio Romero sobre o “Perigo Alemão”, principalmente no início da Primeira Guerra Mundial. Cabe citar os de Raimundo Bandeira (sob o pseudônimo: Arbivohn) – O perigo prussiano no Brasil, de 1914 – e o de Raul Darcanchy – O pangermanismo no sul do Brasil, de 1915, Gertz (2008, p. 131).

Prossegue *O Dia*, na mesma edição, argumentando a favor dos teutos, citando aspectos positivos da etnia alemã, e seu ponto de vista acerca das pretensões da Alemanha na América Latina.

As raças saxônicas, fortes por temperamento e por educação, não se deixando facilmente seduzir pelas teorias revolucionárias, são elementos seguros de ordem e progresso, servindo de contrapeso ao elemento latino, vivo, irrequieto, theorico. Deste conjunto de raças sahirá para o nosso paiz o progredir seguro e a força. Nem a Allemanha pensa em vir nos conquistar um pedaço de terra, porque ahi estão seus filhos felizes, contentes, garantidos em sua liberdade e propriedade. Ella aspira sem duvida conquistar mercado para seus produtos, mas isto consegue pela propaganda e pela emigração de seus filhos (O Dia, 18/02/1905).

Da cidade catarinense de São Bento, escreve sobre a educação no estado de Santa Catarina o jornalista Octavio Vinelli:

Os filhos dos alemães querem ser brasileiros. Foi o que observei a bordo do Itaperuna, a bordo do Rudi, na viagem de Florianopolis a S. Francisco, em Joenville e mesmo em S. Bento, onde só as crianças de 9 a 11 annos dizem que são allemães. Não me ensinaram o portuguez é a resposta que todos me dão ( O Dia, 10/06/1905).

O periódico publica uma declaração, do então procurador geral do estado Thiago da Fonseca, na qual ele defende o patriotismo alemão e os teutos-catarinenses das acusações de resistência a integração nacional em uma conferência na cidade de Blumenau - SC:

Que o perigo alemão, de que tanto se falava, era um mytho levantado por aquelles que desconhecem as circunstancias locaes, no sul do Brazil, onde os imigrantes, com mui poucas excepções acceitaram a naturalização. A base desse mytho era a questão do idioma. Entretanto, nenhum motivo havia para duvidar do patriotismo dos teuto brasileiros, por motivo de diferença de idioma. Outros paizes, que são fallados varios idiomas, dão d’isso a prova (O Dia, 19/06/1906).

Thiago da Fonseca se posiciona sobre a questão da língua alemã, sempre mencionada pelos defensores do suposto plano pangermanista, e antecipa o discurso que iria proferir futuramente nas dependências do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, defendendo a inexistência do “Perigo Alemão”.

A questão do idioma aqui é mais uma questão econômica do que política, pois ao estado faltam os meios para nas colonias alemães manter ou subvencionar as escolas

onde se ensine a língua do paiz. Em todo caso, é incoerente afirmar que os teuto - brasileiros mostram relutância ao estudo do idioma do paiz, (O Dia, 19/06/1906).

Vogt (2007), ressalta que até o final da Primeira Guerra Mundial ,muitos artigos e livros tratando do “Perigo Alemão” foram impressos no país. No ano de 1914, justamente quando acabava de eclodir a Guerra, Arbivohn publicou “O perigo prussiano no Brazil”. Em uma linguagem panfletária e amplamente favorável à causa da Tríplice Entente no conflito, escreveu a seguinte pérola sobre a educação nas áreas de colonização alemã na porção meridional do Brasil, Voigt (2007, p. 232).

Nas escolas allemãs, as crianças aprendem que o Brazil é um paiz selvagem, habitado por uma raça de mulatos turbulentos e deshonestos, incapazes do selfgovernment; e compulsam mappas geographicos, adrede preparados, em que as províncias meridionais do Brazil figuram como domínios da corôa prussiana (Arbivohn, 1914, p. 4).

Enfim, “para a anexação definitiva de nossas províncias, só faltava propriamente a arrecadação dos impostos federaes, que, em vez de serem remetidos para o Rio de Janeiro, selo-hiam para Berlim” (Arbivohn, 1914, p. 8-9). Sobre Arbivohn , Vogt escreve o seguinte:

Denuncia que, dentre os meios empregados pela diplomacia prussiana para a sua expansão colonial, a expedição de sacerdotes ligados à crença dos povos a conquistar é a mais eficaz. Seria essa a estratégia adotada há longos anos no Brasil, preparando o terreno para a anexação de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A respeito da Guerra, defendia que a sorte dos aliados seria a sorte do Brasil, (Vogt, 2007, p. 132).

Em 1913, *O Dia* escreve que o Dr. Lauro Müller era um digno sucessor do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, e novamente defende os imigrantes alemães e os teutos - brasileiros das acusações a eles direcionadas pelos defensores da doutrina do “Perigo Alemão”:

Quanto ao perigo alemão, constitue esse um velho thema, de que usam os discursadores baratos, na inopia de outros meios de armar o efeito. Quem conhece a vida intima das colonias allemãs reconhecerà que constituem ellas centros proveitosos do nosso desenvolvimento, de onde se irradia, vivido esse sentimento de ordem e de disciplina que constitue a maior característica do povo alemão.Os filhos da Allemanha, salvo excepções raríssimas, condemnadas pelos próprios teutos, encorporam-se á nos a nacionalidade e a ella dedicam verdadeiro carinho filial, muito embora guardem costumes de sua patria de origem. Temer o germanismo è signal de fraqueza que os verdadeiros patriotas não podem admitir. Não sabemos por que o perigo alemão reside só em Santa Catharina, quando a colônia allemã no Rio Grande do Sul é tão numerosa como a nossa (O Dia, 08/06/1913).

Vinte dias depois, em 28 de junho de 1913, o jornal reproduz um telegrama da Inglaterra, proveniente do jornal britânico *Dayle News*, no qual o “Perigo Alemão” é considerado um absurdo, provavelmente a intenção era demonstrar, que a opinião do periódico era compartilhada por outros órgãos de imprensa, inclusive por meios de comunicação internacionais reconhecidos mundialmente.

O importante jornal chama de ridículo pensamento sobre tal perigo, pensamento que

diz só existir por cerebros ignorantes desconhedores do adiantamento e civilização do Brazil. Terminando o Dayly News assevera que é tão absurda a conquista do Brazil como a da Lua sobre a qual, não duvidem aquelles que não sabem, que os brasileiros formam uma nação rica prospera e intensamente patriota e debaixo de vários pontos de vista superior em organização a muitas monarchias europeias (O Dia, 28/06/ 1913).

Não sabemos ao certo, porque no ano de 1914, justamente no ano que eclode a Primeira Guerra Mundial, não temos no jornal *O Dia*, ocorrências tratando do “Perigo Alemão”. No ano de 1915, temos apenas duas publicações no periódico falando diretamente sobre o “Perigo Alemão”, em matéria intitulada “O Perigo Inglez para a América do Sul”, o jornal escreve sobre as iniciativas britânicas no continente sul-americano:

Uma das artimanhas mais usadas dos inglezes nas republicas sul americanas, especialmente no Brazil e na Argentina , é de tornar o “perigo allemão” em espantallo, produzindo animosidade contra a Allemanha, Esta manobra repetiu- se também desde o principio da guerra actual. Como base serve -lhe a immigração allemã aos assim chamados países ABC, Brazil , Argentina e Chile. A Alemanha teria feito propostas concretas a Inglaterra pelas que reconhecera o domínio britannico em outras regiões e até tolerava que a Inglaterra se apoderasse de todas as colonias das outras nações europeas, no caso que esta aceder a fundação d’uma “Nova Allemanha” na America do Sul esse despeito a doutrina de Monroe.

Portanto, critica as iniciativas inglesas nas nações latino-americanas, e também o ponto de vista dos norte-americanos, que afirmavam que caso acontecesse uma invasão alemã na América do Sul, o Brasil dependeria ainda mais dos Estados Unido e teria relevantes prejuízos perdendo parte do seu território:

Também os Norte Americanos entoam o mesmo canto segundo o cathedrático R. G. Usher da universidade de Washington na sua publicação “Pan Germanismo”. Suggestia se aos brasileiros que no caso de romper a guerra entre America e o Japão, o Brasil perderia os seus estados do sul contra a Allemanha que os ocuparia a mão armada. Por isso seria a América do Norte a qual o Brasil devia a sua liberdade. É fácil imaginar que tal aticamento não podia deixar de ter as suas consequencias na America do Sul (O Dia, 21/09/1915).

Sobre a Inglaterra, que então ainda detinha a hegemonia política e econômica do mundo, Arbivohn (1914), fazia a seguinte afirmação, falando da ação inglesa na Primeira Guerra Mundial:

A nossa salvação foi a intervenção da Inglaterra, a nação liberal e poderosa, abrigo seguro de todos os credos religiosos, refugio tranquillo dos perseguidos politicos de todas as partes do mundo, que entrou nesta desgraçada campanha, desembainhando sua espada calmamente e reflectidamente em defeza da propria honra, da fidelidade nos tratados, aos compromissos contrahidos e à palavra jurada (Arbivohn, 1914, p. 11).

Na segunda ocorrência do termo “Perigo Alemão” em 1915, *O Dia* publica as impressões de um professor alemão, cidadão da cidade catarinense de São Pedro de Alcantara, chamado Augusto Schaitzler, alemão de 80 anos de idade na época e segundo o jornal, pessoa

influyente naquela sociedade:

Para refutar as acusações injustas feitas aos alemães residentes no Brazil e com o fim de desfazer o juízo pouco lisonjeiro que emitem, não só la fora como no nosso próprio Estado, sobre os laboriosos filhos da Nação forte e disciplinada a quem muito devemos, trasladamos para aqui os tópicos de uma carta escripta por um professor alemão que reside entre nós há mais de 40 annos.

Estimo muito a Alemanha e seus habitantes, meus antigos patrícios, mas gosto muito do Brazil e dos brasileiros, por que já fazem mais de 40 annos que chamo ao Brazil a minha pátria, onde achei os meus melhores e mais estimados amigos que viverão no fundo da minha alma até a minha morte.

Sinceras phrases que representam um protesto esmagador contra aquelles que vivem apregoando entre nós o perigo allemão e a falta de amizade por parte dos membros da colonia allemã! (O Dia, 30/12/1915).

O jornal demonstra através de depoimentos e da exposição de fatos cotidianos, que a rotina e a intenção dos teutos-brasileiros nada tinham de perigosas. Aponta Bilibio (2020), que o mês de dezembro de 1915, tem citações de elogios aos alemães todos os dias. No dia 01 de Dezembro, a edição mostra em duas colunas da p.2, como a arte e a ciência alemãs se distinguem das demais, e que mesmo em tempo de guerra continuam com toda a beleza e em pleno desenvolvimento.

Lançando uma vasta em livros desta espécie ,deve-se deverás ficar admirado pela força interna da vida e da cultura e do espirito alemães. E que deve-se dizer sobre que foram inaugurados dois grandes museus durante o tempo da guerra ! O Dia (01/12/1915).

A defesa convicta e apaixonada da Alemanha e dos alemães do Sul do Brasil também encontrava eco. E não necessariamente por germanófilos de origem teuta. Em 1915, Augusto Porto Alegre lançou um livro pretensamente para combater os artigos de um discípulo de Romero, o intelectual José Veríssimo, publicados no periódico carioca *Jornal do Comércio*.

A obra literária, no entanto, tinha como escopo condenar o opúsculo de Sílvio Romero lançado em 1906. Para Porto Alegre, ao escrever aquele opúsculo, Romero teria cometido imperdoável desacerto escrevendo sobre tema de alta relevância política, social e econômica, restrito às fontes que tinha à mão em seu gabinete e que eram de origem predominantemente francesa (Voigt ,2007, p.232).

[...] a penna brilhante do insigne philosopho e escriptor, com rara habilidade rebuscou achar profundas incompatibilidades do viver allemão entre as populações dos tres grandes estados sulinos, para, juntando essa, e outras razões, às opiniões de escriptores allemães, sem qualquer representação official na administração de sua pátria, e por isso sem alcance de qualquer sorte, concluir d'ahi a iminencia da absorpção d'aquella tão bella porção territorial empossada em nome do peso do militarismo prussiano!!! Ora, nada d'isso procede, pois que o ponto de partida de argumentação sendo falso, falso será também o resultado (Porto Alegre *apud* Vogt, 2007, p. 233).

No mês seguinte, em 30 de janeiro de 1916, o jornal apresenta um panorama do cenário da Primeira Guerra Mundial, com base no que recebeu por telegramas, indicando que ao



contrário das expectativas, a Alemanha seguia forte nos campos da honra, deixando claro que só aceitaria a paz, após ter obtido uma vitória completa e a rendição dos adversários. Dentro deste contexto, o jornal defende o que se tornou conhecido atualmente por globalização, ao evidenciar a importância da liberdade dos mares, para que ocorra a expansão econômica universal.

Entretanto, o jornal considera que a existência da doutrina do “Perigo Alemão”, representava um obstáculo para se alcançar aquele objetivo, considerando a ideologia como um fantasma. No entanto, uma vitória alemã representaria a possibilidade de novas conquistas coloniais e recompensas territoriais ao Império do Kaiser Guilherme II, embora isto se desse nas cercanias do domínio alemão e não no ultramar.

A' Alemanha no decorrer da guerra inumeras vezes foi declarada vencida, derrotada, exausta e esmagada, mas agora os seus inimigos e prophetas convenceram-se do contrario. Com a peculiar arrogancia do seu povo o ministro presidente declarou-se disposto a tomar em consideração os respectivos pedidos allemães para a paz.

Na matéria de 30 de janeiro de 1916, o jornal expõe as condições alemãs para a paz, num discurso que critica as iniciativas britânicas acerca do domínio marítimo, e afirma que os ingleses desrespeitavam a todos, inclusive os próprios aliados.

O chanceler allemão deu ao seu collega a unica resposta possivel, mas que absolutamente desilludio os inglezes: A Alemanha aceitará somente uma paz que corresponda às victorias das suas armas e que garanta a futura paz universal. Mas para tornal-a duradoura os diplomatas não devem contemplar somente as condições politicas. A paz deve ser fundada sobre uma base ethica.

A unica e real base para a expansão economica universal é a liberdade dos mares. Os vinculos que hoje ainda vedam o contacto desembaraçado dos povos entre si teem de cahir. A soberba Britannia deve desistir de julgar-se a rainha dos mares. Durante longos annos os invejosos como os inimigos abertos da Alemanha glosavam sobre militarismo, ninguem, porém, disse uma unica palavra sobre o navalismo ou marinismo inglez. Hoje não existe nenhuma única potencia que durante este sangrento drama não tivesse sentido a arrogante impertinência ingleza e que mesmo os seus proprios aliados trata como simples criados.

As propostas pacificas inglesas serão discutíveis no momento em que elles resolvem a substituição de uma unica palavra em vez de nossos mares, eles têm de aceitar o termo: Os mares livres (O Dia, 30/01/1916).

Assim, prossegue, na defesa da Alemanha, justificada pelos argumentos de um abuso inglês de domínio marítimo, e conclui a matéria, afirmando que na Europa, os adeptos da doutrina do “Perigo Alemão” temiam a vitória germânica e suas consequências.

Entretanto existem hoje ainda em diversos paizes e especialmente no ultramar adeptos da doutrina do **perigo allemão**, receiando este phantasma mais ainda d'uma Alemanha victoriosa depois da guerra. Estes incredulos não lembram-se de um facto. Ou a Alemanha será vencida, então jamais poderá sonhar com conquistas coloniaes, ou victoriosa, neste caso terá recompensas territoriais suficientes para a sua necessaria expansão muito mais proximas do que qualquer colônia longingua e ultramarina. As relações comerciaes e industriaes, atualmente interceptadas, logo serão reconquistadas, pois até hoje os seus contestadores não conseguiram apoderarem-se

definitivamente da freguezia de um único paiz consumidor (O Dia, 30/01/1916).

No dia 18 de fevereiro de 1916, o jornal *O Dia* reproduz uma matéria do jornal catarinense *O Município*, sobre a presença do ministro chileno Alfredo Irrarrazaval Zanartu no Rio de Janeiro. O jornal reproduz as falas do ministro; “Este ilustre doutor afirma que foi muito bem acolhido, que a criminalidade é muito baixa e que o povo é ordeiro e trabalhador” O Dia, (18/02/1918).

-Leva, nos disse o Sr. Ministro do nosso Estado que se lhe afigura um remanso, de paz, uma região paradisiaca, trabalha por fortes correntes de processo, sob o impulso de uma administração fecunda.

A criminalidade aqui, continuou sua exa., é diminuta: o povo ordeiro e trabalhador. A zona que percorri possui industrias adiantadas e um commercio inteligente e activo. Verifiquei que se trata com solicitude de instrução. Emfim, é Santa Catharina um Estado bem administrado e onde se encontram costumes publicos salutaes e conducentes a um desdobramento esplendido.

Sobre o estado de Santa Catarina, o político o elogia e considera um estado bem administrado, território cuja colonização se deu de forma inteligente, sendo que considera os alemães como os colonos mais progressistas e trabalhadores. Portanto, não acredita na ideia do temido “Perigo Alemão”, ao considerar que os teutos são todos sinceros amigos do Brasil e cujos vínculos com a mãe-pátria, são vínculos do espírito e do coração, sentimentos que de forma alguma, não devem ser alvo de reprovação.

Depois, os srs. tem a vantagem de uma colonização inteligente e perfeitamente radicada ao solo onde se lhe deparou prodigamente a fortuna e o bem estar. De todos os colonos, são os de raca germanica os mais progressistas e trabalhadores.

Entretanto, dissemos, insistiu-se por muito tempo no **perigo allemão**.

-Não de credito a semelhante opinião. Os allemães que aqui prosperam vivem e tem muito amor e muito apego ao torrão onde vieram encontrar uma segunda patria generosa e que lhes proporciona os mais vastos elementos de trabalho. Todos são amigos sinceros do Brazil e tem para com a mãe-patria apenas esses vinculos do espirito e do coração, puramente moraes, a que nenhum homem culto pode fugir (O Dia, 18/02/1916).

Na primeira página em 26 de maio de 1916, o jornal publica, como em outras edições, uma matéria com o título “O Perigo Alemão”, uma carta dirigida pelo político Crispim Mira, ao escritor Paulo Barreto em 11 de abril de 1916:

Observei, experimentei, concatenei factos, parei pelas ruas, viajei o interior dos municípios, abordei comerciantes, operários e lavradores, perscrutei nos bailes, o confundi-me nas festas alemães com os alemães, simulei germanismo em Blumenau e na Brusque, ouvi com particular interesse a expansão traidora dos momentos de animadas libações, procurei com esmero com todo cuidado alguma prova de que os teuto – brasileiros não tivessem estima pelo paiz onde nasceram, e depois de dois anos, de dois anos de metuculoso estudo dos factos tive que chegar, não foi possível deixar de chegar a conclusão honesta de que o ideal do teuto é a prosperidade e, de que ele é tão nosso amigo quanto qualquer outro indivíduo, desde que não se o deixe isolado no fundo das serras, privado do contacto com nossa gente. Essa verificação me arrastou, mais tarde, a contrapor a phantasticas, referencias a atentados que os allemães

estariam cometendo no Sul, uma serie e de factos que demonstram o contrário (O Dia, 11/04/1916).

Alguns meses depois, em 29 de agosto de 1916, o jornal publica uma nota, lembrando a data que aconteceria a conferência de Thiago da Fonseca no *Jornal do Comercio* no Rio de Janeiro. A conferência do dr. Thiago da Fonseca terá lugar, provavelmente sábado, nos salões do Jornal do Commercio, versando sobre Santha Catharina, seu desenvolvimento, instrucção, viação e inexistência do perigo alemão (O Dia, 29/08/1916).

Assim, o jornal escreve sobre a conferência em várias edições do ano de 1916, e acusa a imprensa carioca de ser excessivamente “aliadófila”, portanto, não perdia uma oportunidade de atacar os alemães e seus descendentes.

Regressou hontem da Capital Federal, o nosso estimadissimo director, dr. Thiago da Fonseca, digno Procurador Geral do Estado. Ao seu desembarque, que se effectuou na Rita Maria, compareceram muitos amigos, notando-se entre eles varios membros do Congresso Legislativo do Estado, dr. Grinck, consul allemão, Pe. dr. Zuber, director do Gymnasio. O exmo. sr. dr. Governador do Estado fez-se representar pelo seu ajudante de ordens, capitão Godofredo Oliveira. “*O Dia*” abraça com alegria o seu querido director. Na nossa proxima edição, publicaremos na integra a brilhante conferencia que o dr. Thiago da Fonseca realisou no «Jornal do Comercio» sobre o Estado de Santa Catharina e o Perigo allemão (O Dia, 23/09/1916).

Outro assunto, recorrente no jornal além da política é a economia catarinense. No dia 24 de setembro de 1916, o jornal publica matérias falando sobre as finanças e a educação no estado de Santa Catarina, também publica na íntegra o discurso da conferência no Rio de Janeiro do Dr. Thiago da Fonseca.

Estado de Santa Catharina  
Seu desenvolvimento economico e financeiro  
O problema da instrução publica e o perigo allemão  
Conferencia realizada no salão nobre do "Jornal do Commercio" do Rio, em 18 do corrente, pelo nosso collega sr. dr. Thiago da Fonseca director d'esta folha

Prossegue *O Dia*, na mesma edição de 24 de Setembro de 1916, defendendo os teutos e a inexistência do Perigo Alemão em Santa Catarina, argumentando a favor da índole e dos bons hábitos dos alemães e dos seus descendentes.

É este o **perigo allemão**: -o colono penetra na mata virgem, palmilha o interior do sertão bravo, transforma a floresta n'um centro de trabalho e de actividade inteligente, e rasga assim, para a terra que escolheu para sua segunda Patria e para Patria de seus filhos, novos e fecundos horizontes.

O colono quer estar cercado de conforto, quer vida e animação, quer aproveitar a nossa Natureza luxuosa e rica, detesta a indolencia e o *laisserpasser*. D'ahi o grão de prosperidade que reina nos Estados do Sul, onde a pequena propriedade impede a miseria e a fome. D'ahi essa encantadora cidade de Joinville, cognominada a Suissa Brasileira pela multiplicidade de suas industrias, e pelo encanto de suas ruas que mais se parecem com as alamedas de um intermino jardim.

Thiago da Fonseca, em seu discurso, tece muitos elogios a etnia alemã em Santa Catarina, defendendo o progresso e a capacidade dos imigrantes alemães, que por sua perseverança e árduo trabalho, eram os responsáveis pelo êxito da região.

D'ahi essa laboriosa cidade de Blumenau, onde ao influxo salutar das nossas leis, diversas raças se confundem, obedecendo todas ao regimen do trabalho, da ordem e do respeito observado pelos velhos colonos que da Alemanha nos vieram trazer o concurso de sua actividade:

D'ahi essa bellissima e encantadora e cidade de Itajahy, o porto conquistado à rocha e às areias -com as suas ruas largas, bem traçadas, debruçada à margem do alteroso rio Itajahy, que desce da alcantillada cordilheira descrevendo silhouettes por uma região opulenta e uberrima.

D'ahi essa catita villa de Brusque, com suas ruas bem aceiadas, bem niveladas, graças as abnegadas administrações municipaes que fazem prodigios com a sua minguada receita de 20 contos de reis.

A defesa dos teutos-brasileiros era constante no jornal, que citava importantes cidades catarinenses, nomeava suas virtudes e o desenvolvimento econômico de cada localidade, fruto do trabalho dos alemães e dos seus descendentes.

A inveja dessa prosperidade economica dos centros oriundos de antigas populações alemães, hoje, pelo patriotismo dos seus descendentes, integralizados em nossa nacionalidade, fez crear o perigo allemão, sem se lembrar que a nossa Patria muito deve a Allemanha.

Finaliza a matéria, afirmando que os defensores da doutrina do “Perigo Alemão” estavam diretamente ligados aos países aliados, principalmente aos norte- americanos.

A despeito da bem sucedida e proveitosa ida do diretor do jornal *O Dia*, dr. Thiago da Fonseca à capital federal para desconstruir a ideia do “Perigo Alemão”, a doutrina ainda se mostrou bem presente no imaginário da sociedade, como evidenciam algumas matérias de 1916. O que se explica em parte pela presença de um forte sentimento “aliadófilo” entre muitos jornalistas, que possuíam até mesmo contato próximo com militares americanos (O Dia, 24/09/1916).

Assim, o jornal critica as acusações aos imigrantes alemães, e justifica sua posição com exemplos dos motivos do suposto “Perigo Alemão”, que segundo o periódico se assemelhavam a outros preconceitos étnicos europeus, históricos, comuns naquele período.

O **perigo allemão** é velho papão que não amedronta senão: os tímidos, os fracos, os descrentes e os septicos. Falar no perigo allemão é, antes de tudo, acima de quaesquer outras considerações desconhecer o patriotismo do nosso povo, não confiar no valor dos nossos patricios; é supor ter hoje desaparecido essa raça de heroes que teve a sua primeira revelação gloriosa nos campos iluminados dos montes Guararapes.

O perigo nós é que o creamos com a nossa imprevidencia, com o nosso descaso pelas cousas publicas. Perigo porque uma nação forte, dotada de elevada cultura, capaz dos maiores assombros no mundo das ideias, nas industrias e nas artes, procura manter entre os seus descendentes o sentimento da honra e da dignidade, sem que paralelamente, ao lado d'essa acção civilisadora, oferecessemos o cultivo de nossa lingua, de nossas tradições gloriosas?

Prossegue exaltando a civilização alemã, por sua contribuição mundial à diversas áreas

das ciências e da sociedade, criticando o governo brasileiro pelas falhas educacionais e pelo abandono aos imigrantes alemães nas regiões interioranas.

Perigo porque o Governo Federal deixa núcleos coloniaes, ainda sob sua direcção, sem uma escola nacional? Antes ter um pugillo de patricios que fallem bem outras quaisquer linguas a tel-os analphabetos e boçaes!

Na Franca não se batem com o mesmo ardor bretões e provençaes?

Na Suissa, onde todo cidadão é soldado, onde o sentimento: do patriotismo é elevado e nobre, falla-se oficialmente tres idiomas além do Rhelico romano, appellidado *Rommanche*, que se usa no cantão de Grisões e que muito se parece com portuguez e o castelhano (O Dia, 24/09/1916).

Augusto Porto Alegre, assevera que a população de ascendência germânica se constituía em um imprescindível fator de progresso:

“O allemão pela sua fixidez ao solo da segunda patria é valioso como elemento constitutivo da população. Assim altamente intelligente tornou-se a corrente immigratoria a que mais deve o Estado, pois foi a primeira a estabelecer-se nelle, sem outros intuitos sinão os do trabalho, que ninguem mais do que elle sabe mobilizar” (Porto Alegre *apud* Vogt, 2007, p. 26).

No entanto, na edição de 26 de outubro de 1916, o jornal novamente defende a inexistência do “Perigo Alemão” trazendo as considerações do governador do estado catarinense Felipe Schimidt, acerca das colônias alemãs em Santa Catarina:

Era de se desejar que o senhor fosse naquellas colônias antigas para ver que não há nelas o perigo allemão. Os que as constituem, comquanto de origem alemã são, Brasileiros natos, são filhos, netos e bisnetos de Allemães. Certamente que elles amam a terra de origem paterna. Mas dizem francamente que no caso da Allemanha, em defesa do país onde nasceram, o Brasil. E falam assim não só os moças, como os mais velhos entre eles. Demais, toda essa gente faz parte da vida politica do Estado, estando assim ligada aos seus mais vitaes interesses (O Dia, 26/11/1916).

Prossegue *O Dia*, trazendo exemplos do exagero que seria a ideia de um real “Perigo Alemão”, o jornal deixa claro o descaso do governo brasileiro com a educação, a falta de assistência para com as colônias e o falso argumento de que os imigrantes se recusavam a aprender a língua portuguesa, sendo que a eles nada era oferecido, escolas, professores, recursos materiais, ou aprendiam e praticavam o idioma alemão ou seriam analfabetos.

Uma das coisas mais interessantes do perigo allemão, que atormenta tanta gente, é que no Sul ninguém o vê: nem o povo d’um patriotismo extraordinario nem a administração publica, de inexcedivel zêlo e moralidade na direcção de todos os negocios. [...] O patriotismo do povo do nosso Estado ainda não levantou seu protesto porque não existe razão para acautellar-se d’um mal que ninguem viu (Porto Alegre *apud* Vogt, 2007, p.233).

Na edição de 8 de Fevereiro de 1917, uma matéria retoma a questão da educação e do idioma, que sempre foi usada para denegrir a imagem dos teutos com acusações de resistência a integração nacional.

Alguns jornaes ha poucos dias escreveram a respeito de dois moços, filhos d'uma colonia no centro do Estado de Espirito Santo, sorteados para o serviço militar e que não sabiam nenhuma palavra do idioma vernaculo.

Naturalmente e o unico motivo deste facto a situação geographica da respectiva colonia: no centro, bem retirada e distante das communicações, unicamente povoada por allemães; a situação financeira do Estado ainda não facultou ao respectivo governo dotar a colonia com as necessarias escolas.

Taes factos até agora a imprensa jingo sempre aproveitou para ventilar mais uma vez o celebre **perigo allemão**».

A educação, sempre esteve em pauta na defesa dos alemães pelo jornal *O Dia*, atacados de inúmeras formas e adjetivados como traidores e resistentes a integração, o jornal em diversas oportunidades defendeu os teutos e criticou o governo pelo descaso com as colônias alemãs, manifestou repúdio aquelas acusações, citando exemplos e demonstrando com fatos e depoimentos a falta de estrutura educacional e o abandono as colônias alemãs, que se encontravam jogados à própria sorte, desamparadas pelos governos.

No Estado de Santa Catharina tem servido este facto centenas de vezes de cavallo de batalha todas as provas em contrario tem sido de balde. Com a maior satisfação registramos que a respeito deste caso a opinião publica mudou. Com poucas excepções de jornaes nativistas, muitos outros, que antigamente nao perderiam uma ocasião para fallar mais uma vez neste sentido, registrando o facto, opinam, que a ignorancia dos filhos de imigrantes allemães a respeito do idioma portuguez não consequencia pretenções do governo allemão, que cogita de conquistas no nosso paiz, mais sim que é a consequencia da negligencia da nossa propria administração dos tempos idos (O Dia, 08/02/1917).

Na edição de 15 de fevereiro de 1917, *O Dia* discorda do jornal de Florianópolis *A Tarde* (órgão de imprensa autointitulado independente), por suas críticas ao governo brasileiro, na matéria repete a exaltação ao passado, já expressa em outras oportunidades, negando o “Perigo Alemão” e defendendo o povo catarinense .

O nosso apreciado colega *A Tarde* equivocou-se: até hoje nenhum órgão de agremiação política, com a obrigação de ser imparcial porque reflecte o pensamento do governo, chamou de fraco e de pusilânime o nosso paiz, classificando de forte e poderosa a nação com a qual estamos dependendo de uma nota para rompermos ou não as relações.

Nenhum órgão fez paralelos pouco honrosos. Esse órgão sim repele o phanastico perigo allemão porque entendeu que falar no perigo allemão é antes de tudo, acima de quaisquer outras considerações desconhecer o patriotismo do nosso povo, não confiar no valor dos nossos patrícios, e supor ter hoje desaparecido essa raça de heroes que teve a sua primeira revelação gloriosa nos campos iluminados dos montes Guararapes, (O Dia, 15/02/1917).

No mês seguinte, na edição de *O Dia*, de 8 de Março de 1917, prossegue o jornal criticando a imprensa carioca, que na época não poupava esforços para denegrir a imagem dos teuto-brasileiros, defendendo os Aliados e afirmando a existência do já popular “Perigo Alemão”:

Os jornaes do Rio occupam-se novamente de Santa Catharina, não para tecer louvores a sua administração progressista, aos seus processos politicos e a sua crescente

expansão economica. A velha cantiga do perigo allemão é novamente entoada. Desta vez é o eminente jornalista sr. Medeiros de Albuquerque que, sob sua assignatura, vem denunciar ao paiz e ao mundo que aqui estamos em pleno domínio germanico. Deutschland uber alles.

O Sr. Medeiros de Albuquerque é um alliadophilo de quatro costados. Já recebeu até a Legião de Honra. Está no seu direito. Ninguém lhe pode pedir explicações pelas suas preferencias. O que, porem, não é certo é que os alliadophilos brasileiros queiramque o Brazil se apodere dos navios allemães detidos em portos nacionaes e que adopte medidas outras que nos levariam à fronteira da guerra, região perigosa onde se encontram e de onde, parece, procuram sahir os Estados. Unidos.

Alem do mais, os alliadophilos brasileiros são profundamente intolerantes. Qualquer individuo poderá ser pelos francezes, pelos inglezes ou pelos russos. É um patriota, um espirito adiantado apaixonado pelo Direito, pela Justiça e pela Civilização. Tudo com lettra maiuscula (O Dia, 08/03/1917).

Após a viagem do diretor do jornal dr. Thiago da Fonseca à capital federal com o propósito de desconstruir a ideia do “Perigo Alemão”, o diário parece que passou a subir o tom em relação a pessoas e veículos que continuam a repercutir esta narrativa, como é possível observar nas seguintes matérias de 1917.

Que serviço, porventura, prestaram à Santa Catharina os que mandaram dizer para o Rio que em Palhoça o promotor publico está processando um brasileiro pelo crime de ter dado um viva ao Brasil em uma festa de teutos? *O Estado de São Paulo* comenta sacrimoniosamente essa noticia que só não é revoltante, porque é profundamente idiota. Que se dirá lá fora de nós, diante de semelhante noticia? (O Dia, 08/03/1917).

O jornal faz menção em 14 de março de 1917, ao deputado estadual José Correa de Freitas, paranaense que já em 1911, denunciava na Câmara dos deputados o “Perigo Alemão”.

Há um cavalheiro que se chama De Freitas, excellente pessoa, sympathico, amavel, e creio que tambem deputado federal: mas, como bem o demonstra essa artificiosa aglutinação da preposição ao nome de família, tem s. exa. decididas propenso a originalidade, o que em muitos casos o leva a inadmissíveis opiniões.

Uma dellas é a que o respeitavel opinante mantém sobre o **perigo allemão**, no sul do nosso paiz. Ainda que, até ao momento actual, dos allemães allí domiciliados e de seus descendentes não nos tenha provindo incommodo algum, insiste o sr. De Freitas em descobrir naquele nucleo de immigrants e de seus filhos já brasileiros o medonho cariz de uma explicação teutônica.

Defende novamente, que a etnia alemã, seria a mais apta a colaborar com o desenvolvimento e o progresso nacionais. Insere na matéria um diálogo com o consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Amaro Cavalcanti, advogado, escritor e político cearense, conhecedor das realidades militares, que por sua experiência, dava crédito as opiniões do periódico.

O que a historia bem clara e recente, nos ensina relativamente a esses homens e suas famílias, é constituírem o mais valioso e morigerado contingente que ás nossas plagas haja trazido a immigração.

Conversando, um dia, com o illustrado dr. Amaro Cavalcanti, que durante muito tempo foi consultor do ministerio das Relações Exteriores, ocorreu-me perguntar si, no exercicio de taes funcções, tinha tido s. exa., grande trabalho om deslindar questões referentes a súbditos germanicos: ao que negativamente respondeu s. exa., declarando

que nunca se lhe apresentaram reclamações ou duvidas quanto a colonos dessa nacionalidade, ao passo que numerosas eram as dos filhos de outras nações.

Segundo o jurista, os alemães apresentavam características e qualidades positivas, que os diferenciavam dos imigrantes de outras nacionalidades, nas palavras do Dr. Amaro Cavalcanti, se percebe o mesmo ponto de vista expresso diversas vezes por outros políticos catarinenses como Felipe Schmidt, Lauro Müller entre outros, e pelo próprio jornal *O Dia*, quando se refere a valores morais, trabalho e família.

Sóbrios, pacatos, honestos, asseados e laboriosos, os colonos allemães aqui coustituem família, quando não a tenham trazido de sua terra natal, e augmentam-nos a população, não com vadios ou malandros, mas com brasileiros aptos para os labores da agricultura e do commercio. O que de melhor temos em vinhos, laticínios e conservas vem-nos de Santa Catharina e do Rio Grande do Sul.

Novamente são exaltados o patriotismo e a bravura dos teuto-brasileiros, seu espírito colaborativo e coragem nas campanhas militares nacionais na Guerra do Paraguay e defendida a inexistência do “Perigo Alemão”, pois mapas e escritos de cartógrafos e escritores inaptos, segundo o jornal, não tornavam real a possível anexação de qualquer território latino-americano.

Na guerra do Paraguay os brasileiros. ou alemães naturalizados ou filhos de allemães, acudiram em defesa do pavilhão auri-verde. Alguns attingiram postos superiores. Meu professor de gymnastica, no Collegio Pedro II, era um desses allemães feitos brasileiros e tenente-coronel do exercito nacional chamava-se Meyer.

Mais de uma se tem repetido aquillo de um cartographo que, tomado do delírio da omnipotencia germânica, houvera imaginado uma Allemanha Antarctica, composta das terras que no sul de nossa patria tem sido colonizadas por alemães, extravagancia esta em que tambem incidiram alguns escriptores tontarente patrióticos (*O Dia*, 14/03/1917).

Assim, novamente em 21 de março de 1917, *O Dia*, em matéria intitulada “O Perigo Alemão”, discorre sobre o jornal paulista *O Estado de São Paulo*, defendendo novamente a inexistência do “Perigo Alemão”, ressalta a importância do órgão de imprensa de São Paulo e critica duramente sua posição em relação ao conflito europeu, principalmente pelo periódico não defender a etnia alemã.

*O Estado de S. Paulo* é um dos órgãos mais respeitáveis da imprensa brasileira. A sua atitude diante da conflagração européa não pode ser mais decididamente acentuada em favor da causa das nações da grande entente. Mas ha uma coisa que o listado de S. Paulo não perdeu: é aquillo que eu não sei por que se chama o senso vulgar, desde que não ha muito quem possua sequer em doses homeopathicas.

O jornal paulista, que constitue uma força muito ponderavel na opinião publica, apreciou um desses dias a facilidade com que entre nós, são divulgadas tantas mentiras e a facilidade maior com que muita gente se promptifica a dar-lhes credito. *O Estado de São Paulo* refere-se ao eterno e sempre explorado thema do **perigo allemão**, flagrante injustiça praticada contra a laboriosa colonia germanica do sul do Brasil.

Também critica *O Estado de São Paulo*, por sua postura sensacionalista que depreciava



diretamente a todos os teutos- brasileiros, sem argumentos reais, apenas as mesmas hipóteses, há tempos levantadas de resistência a nacionalização e apoio ao Império Alemão.

Agora mesmo revive a famosa historia de actas municipaes lavradas em allemão, de preponderancia allema nossa vida e em nossos costumes. Os pregoeiros dessa fantasia esquecem que longe de prejudicar os allemães, essa historia concorre mais para o nosso descredito, porque, se assim fosse, que povo seriamos nós. que governoteriamos para que se consumasse aos olhos de um e outro tamanha obra de desnacionalisação e absorção?

Os allemães vivem do seu trabalho concorrendo eficientemente para a prosperidade nacional. Por temperamento ou por calculo, deixam-se ficar indifferentes á essa campanha que vae nos cobrindo de ridículo. Os brasileiros que padecem dessa obsessão, affectam um patriotismo mal entendido, esteril e dispersivo. O nosso dever é assimilar o estrangeiro, é fazel-o amar a nossa patria, confiar em nós, em nossas instituições e no futuro da nossa terra e não afasta-los do nosso convívio.

Prossegue *O Dia*, deixando claro que notícias mentirosas, somente causariam boatos maiores, portanto, a difusão daquelas inverdades era um ato digno de repulsa, por vir de um órgão de imprensa tradicional, respeitado em todo o país, no caso, o jornal *O Estado de São Paulo*.

Que serviço, porventura, prestaram à Santa Catharina os que mandaram dizer para o Rio que em Palhoça o promotor publico está processando um brasileiro pelo crime de ter dado um viva ao Brasil em uma festa de teutos? *O Estado de São Paulo* comenta sacrimoniosamente essa noticia que só não é revoltante, porque é profundamente idiota. Que se dirá lá fora de nós, diante de semelhante noticia? Há manobras contra producentes. A mentira nunca deixará de ser mentira (*O Dia*, 21/03/1917).

Nesta crítica do jornal *O Dia*, à matéria publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* parece haver ecos das matérias publicadas pelo periódico *O Clarão*, conhecido pelo seu tom iluminista, anti-clerical e propagador da teoria do “Perigo Alemão”, quando faz menção a narrativa de que em algumas cidades catarinenses, documentos públicos são redigidos em língua alemã, como é o caso da matéria intitulada “Um Profeta”, de 1916 (*O Clarão*, 1916).

Anda ou andou aqui um profeta Allemão a annunciar a victoria final da Allemanha e querer convencer o publico que nunca houve **perigo allemão**. Os livros allemães, os mappas allemães, as prelecções allemães em casas de instrução, a ameaça de ajuste de contas, a escripturação de camaras municipaes em allemão... nada disso, constitue perigo allemão, no juiso do profeta “Allemão”, e de outros prophetinhas que querem tapar o sol com uma peneira para fazerem o seu negocio à custa da autonomia e da honra, como os condes Romanos e outros que levam a falta de consciencia ao ponto de offenderem a sua terra e os seus patricios para elevarem aquelles que já consideravam Brasil como possessão sua (*O Clarão*, 22/01/1916).

No dia 23 de março de 1917, *O Dia* publica um telegrama informando que o deputado estadual catarinense Joe Collaço, advogado, jornalista, natural da cidade de Tubarão, concederia uma entrevista ao periódico. Joe Collaço, concedeu uma entrevista ao semanário “Nota”, sobre o “perigo alemão”, destruindo as balellas que aqui correm. Essa entrevista que foi

muito criteriosa, causou optima impressão (O Dia, 23/03/1917).

Alguns dias depois em 03 de abril de 1917, publica a entrevista com o deputado catarinense Joe Collaço:

Sobre o perigo alemão: Isso não passa de exploração. Os descendentes de teutões, em primeiro lugar, são perante as nossas leis tão brasileiros como os francezes, portugueses, africanos, italianos, ou qualquer outra nacionalidade. Depois, devo dizer, com franqueza, que entre essa gente encontrei o amor pela pátria quase elavado ao jacobismo. São patriotas extremados que acodem sem tardança ao primeiro apelo das autoridades militares e se alistam nas fileiras do exercito. São laboriosos e patriotas (O Dia, 03/04/1917).

Na edição de 26 de abril de 1917, *O Dia*, publica uma matéria intitulada “Conspiração abortada” falando sobre o rompimento das relações entre Brasil e Alemanha, aborda o assunto lamentando o ocorrido, e apresenta uma posição semelhante as matérias anteriores, se posicionando contra os ataques aos imigrantes alemães e seus descendentes:

O triste e fatal acontecimento que determinou o rompimento das nossas velhas relações de amizade com o império germânico, mereceu em toda parte do Brasil franca reprovação. Infelizmente porém, em alguns logares essas demonstrações patrióticas e populares excederam o limite do razoável e transformaram-se em movimentos subversivos da ordem e da segurança, trazendo consigo o ataque a vidas e propriedades de alemães, cuja inviolabilidade nós devíamos respeitar a bem dos nossos créditos de povo civilizado. E’ que nessas ocasiões aparecem sempre a explorara multidão, cega e desorientada, os pescadores de águas turvas que acham o momento asado para por em pratica seus planos machiavelicos de politicagem, para satisfazer suas ambições de mando, para fazer triumphar seus desejos incontidos de vingança (O Dia, 26/04/1917).

O jornal segue repudiando os atos ocorridos na capital federal , principalmente as acusações ao ministro Lauro Müller, que por sua descendência alemã, foi considerado um pela imprensa carioca, um perigoso traidor.

O movimento começou pala capital da república com certos *meetings* ruidosos, cheios de discursos incenciários, em que os verdadeiros e legítimos sentimentos patrióticos se sumiam debaixo de uma avalanche de doestos e de improperios, proferidos contra o ministério e especialmente contra o chanceler, o nosso querido patrício dr. Lauro Müller que era apontado publicamente como traidor da pátria, um vendido aos alemães, um brasileiro execrável, digno sò do desprezo e da força.

As acusações ao político catarinense foram orquestradas por populares órgãos da imprensa fluminense, patrocinados por políticos opositores, que desejavam a substituição dos ministérios que compunham o governo naquele período, pois não aceitavam Rodrigues Alves como sucessor à presidência da república.

Essas acusações eram apoiadas e secundadas com vigos por certos organs de imprensa carioca em cujos bastidores se escondiam personagens políticos conhecidos, tinha por fim a substituição do ministério, com exceção talvez de um só (o ministério da marinha), por outro mais patriótico e mais adequado para afastar da sucessão presidencial o nome de Rodrigues Alves. Para a felicidade nossa e do paiz, porém, essa triste campanha não surtiu o effeito desejado. O ministério continua firme e o

nosso chanceler a gosar da confiança absoluta do sr. Presidente da Republica, que deu o merecido desprezo às intrigas e machinações dos politiqueros.

Sobre o ocorrido, o jornal entra no assunto do “Perigo Alemão” relacionando os fatos ocorridos no Rio de Janeiro, com a repercussão deles em Santa Catharina.

Como toda política em nosso paiz depende da política federal ou melhor da que se faz na capital da Republica, era natural que semelhante agitação se reflectisse nos Estados, onde a questão do perigo alemão constitue um excelente pretexto para certos movimentos em torno de interesses inconfessáveis. Foi o que aconteceu em Santa Catharina. Na capital do Estado a proposito de um editorial do “*O Dia*” e da proibição feita pelo senhor chefe de polícia de um *meeting* cujos promotores anonymos falavam em tirar vingança não se sabe de quem choveram para o Rio e São Paulo telegramas formidandos, em que se imputava ao jornal official a apologia do torpedeamento do “Paraná”, em que se verberava o procedimento do chefe de policia por ter reprimido expansões do sentimento patriótico do povo florianopolitano, em que se acusava abertamente o sr. Dr., Schmidt de espionagem allemã, espécie de preposto ou agente do Kaizer, organizando e insuflando o levante armado dos alemães de Santa Catharina, no caso de uma declaração de guerra.

Na matéria o periódico destaca ainda o retrocesso na campanha contra o “Perigo Alemão”, por consequência dos movimentos políticos no Rio de Janeiro, e das notícias na imprensa carioca e paulista que repercutiram negativamente em todo o país:

Semelhantes balelas eram um precioso achado para certa imprensa do Rio e S. Paulo, avida de escândalos e de noticias estapufecientes. E a campanha do perigo alemão recrudescceu com uma violencia inaudita. Em torno do nosso estado se fez uma agitação nunca vista, chagando-se até a pedir providencias urgentes ao governo da União para a occupação militar de Santa Catharina, esse feudo do Kaiser, dirigido por alemães, onde só se falla alemão, onde tudo é alemão desde o governador até o ultimo intendente districtal, desde os juizes até aos inspetores de quarteirões.

Acerca do ocorrido, o jornal destaca o exagero das colocações relacionadas ao estado de Santa Catharina na imprensa de outros estados brasileiros, e a repercussão local do ocorrido:

Enquanto o governo federal dormia, os alemães aqui se tinham organizado e preparado para a resistencia armada contra o Brazil. As suas sociedades de atiradores dispunham não só de um preparo militar eficiente, mas até de metralhadoras e canhões Krupp. No caso de uma declaração de guerra esse estado germanizado estava prompto a pegar nas armas a favor da Allemanha, trahindo a pátria e os brasileiros que haviam confiado na lealdade desses espiões.

O jornal ironicamente destaca os fatos, afirmando que eram exageradas as notícias na imprensa carioca e critica atitude dos catarinenses, opositores de Lauro Müller que estavam difamando o político e o estado, causando também, problemas de ordem pública.

Eram tão alarmantes as notícias espalhadas sobre Santa Catharina, na imprensa do Rio, que diversas pessoas telegrafaram pedindo noticias, apprehensivas pela sorte de seus parentes e conhecidos mettidos neste foco de alemães em plena rebelião. Mas, o que ninguem, julgava possível é que houvesse entre nós gente capaz de aproveitar-se da agitação formada por certa imprensa do Rio contra o Estado de Santa Catharina e da campanha movida por certos politiqueros contra a personalidade de Lauro Müller, para organizar no estado uma mashorca, um movimento revolucionário, cujos fins seriam nada mais nada menos do que a substituição do honrado republicano que administra nosso estado (O Dia, 26/04/1917).

Sobre as intenções da Alemanha, de colocar em prática o plano pangermanista de anexação dos estados sulinos brasileiros, e da porção meridional da América Latina, é sensato observarmos a relação comercial entre os países naquele período que antecede a Primeira Guerra Mundial. O Brasil tinha importantes relações comerciais com os alemães, e os germânicos, naturalmente consideravam aqueles que eram imigrantes, ou descendentes da etnia alemã no Brasil, potenciais consumidores, pois compartilhavam da mesma cultura e valorizavam os produtos provenientes da antiga pátria, ou da pátria dos seus ancestrais.

A ideia de uma anexação do sul do Brasil, através de um plano alemão para a criação de uma extensão do *Reich* na América do Sul, foi desconstruída por diversos autores, um dos principais opositores desta ideia, foi o historiador René. E. Gertz, que afirma em sua obra que o suposto plano pangermanista, diante das condições da época era inviável.

Há pouco tempo foi formulada a acusação de que a Alemanha tivesse perseguido uma política externa agressiva na América Latina, defendendo seus interesses de acordo com um receituário imperialista clássico. Especificamente em relação ao Brasil, foi atribuído ao Império Alemão um amplo plano subversivo para a criação de uma Nova Alemanha Transatlântica, incluindo uma anexação. Que não é possível falar de imperialismo formal, no sentido de uma dominação política ou do estabelecimento de um poder colonial no Brasil, isso se percebe até mesmo através de uma análise superficial. Simplesmente não havia condições para isso (Gertz, 2009, p. 123).

Percebemos que os reais interesses da Alemanha, estavam voltados para os mercados consumidores da América Latina, e para as matérias primas que supriam suas necessidades, sejam para o consumo interno ou para o fomento das suas indústrias.

Mesmo admitindo como procedente a avaliação de Brunn de que não é correto falar de interesses políticos no sentido de transformar o sul do país num território sob controle político-militar da Alemanha, isto é, de realizar uma anexação imperialista, não há como negar que, durante o período em pauta, um grande número de instâncias, dentro da Alemanha, tinha sua atenção voltada para o sul brasileiro e para a população de origem alemã ali residente, com vistas a tirar vantagens desse fato, seja na expectativa de que essa população viesse a constituir um importante mercado de consumo para os produtos da crescente indústria alemã, seja na facilitação da obtenção de matérias-primas brasileiras (Gertz, 2009, p. 124).

Assim, Pires (2012), indica que no Brasil, a conflagração europeia provocou um posicionamento imediato do governo de Hermes da Fonseca: assumiu a neutralidade na conflagração. Política e economicamente, era um momento de estabilidade. A decisão do marechal foi tomada pensando em manter tal estado de harmonia, principalmente porque, no quadro de parceiros comerciais brasileiros, havia países de ambos os blocos de beligerantes. O então presidente brasileiro optou por uma via menos turbulenta, ao assumir tal postura. Não conseguiu, no entanto, evitar a polêmica que se instalou entre os letrados do país.

O que seria o Brasil e o brasileiro eram indagações correntes, que suscitavam

diferentes respostas . Independente da conclusão alcançada, pretendiam esses homens de letras identificar as mazelas brasileiras, sanar as suas deficiências e, por conseguinte, acelerar o seu processo evolutivo enquanto nação independente e civilizada. Dessa maneira, o Brasil não seria apenas inserido na marcha progressista da humanidade, como seria legitimamente integrado às grandes potências mundiais, abandonando, por certo, o estigma de colônia (Pires, 2012, p. 100).

O Brasil agia por vias diplomáticas procurando manter sua posição neutra, a fim de garantir as boas relações, com ambos os lados da conflagração europeia, pois historicamente era parceiro comercial dos países Aliados, Inglaterra, França e Estados Unidos, mas o café nacional era transportado em grandes quantidades até os portos alemães, as relações comerciais e a imigração também eram fatores importantes para que o Brasil mantivesse a paz com os Impérios Centrais.

No entanto, havia pressões em diferentes setores da sociedade que exigiam a mudança de postura da política nacional, conseqüentemente o abandono da neutralidade e a entrada na Primeira Guerra Mundial. Muitos intelectuais e grande parte da imprensa considerava inevitável o apoio aos Aliados, pois consideravam que a entrada do Brasil na guerra, traria um papel relevante na política internacional, onde a nação emergiria na diplomacia ,obtendo prestígio e credibilidade junto as grandes potências mundiais.

Quando localizados na capital federal, esses letrados pertenciam à elite fluminense. Distinguiam-se como atores político-culturais, agindo nas duas esferas à medida que ocupavam cargos públicos e atuavam na vida política do país, ao mesmo tempo em que exerciam o papel de criadores e mediadores culturais (Gomes, 2007). Discursavam nas tribunas da Câmara e do Senado, e tinham lugares garantidos nas páginas de revistas e jornais. Eram indivíduos, antes de tudo, engajados no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, como suas testemunhas e consciências legítimas (Sirinelli, 2003). Percebiam-se como os portadores das respostas e projetos adequados para a construção e organização do país, vendo-se como os dirigentes de uma nação recém-formatada. Sob o ambiente intelectual de criação de uma nacionalidade e de uma nação é que a Primeira Guerra Mundial alcançou o país (Pires, 2012, p. 100).

A guerra recolocou a questão da brasilidade na ordem do dia. A invasão da Bélgica, de acordo com o que preconizava o “*Plano Schiliffen*”, fortaleceu o sentimento pró-aliados de muitos intelectuais brasileiros, Voigt (2007, p. 231).

O naufrágio das embarcações e a constante ameaça na travessia do Atlântico, reforçadas por episódios isolados que sugeriam más intenções do *Reich* em território brasileiro, foram algumas das justificativas para o abandono da neutralidade e a entrada na guerra.

### **3.2 O BRASIL E A GUERRA: MUDANÇA DE COMPORTAMENTO DE O DIA.**

A mudança de comportamento do jornal *O Dia*, a partir da declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, se explica pelas leis instauradas naquele período. O Brasil apesar das

boas relações comerciais com o *Reich*, não podia aceitar o torpedeamento de seus navios. Os ataques alemães a diversas embarcações, principalmente na travessia do Atlântico, foi um fator decisivo para a entrada brasileira na Primeira Guerra Mundial.

Antes da entrada do Brasil na guerra, o “Perigo Alemão”, foi debatido constantemente nas publicações do periódico *O Dia*, que afirmava sua inexistência e reforçava sua posição com a opinião de políticos, jornalistas e cidadãos de diversas camadas sociais, inclusive em diversas matérias, com o depoimento de pessoas pertencentes a outras etnias, que defenderam os teutos dos constantes ataques. Matérias provenientes de outros veículos de imprensa, nacionais e internacionais também foram publicadas e utilizadas com o mesmo propósito, desconstruir o fantasioso “Perigo Alemão”.

Em relação aos teutos do estado de Santa Catarina, as acusações de apoio a Alemanha e resistência a integração nacional, ganharam força no período da Primeira Guerra Mundial, principalmente pela pressão da imprensa do sudeste, que apoiada por uma influente parcela da intelectualidade nacional, considerava o Império Alemão o causador do conflito europeu, o responsável pela barbárie. Por consequência, todo alemão, ainda que residente em outra nação, teria a mesma índole belicosa.

A afirmação de que a Alemanha mantinha um contingente de soldados em território brasileiro foi usada diversas vezes para propagar a doutrina do “Perigo Alemão”. No entanto, a acusação não se justificava diante dos fatos, ou seja, os teutos não tinham nenhuma preparação militar específica para combaterem pela anexação do sul do Brasil ao Império Alemão. Tratava-se de uma campanha de difamação e sensacionalismo que adquiriu força, na medida que a guerra ganhava contornos distintos das previsões iniciais.

Repetitivamente em diversas edições, o jornal afirmava a inexistência do “Perigo Alemão”, defendia a etnia alemã, acusada de traição, afirmava que os alemães eram inocentes de tais acusações, patriotas e presavam pela ordem.

Um dever de lealdade que respeitamos acima de tudo obriga-nos a repetir aqui o que já dissemos em artigo anterior. Não cremos no falado perigo alemão em Santa Catharina. Não acreditamos as populações de Joinville e Blumenau, na sua quase totalidade, capazes de atitude contra o Brazil e sua bandeira de guerra. Qualquer movimento pangermanista, acaso promovido pelos elementos assalariados do governo alemão, seria ou será, se se produzir, reduzido e abafado por essas próprias populações laboriosas e ordeiras (O Dia, 06/06/1917).

Porém, havia no Brasil, historicamente, uma ideia claramente formada sobre o caráter, o comportamento, os interesses e o papel de alemães e descendentes, vistos como problemáticos para a construção da nacionalidade brasileira.

Na Alemanha, também se enxergava os mesmos “alemães” do Brasil sob um prisma mais ou menos equivalente, ainda que sob uma perspectiva diametralmente oposta à de que eles, justamente por preservarem suas características étnico-culturais, não estavam perdidos para a “pátria-mãe” como acontecera com a maioria daqueles que haviam emigrado para a América do Norte (Gertz, 2009, p. 120).

Até o final da Primeira Guerra Mundial muitos artigos e livros tratando do “Perigo Alemão” seriam impressos no país, Vogt (2007,p.231).

Não há como negar que, durante o período em pauta, muitas instâncias, dentro da Alemanha, tinham sua atenção voltada para o sul brasileiro e para a população de origem alemã ali residente, com vistas a tirar vantagens desse fato, seja na expectativa de que essa população viesse a constituir um importante mercado de consumo para os produtos da crescente indústria alemã, seja na facilitação da obtenção de matérias-primas brasileiras. Mesmo quando essas matérias-primas se localizassem fora do sul do Brasil, e, portanto, fora das áreas tipicamente povoadas por teutos, a manutenção da identidade teuta e a consequente lealdade ao seu país de origem, aliada a uma influência crescente dessas populações no cenário brasileiro, incluindo o político, possibilitaria atingir esse objetivo (Gertz, 2008, p. 124).

Alguns autores defendiam os teutos, outros os criticavam por diversos motivos, a imigração, a integração nacional, a cultura germânica e a política em geral, foram alguns dos assuntos publicados naquele período. A desconfiança partia também, da política internacional alemã com vistas a expandir seu comércio na região sul da América Latina.

Em diversas ocasiões, no período objeto deste estudo, percebemos a disputa entre os periódicos da época que expressavam posições políticas diferentes. Na edição de 30 de abril de 1917, *O Dia* critica o jornal catarinense *O Aliado*, que se autodenominava órgão de propaganda a favor dos países aliados na Primeira Guerra Mundial e mantinha nas primeiras páginas das suas edições os seguintes dizeres: Pela Civilização Contra a Barbárie; Pela Soberania das Nacionalidades; Pelo Direito Contra a Força.

*O Dia* sempre combateu o fantasma do perigo alemão em Santa Catharina, em homenagem aos sentimentos da população de origem teuta e a reduzida e laborosa colonia germânica no Estado. *O Aliado*, ao contrario, sempre enxergou aquelle fantasma e não admite que seja brasileiro quem se origine de raça allemã (O Dia, 30/04/1917).

O jornal *O Dia*, prossegue escrevendo que *O Aliado* não admitia que ele o adversário adotasse uma postura nacionalista e patriótica apoiando as iniciativas do governo, que naquele momento abandonou a neutralidade e passou a apoiar os países da Tríplice Entente (Aliados). No entanto, *O Dia*, muda de postura em relação ao conteúdo das suas matérias, se adaptando as imposições nacionais.

No período que antecedeu a declaração de guerra, até a entrada do Brasil na guerra em 1917, as tensões aumentaram em Santa Catarina, muito pelas pressões intelectuais e midiáticas pró Aliados, que insistiam na existência do “Perigo Alemão”. Baseados em doutrinas

estrangeiras e possíveis iniciativas do Império Alemão, os argumentos utilizados contra os teutos ganharam força na imprensa nacional, muito pelas matérias provenientes da parte da imprensa catarinense, que também apoiava os Aliados, o que fortalecia a ideia de que a etnia alemã era uma verdadeira ameaça.

Um episódio chave para a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial foi o torpedeamento de sete navios brasileiros, entre eles os navios Paraná e Macau, ambos foram atacados em 1917.

O navio Paraná deixou o porto de Rio de Janeiro com destino ao porto de Le Havre na França, levando toneladas de café. A embarcação não levava armas, já que o Brasil era um país neutro na guerra. No dia 5 de abril de 1917, o vapor foi torpedeado pelo submarino alemão SM U-32.

A edição de *O Dia*, de 8 de abril de 1917, que trata do torpedeamento e naufrágio do navio Paraná, descreve alguns detalhes interessantes sobre o ocorrido. A matéria inicia falando das relações e leis estabelecidas por convenções e tratados internacionais que a guerra desrespeita em todos os tempos.

#### O Caso do Paraná

Como a pedra que rolando do alto da montanha tudo aniquila e tudo leva de rastro em sua passagem, como a caldal de um Amazonas raivoso que vae orecipitando tudo em seu seio revolto, - a guerra, em todos os tempos, sacrifica os mais elementares princípios de Direito: - á primeira violação das regras internacionaes segue-se a represália, e a serie de violências, de desatinos não mais cessa nem estaca. Todos os preceitos, todas as convenções violadas, desprezadas !

No decorrer da matéria o periódico cita alguns bloqueios territoriais ocorridos principalmente entre os países europeus e por consequência o rompimento de relações diplomáticas.

Ao bloqueio inglez, decretado contra a Allemanha, a Austria e paizes limítrofes, com o intuito de matar a fome, guerreiros e civis innocentes, mulheres e estrangeiros, respondeu a Allemanha com o bloqueio das costas francezas, inglesas e italianas: ao sequestro de correspondencia postal, cuja inviolabilidade foi assegurada pelo Direito internacional, ao confisco da carga neutra, a *Black list* – affronta ao direito e a soberania das nações neutras – respondeu a Allemanha com a guerra submarina sem restrições, sem limites.

Prossegue a matéria ressaltando que as autoridades de diversos países, inclusive o Brasil, se submeteram aos bloqueios ingleses, mas não se submeteram aos bloqueios alemães.

Os armadores de diversos países, inclusive o nosso, dominados pelo capitalismo



britannico, obedeceram ao bloqueio inglez, mas não se submeteram ao bloqueio alemão e d'ahi, apesar dos justos protestos da benemérita Federação Marítima, continuaram por conta e ordem de casas inglezas e francezas a proceder a remessa de navios para a zona de guerra, atitude essa que o nosso governo, patriótica e dignamente, quis coibir, quando encampou os navios da Companhia Commercio e Navegação afim de que, sob sua exclusiva direcção, a navegação internacional fosse realizada, e para que o paiz não tivesse de assumir a responsabilidade de actos, conscientemente, praticados para terem fataes consequencias.

A matéria da conta de que o navio Paraná, pode ter sido torpedeado, ou pode ter batido numa mina, ou seja, não relata acusa, nem descreve o agressor e cogita a possibilidade de o naufrágio ter ocorrido por outras vias, para tanto era necessário apurar os fatos.

O afundamento do Paraná, que tanto pode ter sido torpedeado, como afundado por ter batido em uma mina, o que só poder-se -a saber depois de terminado o inquérito mandado pelo governo brasileiro, constitue acto de violência reprovável, digna de censura, passível de reparação. A confiança do Governo da Republica, a confiança em nosso nunca desmentido valor, que não deve ser confundido com explosões insensatas, a confiança no criterio do governo alemão, que bem compreende os laços de intensa reciprocidade existentes entre os dois paizes, nos levam a aguardar com a calma a solução de tão grave incidente, que será, para honra nossa, resolvido de modo compatível com a nossa dignidade (O Dia, 08/04/1917).

Quatro dias depois na edição de 12 de Abril de 1917, *O Dia* noticia o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com O Império Alemão, na matéria intitulada Brasil – Allemanha – Rompimento de Relações, ressaltando que o texto se tratava de uma comunicação oficial.

Já esta no conhecimento dos leitores, o rompimento das nossas relações diplomáticas com o Império da Allemanha. Motivou esse acto de suprema gravidade, o torpedeamento do vapor “Parana” da nossa marinha mercante, em aguas do Canal da Mancha. Tendo o Brazil protestado, de acordo com os princípios geralmente admittidos pelo Direito Internacional, contra a extensão que o governo alemão resolvera dar á campanha submarina, e declarado que a manutenção das nossas relações diplomáticas com aquelle paiz dependia de não ser atacado nenhum navio brasileiro, não podia ser outra a atitude do Governo federal.

A matéria em tom explicativo, remete o leitor as atitudes do governo federal, ao apoio de todos os estados da união a tais iniciativas e faz um pedido para que todos os brasileiros respeitem os alemães aqui residentes e suas propriedades.

Solidarios com a atitude, estão todos os Estados da União, está toda a nossa nacionalidade que nesta hora, sentem-se fortes e coesos, prestigiando a acção das autoridades do paiz. Cabe a todas as pessoas que tem qualquer parcela de responsabilidade social, o dever de secundar os actos e intuitos das autoridades a que estão confiadas a honra e a dignidade nacionais; cabe-lhe também evitar cuidadosamente quaisquer excessos, que por ventura possam ser praticados por indivíduos menos educados contra a vida e a propriedade dos alemães que escolheram a nossa pátria para campo da sua actividade. Confiamos que todos os brasileiros saberão cumprir o seu dever.

Na seqüência temos reproduzido no jornal, o telegrama recebido pelo governador do Estado de Santa Catarina naquela ocasião.

O exm.sr. Governador do Estado recebeu o seguinte telegramma:

Palacio Presidencia 10, ás 23,55, recebido ás 7 horas de 11.

Communico a V. Ex. que o inquérito realizado em Cherburgo por funcionarios diplomacia brasileira evidenciou nacio mercante PARANA viajando iluminado, com a bandeira brasileira içada, foi torpedeado sem aviso prévio por submarino alemão que ainda disparou cinco tiros de canhão e não prestou auxilio aos náufragos. Do atentado resultam perdas de vidas e ferimentos. Telegramma anterior ao Ministerio de Berlim para ser comunicado ao governo alemão, o Brazil tornou bem clara que a manutenção das relações diplomaticas e commerciaes dependia de não ser torpedeado nenhum navio brasileiro resolveu o governo federal entregar uma nota ao ministro plenipotenciário da Allemanha comunicando o rompimento das relações declarando sem objecto a permanência d' aquelle diplomata no território nacional e cassando a exequatur aos funcionários consulares do império alemão.

Carlor Maximiliano, Ministro da Justiça.

A matéria também reproduz a comunicação oficial do governo catarinense, aos juízes de direito e superintendentes municipais de Santa Catarina, através de um telegrama emitido pelo governador Felipe Schmidt.

O exmo. sr. Dr. Overnador dirigio aos srs. Juizes de Direito e Superintendentes Municipaes, o seguinte telegrama.

Palacio Presidencia 10, ás 23:55, recebido ás 7 horas de 11.

Communico- vos governo brasileiro visto resultado inquérito torpedeamento vapor nacional " Paraná" resolveu romper relações diplomáticas commerciaes Allemanha, cassar exequatur cónsules e considerar sem objecto permanência ministro alemão. Nova situação creada esse acontecimento exige mostremos altura nossa civilização empregando maiores esforços não ser perturbada paz entre brasileiros e subditos allem~aes por ventura residentes território Estado.

Saudações

(Assig) *Felippe Schmidt* (O Dia, 12/04/1917).

No dia 13 de Abril de 1917, portanto na mesma semana *O Dia*, publica uma interessante matéria intitulada "Tempo ao tempo", na qual discorre novamente, acerca da situação no estado de Santa Catarina.

O Estado alemão de Santa Catharina, como dizem os pregoeiros do nosso descredito, uns por despeitos particulares e outros por sentimentos dessa politicagem malsã, sempre prompta á pescaria em todas as aguas, da neste momento a prova mais alta, mais eloquente e mais digna, do seu patriotismo, da sua cordura e da sua nobreza. Parece que a gravidade do momento põe uma severa serenidade em todos os espíritos, porque todos compreendem que os brios e a honra da pátria estão sob a guarda do governo da Republica que tão cioso se mostra da intangibilidade do patrimônio moral da nação.

Na matéria é exaltado o patriotismo catarinense, também apoiadas as manifestações de apoio a República no Rio de Janeiro, e em algumas passagens fatos históricos eram associados ao momento exaltando a pátria e o pavilhão nacional.

O povo do Rio de Janeiro, estacionado em frente ao palácio do Cattete, ovacionando os homens do governo, nas altas vibrações do patriotismo, teve também a dignidade de grandes dias da nossa historia, quando os nossos antepassados partiam cantando, como os gregos antigos, para as guerras da liberdade, para a gloria da bandeira que voou sobre os bravos de Tuyuty e drapajou nos mastros altos das fragatas de Riachuelo!

No Rio, não foi só a turba anonyma que se movimentou. A'sua frente estava a alta representação intellectual da nação, estava a mocidade acadêmica nos surtos generosos da sua fé, nos ardores da sua esperança e na confiança em nossa grandeza futura. Essa manifestação era necessária; impunha-se para o fortalecimento do governo, para mostrar ao mundo que o gesto do Cattete era a consequencia logica das aspirações nacionais diante do torpedeamento do *Paraná* ( *O Dia*, 13/04/1917)

No dia 14 de Abril *O Dia*, publicou uma matéria intitulada ao Tiro 40, a temática é repetitiva no jornal, que rebate as críticas aos cidadãos de Santa Catarina, sempre criticada e acusada de estar germanizada e a serviço do Kaiser Guilherme II. No entanto na mesma página *O Dia*, publica a matéria “A Situação n’esta Capital”, na qual exalta a tranquilidade em Florianópolis naquele momento.

Reina nesta Capital inteira calma e absoluta confiança no Governo Federal e do Estado, que saberão agir de acordo com a gravidade da situação e as imposições do patriotismo. Divergências de sentimentos a respeito da guerra que convulsiona o mundo cessaram para que todos os brasileiros formem na defesa da honra da Patria. A manifestação de hontem, por isso, correu calmo, percorrendo os manifestantes, precedidos da gloriosa Bandeira da Patria, diversas ruas desta cidade e indo cumprimentar a guarnição federal e a guarnição do destroyer “Alagoas”. Durante o trajeto foram erguidos constantes e entusiasticos vivas á nossa Patria (*O Dia*, 11/04/1917).

Na mesma edição, *O Dia*, publica outra interessante matéria intitulada “ Os fructos da intriga” onde discorre sobre as calúnias direcionadas ao estado de Santa Catarina.

A campanha de mentiras e intrigas contra Santa Catharina, aqui mesmo urdida e praticada, esta produzindo os melhores resultados. S. ex. o sr. Dr. Governador do Estado recebeu hontem de Ribeirão Preto, em São Paulo, o seguinte telegrama, que entendemos melhor publical-o sem commentarios: O povo de Ribeirão Preto reunido grande comício aplausos governo caso navio Paraná e tendo em vista linguagem anti-patriotica para imprensa vosso Estado protesta seu apoio- material reprimir vaidade interferência elemento germânico, qualquer movimento contra soberania anacional contra união brasileiros desrespeito leis ou qualquer maneira tendenciosa – *Mauro Moura* – pela comissão.

O Governador de Santa Catarina Felipe Schimidt, respondeu ao telegrama, defendendo de forma convicta a atitude do povo catarinense, na resposta, os adjetivos de valoroso e disposto a servir a pátria foram usados na descrição dos cidadãos catarinenses.

Não existe aqui interferência germânica nem imprensa que use de linguagem insultosa a nossa pátria. Seríamos indignos de nós mesmos si permittissemos semelhante afronta aos nossos brios. A colonia allemã aqui é pouco numerosa e está em attitude calma e respeitosa as autoridades, sendo visível o seu pezar diante da nova situação internacional. A população de origem germânica, que é bastante numerosa, não ocultou jamais as suas sympathias a causa da Allemanha, com a mesma liberdade com que a população de origem italiana o fazia pela causa dos aliados. Agora, porém, estando em jogo os interesses do Brazil, todos serão brasileiros, do que estou recebendo as mais inequívocas manifestações. O Governador de Santa Catharina é filho de paes alemães e não admite que duvide de seu amor a Patria Brasileira, que defenderá como soldado e como cidadão. ( O Dia, 14/04/1917).

No dia seguinte em 15 de Abril de 1917, destacamos do periódico *O Dia*, a matéria intitulada “Consequências de uma intriga”, a qual aparece acompanhada da seguinte frase: Boatos Alarmantes.

Não quisemos noticiar hontem a dilligencia policial affectuada por ordem das autoridades militares contra o senhor Paulo Renaux, acusado perante o sr. Comandante do destroyer “Alagoas” de ter vindo a esta capital adquirir armas e munições de guerra para os alemães no Brazil. Não o faremos em nosso próprio interesse, para não agravar uma situação que se quer forçosamente complicar com intuitos que não podemos comprehender. O resultado da diligencia, feita sem as formalidades constitucionais porque, o que seria legal, logico e natural era que as autoridades militares se dirigissem á policia do Estado ou ao governo e solicitassem a providencia que julgassem necessária e que certamente não lhes seria negada, o resultado e dessa diligencia foi completamente negativo, ficando evidente que se tratava apenas de uma intriga. Realmente não seria com 500 cartuchos de Windchester e 300 para pistola browing que Brusque insurgir-se contra o Brasil (O Dia, 14/04/1917).

Novamente o jornal defende a etnia alemã das acusações de ameaça contra o Brasil e de acordo com a texto admite que ouve uma série de erros na condução das denúncias contra o sr. Paulo Renaux, que preso, regressando para Brusque, tentou suicidar-se com um tiro de revolver, sendo para ali transportado hontem em melindroso estado. De todas as localidades de população de origem germânica, o governo está recebendo afirmações de paz e de lealdade a causa no brasil. A que vem então quereremos que não sejam brasileiros indivíduos que aqui nasceram. É odioso e é triste (O Dia, 14/04/1917).

Em 3 de junho de 1917, *O Dia* publica uma matéria do jornal paulista *O Estado de São Paulo*, que exalta as qualidades do povo catarinense, descrevendo a economia e os costumes dos habitantes de Blumenau e detalhadamente a evolução daquela região, desde o início da imigração alemã. Na matéria é evidente a intenção de ressaltar o empreendedorismo e a conduta ética dos imigrantes, também evidenciar que os imigrantes alemães tinham descendentes brasileiros, que colaboravam para o desenvolvimento de Santa Catarina e consequentemente do Brasil. No entanto, a matéria acaba caindo no assunto, tantas vezes discutido nas páginas de *O*

*Dia*, o sempre polêmico “Perigo Alemão”.

Não quero praticar a deslealdade de dizer que acredito no perigo alemão, sob o aspecto militar nem me animo afirmar que duvido do patriotismo dos Teuto-brasileiros, cujos pais, fieis a velha e longínqua pátria, embora vivendo em terra estranha, não lhes podem ter ensinado a indignidade e a vilania de trahirem a bandeira que cobre e protege e glorifica a terra em que esses filhos nasceram. Senti, porem, diante desse patricio que maltrata a minha língua e adora o Kaiser, que ele não é - ou não é ainda - um Brasileiro como eu, amando acima de tudo - e muito acima - o Brasil, e sua gente, os seus defeitos, as suas grandezas, as suas cidades, os seus desertos, as instituições, as suas infantilidades, os seus cemitérios, as suas glórias, a sua historia, o seu destino e o seu futuro.

Não acredito que haja um perigo alemão de ordem militar. Creio mesmo ter apprendido que o Allemão das colonias não pensa na guerra senão para deploral-a e ama mais os seus interesses doque os dogmas do prussianismo allucinado. Quando, porém, esse perigo tivesse existido, a própria guerra, dando formulas radicaes a politica das nações, tel- o- hia desfeito.

A matéria anuncia após o título, que os escritos se tratavam das “Notas de um excursionista”, no entanto, não expõe quem seria o viajante que percorreu o estado de Santa Catarina, que inicia o texto elogiando os teutos e, acaba levantando hipóteses das possibilidades de um real “Perigo Alemão”. Porém, conclui que não seria possível contar militarmente com os habitantes das antigas colônias alemãs de Santa Catarina, para os fins da anexação caso a Alemanha saísse vitoriosa da guerra, agricultores e alguns atiradores esportistas não seriam suficientes.

Porque, sim. As duas hypotheses que poderiam levantar diante dos nossos destinos históricos seriam a da derrota e a da vitória da Allemanha. Se, por desventura da civilização pacífica, vencessem os povos da coalisão austro-germanica, o seu domínio, de tão vastopoderoso e incontrastável, não precisaria apoiar-se em setenta mil colonos lavradores e creadores. Menos até sofreriam as regiões coloniaes do que as outras onde a resistencia se levantasse contra a força compensora. A germanização do Brasil, digamos logo, do mundo, se faria, nessa hypothese, cobrindo o mapa de todas as nacionalidades. No caso contrário, o mais certo, o único certo, de nada valeria militarmente bandeiras do Kaiser poder contar com algumas centenas de atiradores, segregados no *hinterland* brasileiro e sitiados pela preponderancia nacional. Não existe pois esse perigo, no sentido que se tem dado o termo.

Novamente é exposta a questão da resistência ao nacionalismo e do isolamento das populações catarinenses, fatores considerados ruins para o projeto da nação, que pretendia unificar sua população em torno de um ideal patriótico em comum.

Não existe, pois esse prigo no sentido que se tem dado ao termo. Existe sim um grande mal enorme e ameaçador até a própria coesão nacional. A formação em Blumenau, S. Bento, Brusque, Hansa e adjacências de núcleos de população sem afinidades sentimentais e culturaes com o resto do paiz é, ainda que longínqua, uma ameaça á integridade da Federação, que eles desconhecem e desamam nos seus motivos cívicos e políticos. Porque, na realidade, o que se está formando nessas colonias, hoje já tão densamente habitadas, não é um povo genuinamente brasileiro. Na cidade, nos campos, nas estradas, nas feiras, só ouvimos falar o alemão (O Dia, 03/06/1917).

Na edição de 07 de junho de 1917, com a matéria chamada “A Germanização dos Estados do Sul”, prossegue *O Dia*, defendendo as populações de origem germânica das mesmas acusações, afirmando que os teutos, catarinenses zelavam pelo próprio bem estar e como eram de origem alemã, tinham o zelo como característica natural.

As populações germânicas que vivem em Santa Catharina têm fugido a essa lei e nada tentarão, certamente, contra nós, mesmo arrastado o Brazil ao conflito mundial. Uma dessas circunstâncias, porem, convém refletir, mesmo porque de outras delas já fiz menção: todo o germanismo que vive em Santa Catharina tem grandes interesses ligados a terra catarinense e qualquer ameaça de perturbação da ordem poria em perigo esses interesses. E’ da psychologia do alemão um dos traços mais característicos zelar pelo que é seu, com um carinho mui especial (*O Dia*, 07/06/1917).

O jornal *O Dia*, escreve que os defensores do “Perigo Alemão” em Santa Catarina, na verdade, pretendiam através da difusão doutrina, derrubar o governador do estado.

O perigo allemão é a mascara ou a trincheira que se escolheu para disfarçar escaramuças da cavalaria ligeira que se move ao redor de interesses políticos. O sr. Dr. Felliipe Schmidt é no governo uma grande força, uma garantia de ordem, de respeito à lei, de trabalho e de progresso para o Estado. E’ um homem de raro feitio moral, o seu prestígio é inabalável, a sua força é incontrastavel. E depois a sua administração vem sendo feita com raro brilho (*O Dia*, 08/06/1917).

Assim, o periódico ironiza a campanha dos “Aliadófilos” contra Santa Catarina, utilizando na matéria os mesmos termos usados pelos críticos, demonstra que se tratava de hipóteses exageradas.

Voltou no dia 14 a carga na campanha levantada contra o Estado de Santa Catarina, tomando como pretexto as colonias denominadas alemans. A cantilena com pequenas variantes, é sempre a mesma: língua alleman nas escolas, linhas de tiro teuto-brasileiras, concentração militar de germanos, criançada teuto- brasileira em marcha para as escolas, uniformizada e de mochila as costas, pontes estratégicas já preparadas para voarem pelos ares a poder de dynamite, desta vez só faltaram officiaes alemães como instructores e o rumor já denunciado de aeroplanos nocturnos; esta lacuna foi suprida, no dia 15, com a notícia da alarmante apreensão de armamento em Itajahy.

Observamos o tom de indignação proferido pelo jornal, que ironicamente também menciona uma possível intervenção nacional a favor do Paraná, adversário histórico dos catarinenses na região do Contestado, e afirma ainda, que as acusações eram provenientes dos francófilos que não perdiam a oportunidade de atacar os teutos.

Qual será o alvo desta apavorante intriga revezada com tamanha tenacidade? Será o empenho de predispor uma revolta em Santa Catharina com o intuito de obter a intervenção do governo federal em proveito do Paraná?...Será exclusivamente no sentido de alimentar o ódio e prosseguir no serviço da causa franceza contra a alleman?

O jornal prossegue, citando uma excursão de um jornalista do *Jornal do Comércio*, cuja

identidade não específica, às colônias alemãs de Santa Catarina. Conforme a matéria o enviado constatou que se tratava de um local organizado. Sobre seus habitantes, percebeu que falavam em alemão, em um misto de alemão com inglês, em alemão e português, mas que nada nos locais constituía uma ameaça.

Quanto ao número de alemães de origem, declarou, que não excedem de tres por cento da população total das colonias – concluiu negando peremptoriamente a possibilidade do “perigo alemão”. Não é natural que o imigrante vanha semear uma terra, venha procurar uma nova pátria com o intuito formado de atraí-la em proveito da pátria que não obstante ser ainda muito querida, não o pôde alimentar. Semelhante felonía não tem cabimento no coração humano, não encontra exemplo na história do mundo, é uma intriga vil e completamente desprezível (O Dia, 13/06/1917).

*O Dia* publica em 29 de junho de 1917, um discurso senador do partido republicano catarinense Hercílio Luz, no qual o político defende que o estado de Santa Catarina, vem sendo vítima de ataques difamatórios, sobre o “Perigo Alemão”, pelos conflitos na região do Contestado e pelas históricas divergências com o estado vizinho Paraná:

Começo por afirmar que não é verdade que o meu Estado tenha feito uma concessão de terras na zona contestada. Não é verdade. O Sr. Abdon Baptista – Apoiado; isso é ignorância crassa. O Sr. Hercilio Luz – Como poderia o Estado de Santa Catharina fazer concessões de terras ou de territórios em uma zona em que ele não tem jurisdição, quando ainda nesse momento se discute a Camara de Deputados o acordo firmado pelos dois governadores, sob os patrióticos auspícios do Sr. Presidente da Republica?!

Hercílio Luz, repele um artigo que defende a existência do “Perigo Alemão”, ressaltando o exagero empregado na questão e admitindo que existia uma parcela da população de origem alemã incompletamente nacionalizada, mas que tal fato não justificava aquelas afirmações.

Não pretendemos transviar-nos do objetivo que nos propusemos, fazendo considerações sobre a questão da existência de poderosos núcleos de origem alemã, que persistem como elementos incompletamente nacionalizados no Estado de Santa Catharina. Admitimos que a gravidade desse perigo alemão possa ter sido exagerada; mas, somos forçados a reconhecer, diante da esmagadora prova de factos devidamente comprovados, que não é possível colocar Santa Catharina em pé de igualdade com outros estados da União, no tocante aos sentimentos brasileiros da sua população (O Dia, 29/06/1917).

Na edição de 14 de agosto de 1917, o jornal *O Dia* trata do “Perigo Alemão”, ironizando os argumentos empregados a favor da doutrina, evidenciando novamente a generalização empregada por aqueles que a defendiam.

O perigo alemão em Santa Catharina, a germanização de tudo que possuímos e o germanophilismo do governo estadual constituem o recurso de todo o indivíduo que ou é ferido por um despeito ou se acha possuído da mania de ser notável e de ser falado. Até um sr. Verissimo Gomes arranjou um caso em S. Pedro para envolver o seu nome (O Dia, 14/08/1917).

No dia 23 de Agosto de 1917, o jornal reproduz um discurso do deputado estadual natural de Lages, e militar Caetano Costa.

O deputado serrano foi abundante em considerações dessa ordem. Abundante e lógico. Depois provou que o elemento alemão não é lá tão numeroso que justifique as comichões patrióticas que assaltaram a delicadeza de certas epidermes. E além do mais essa gente seja pela própria psychologia da raça, seja pelo meio, seja pelas simples circunstancias, seja pelos interesses, é essencialmente pacífica. Não fala da população de origem teuta, porque esta é brasileira e está identificada com as nossas aspirações e os nossos destinos...não tarda muito, só servirão como brasileiros genuínos os selvícolas do general Rondon, segundo os quais tínhamos ainda estações radiográficas, depósitos de armamentos e campos de concentração de allemães militarizados. Somente a eufibratura superiormente calma do sr. Felipe Schimidt poderia resistir á essa onda alterosa de malidicencia e insulto (O Dia, 23/08/1917).

No mês seguinte, em dia 18 de Setembro de 1917, afirma novamente, o exagero nas críticas aos alemães, já mencionado em diversas outras edições, portanto, publica uma matéria em sua primeira página com os seguintes dizeres:

Os satiristas do Brazil, verdadeiros jacobinos, vivem apregoando um perigo alemão, que só existe nos cérebros acanhados e doentios de meia dúzia de parasitas, que nada produzem, mas tudo aproveitam. Crearam o perigo alemão em S. Catharina e Rio Grande, quando a verdade é que o maior perigo que existe dentro da pátria brasileira, é esse mesmo de intrigas e do pouco ou nenhum critério com que se aprecia o papel da colonia allemã no Brazil.

O jornal sempre relatou o descaso dos governos com as colônias alemãs em Santa Catarina, a falta de infraestrutura básica, especialmente para a educação. A tão falada resistência a integração nacional dos teutos, não se justificava, pois o ensino do idioma português era insuficiente, e o idioma alemão, tantas vezes utilizado como justificativa da má intencionalidade alemã, era a única alternativa para os teutos abandonados à própria sorte.

Fomos felizes com a importação de allemães no Brasil. Gente operosa, subidamente ordeira, respeitadora das leis e das autoridades, os melhores contribuintes da renda publicam. Que eles tenham conservado seus costumes, sua língua, seu amor a pátria de origem, isso em nada nos prejudica e prova a exuberancia, a firmeza de seu cacter. Nada devemos ter com isso, si falam ou não nossa língua; si a ignoram, tanto peor para eles, que em maior dependência ficam dos naturaes (O Dia, 18/09/1917).

O embate sobre o “Perigo Alemão”, permanece por décadas após o término da Primeira Guerra Mundial. A integração da imigração alemã ao ideal de nação, almejado desde o século XIX, também foi bastante debatida, principalmente a questão das escolas alemãs e do ensino do idioma alemão.

O Reichstag de Berlim vota anualmente uma verba para as escolas públicas alemãs do Brasil; os médicos, dentistas e advogados diplomados pelas universidades de além-Reno exercem livremente as suas profissões nas colônias teutônicas do sul. As eleições de deputados e senadores são feitas de acordo com aquelas colônias, cujos chefes políticos não se esquecem de consultar o ministro do Kaiser, acreditado no Rio de Janeiro. (...). Já estavam em elaboração em Berlim os códigos civil e criminal para



aquela região, por ordem imperial” alemã (Darcanchy *apud* Gertz, 2008, p. 131).

Em 1931, o capitão do exército brasileiro Amílcar Salgado dos Santos reúne uma série de escritos e faz publicar *Brasil-Alemanha*, Vogt (2007, p. 239). A defesa da Alemanha na guerra ocorrida entre 1914 e 1918, é feita na primeira parte do livro. Na segunda parte, são enfatizadas as relações diplomáticas entre as duas nações e a contribuição dada por alemães e descendentes a política e ao exército brasileiro.

Segundo Vogt (2007), Amílcar Salgado dos Santos, menciona que, ao viajar pelos estados do Paraná e de Santa Catarina no ano de 1917, constatou que nas áreas de colonização germânica só se falava o alemão. Ali só existiam escolas alemãs, igrejas, associações, estabelecimentos comerciais, sociedades de tiro, tudo de alemães. Até mesmo documentos oficiais de nascimento, casamento e óbito seriam registrados em alemão. Concluiu que a responsabilidade por tais circunstâncias, não seria dos colonos, muito menos do governo alemão. A culpa seria dos governantes brasileiros, que deixavam aquelas pessoas no mais completo abandono. Os habitantes daquelas áreas somente procuravam satisfazer as suas necessidades:

[...] não havendo lá escolas onde seus filhos pudessem aprender a ler, escrever, etc., sendo o povo allemão bastante amigo da instrucção, lançavam então aquelles habitantes daquella zona mão do que estava ao alcance, isto é, ensinavam o allemão; não havendo então funcionarios brasileiros ou então quem soubesse escrever em portuguez, lançavam seus documentos officiaes em allemão; sendo os allemães amigos da instrucção physica, dos esportes, do militarismo, fundavam então linhas de tiro; sendo os allemães cultores da Historia Pátria, não havendo escolas onde ensinassem a Historia do Brasil, ensinavam a seus filhos a Historia da Allemanha, quem tinha sido Frederico – o Grande, Kant, Bismarck, Moltke, etc (Santos, 1931, p. 249).

Para Santos (1931), quanto ao “Perigo Alemão”, afirmou tratar-se de uma calúnia contra os colonos teutos, aos quais se devia o grande desenvolvimento dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, assim como de outros lugares do Brasil, como do Estado do Espírito Santo.

Outro fato recorrente nas páginas do jornal *O Dia*, é a reprodução de matérias e notícias provenientes de outros órgãos de imprensa. Na edição de 23 de outubro de 1917, *O Dia* publica um telegrama proveniente do jornal carioca *Correio da Manhã*, intitulado “O Perigo Allemão”, e na mesma edição, uma nova entrevista concedida pelo senador Hercílio Luz, na qual o político rebate críticas ao estado de Santa Catarina.

Rio, 20. - (R) *O Correio da Manhã* publicou o seguinte:

«O Itagiba trouxe de Santa Catharina o sr. senador Hercilio Luz, que é um dos mais prestigiosos proceres politicos do Estado. Só hontem S. Exa. compareceu ao senado, onde um dos nossos companheiros conseguiu entrevistal-o, do seguinte modo:

- Senador, como deixou o seu Estado?

- Santa Catharina está completamente em paz, accentuando cada vez mais a sua prosperidade. O sr. Felipe Schmidt tem feito um governo benemerito. Espirito reflectido, tolerante, justo. Ninguem o demove de seu caminho. Deve lembrar se da agitação trefega que se fez em torno da pretensa germanisação de Santa Catharina, de que se chegou a dizer que era um Estado perdido para a Federação? Pois bem, todas essas explorações fracassaram, como fracassam fatalmente todas as manobras da intriga e da perfidia. Diante de todo o tumulto que se fez, o sr. Schmidt não modificou uma linha em sua attitude.

Brazileiro e patriota deixou que gritassem em paz, que insultassem a vontade os que querem ser mais brasileiros que os outros. E a campanha terminou, nem podia deixar de ser assim, porque nós, os homens publicos catarinenses, não precisamos de licções de patriotismo.

(...)

Assim, prossegue o político na defesa do povo catarinense, defendendo seu patriotismo e suas virtudes, e relembrando alguns momentos da guerra do contestado, que envolveu os estados de Santa Catarina e Paraná.

Não convem revolver o braseiro extincto, mas a ordem do chefe de policia do meu Estado tinha toda razão de ser. Era logica e necessaria. O territorio de Vallões nunca estivera sob a jurisdicção paranaense e essa jurisdicção começou a ter lugar quando para ali foram os individuos que atacaram, destruíram e incendiaram a nossa prospera Villa Nova do Timbó, prevalecendo se para isto do movimento de fanaticos.

Portanto, também defendeu o estado de Santa Catarina da acusação de germanizaçãõ, ressaltando os valores do povo catarinense, seu patriotismo, sua conduta e os méritos dos seus políticos.

A autoridade catharinense não poderia cruzar os braços diante de semelhante situação. A questão de limites está cheia de episodios dolorosos, dos quaes a responsabilidade cabe aos dois estados. Era uma luta que poderia ter conseqüências funestas. Felizmente tudo passou. Paranaenses e Catharinenses, esquecendo o passado, podem dizer hoje que tudo os une e nada os separa.

Perguntado sobre o que pensava sobre o “Perigo Alemão”, o senador Hercílio Luz defendeu a inexistência do suposto plano, exaltando também a união do partido republicano catarinense.

- Ainda o perigo allemão, meu caro?

- Quer saber o que é o perigo allemão?

- Sim.

- Pois ouça: é apenas o produto morbido de uma hysteria patriótica (O Dia, 23/10/1917).

A matéria anterior (entrevista com o senador Hercílio Luz) é de 5 dias após o torpedeamento do navio brasileiro Macau, que ocorreu no dia 18 de outubro de 1917. Naquele momento, ninguém no Brasil sabia do ataque alemão. O Brasil já havia rompido relações diplomáticas com a Alemanha, devido ao ataque do navio Paraná, por submarinos alemães, que

ao todo, torpedearam sete embarcações brasileiras em 1917.

Somente no dia 26 de outubro de 1917, é que a imprensa brasileira vai informar sobre o afundamento do Macau, no mesmo dia em que o Congresso nacional vai votar o decreto de declaração de guerra.

No dia a votação, *O Dia* publica a matéria intitulada “O Brasil na Guerra”, informando o naufrágio do navio Macau e as importantes decisões tomadas pelo poder executivo e pelo congresso nacional.

O telegrapho surpreendeu-nos hontem com a nova de outro torpedeamento de navio brasileiro, feito pelos submarinos alemães. Echoando tristemente em todo o pais esse atentado veio ele colocar o Poder Executivo na contingencia de uma desafrenta imediata.

A matéria ressalta que o presidente da República, tomara a frente em reação aos ataques alemães, solicitando apoio para que as embarcações alemãs aportadas em águas brasileiras, ali permanecessem, impedidas de navegarem. A iniciativa do governo tinha a intenção de cobrar o ressarcimento dos prejuízos causados ao país, pelos ataques do Império Alemão.

Assim o sr. Presidente da República, na mensagem enviada ante-hontem ao Congresso, pede que lhe seja concedido tomar , em nome da Nação, uma atitude de franca e declarada beligerância, effectuando-se imediatamente a viricapio dos comandantes e tripulantes dos navios alemães surtos em nossos portos... O Brasil jamais desmentiu, na practica, a doutrina que defendera galhardamente, no Congresso Internacional de Haya. Assim nunca concordou com o torpedeamento de navios mercantes protegidos por uma bandeira neutra.

Prossegue a matéria, dando nota de que o Presidente da República, após o novo episódio, o ataque alemão ao navio Macau, se posicionava com pedindo o estado de guerra do Brasil com a Alemanha.

Agora, com o recente torpedeamento do Macau, o sr. Presidente da República julgou de acerto pedir o estado de guerra defensiva do Brasil para com a nação germânica. O congresso decidirá do gesto do chefe do Poder Executivo. Confiemos, portanto, no patriotismo dos representantes do povo, que saberão agir nesse momento de graves responsabilidades com a calma de espirito digna da alta investidura que possuem.

Encera a matéria informando que telegramas provenientes do Rio de Janeiro, confirmavam a posição do congresso, de apoio as sugestões do poder executivo, e o Brasil a partir daquele momento sai da neutralidade e declara guerra à Alemanha.

Mal escrevemos essas linhas acima, quando nos chegaram as mãos os telegramas do Rio, anunciando que o Congresso aprovara a mensagem do Presidente da República. Está dado, por consequente, o passo decisivo, no qual a Nação conta com o patriotismo de todos os filhos, convicta de que nunca serão desmentidas as suas tradições nobres e gloriosas ( *O Dia*, 30/10/1917).

Três dias depois em 30 de outubro de 2017, *O Dia* publica a seguinte matéria: “Viva o Brasil! A grandiosa e patriótica manifestação do povo catharinense, o desvirtuamento de um

louvável gesto do povo, por alguns grupos amotinados, apedrejamentos, destruições, incêndios”.

Ninguém suporia ao ver a manhã deste ultimo domingo, tão calma e bonita, que á noite estavam guardados os mais horríveis espectaculos para serem desenrolados tristemente aos olhos da nossa pacata cidade de Florianopolis. A noticia da declaração de guerra que fora recebida com intensa alegria pelo povo, parecia entretanto, não ser o molde a insuflar aquella agitação da noite de domingo, occasionando tantos danos materiaes em propriedades particulares e até perdas de vida para menos prudentes que nelle se metteram a loteamento.

A matéria descreve as manifestações populares em Florianópolis após a declaração de guerra. O jornal descreve detalhadamente, a ação de grupos que praticaram na ocasião uma série de vandalismos em propriedades na cidade e, também descreve as iniciativas das autoridades e da imprensa acerca do ocorrido. A matéria relata que as manifestações aconteceram em vários locais de Florianópolis, Palácio do Governo, Tiro Alemão, Praça 15 de Novembro, Consulado Inglês, Consulado Italiano, etc.

Antes de peassar pelo Consulado Inglez. onde se fez ouvir o dr. Telasco Vereza, a massa popular passou em frente ao Palacio do Governo, onde estacionou. Ao chegar ali estando o governador Felipe Schimidt à janela, acompanhado pelo Secretário Geral do Estado e outras autoridades, estacou o cortejo, erguendo vivas e aclamações ao Brasil, à bandeira nacional, ao sr. Presidente da República e ao Governador do Estado.

A manifestação começou pacífica com saudações e patriotismo, diversos oradores, políticos e jornalistas se manifestaram exaltando a atitude do governo e o momento histórico, mas ganhou contornos trágicos, quando as iniciativas passaram para o vandalismo e a depredação de patrimônio, conforme relata o jornal, por conta de um grupo de amotinados que também participava da marcha.

Partiu depois a massa popular em demanda de outros pontos. Ouvindo o ultimo orador, o povo ainda continuou a percorrer as ruas da cidade sempre entusiasmado, mas de um modo ordeiro e pacífico, nunca se suppondo que dahi a pouco um grupo de amotinados fosse desvirtuar o brilhante intuito do movimento patriótico da mocidade catharinense. Pouco a pouco o grande grupo popular foi-se fraccionando, para diferentes pontos, as bandeiras foram recolhidas e voltaram os pequenos magotesde povo aqui e ali, parecendo estar tudo arrefecido e o povo desagradado com o desabafo pacífico que havia feito. Foi quando de repente correu a notícia alarmante de que um grupo popular ia atacar diversas casas e estabelecimentos alemães.

No decorrer do da matéria, são citadas as ocorrências em diversos pontos da cidade, estabelecimentos comerciais, instituições, residências e espaços públicos onde os atentados ocorreram.

O primeiro atentado

Bem perto da praça 15 de Novembro, na esquina da rua Trajano fica localizada a livraria do sr. Alberto Entres, o primeiro estabelecimento para onde incidiram as iras de um grupo, que, enganando a providencia da policia, dirigiu-se para ali e num abrir

e fechar de olhos começou a apedrejar vidraças e portas. As vitrinas da livraria e as vidraças das portas foram espatifadas pelo grupo amotinado, que tentou ainda arrombar as portas do estabelecimento, não tendo conseguido. Devido a isso foi relativamente pequeno o prejuízo que sofreu aquele negociante.

A matéria não explica quem eram estes amotinados, se era um grupo pertencente a algum movimento popular ou político, se eram partidários dos Aliados, se estavam agindo por alguma causa ou contra algo, no entanto relata os atos praticados no Clube Germania, tradicional instituição da cidade de Florianópolis.

Nada foi respeitado, nada poupado. Apenas algumas pessoas sensatas, a muito custo, conseguiram dos raivosos amotinados que se não incendiasse o edifício, como pretendias. Se tal se desse seria uma verdadeira calamidade, pois pegaria fogo ao quarteirão inteiro. Só no dia seguinte, hontem de manhã, é que se pode avaliar dos actos de vandalismo ali cometidos. Nada ficou inteiro, a entrada do clube Germania apresentava o aspecto de um campo de batalha. Não foi, porém, no club Germania o ultimo atentado. Em mais miserável estado ficou ainda o Tiro Alemão.

O Tiro Alemão era uma entidade tradicional na cidade, seu standard ficava na Rua José Veiga, e foi alvo das depredações.

Correndo a notícia que o Tiro Alemão ia ser arracado a cavalaria de polícia partiu a brida para o local. Quando chegaram, porém, já era tarde. Um grupo de algumas dezenas de populares com papeis e pannos encontrados, prendeu fogo imediatamente ao edifício. As chamas rapidamente alcançaram o pavimento superior, destruindo o edifício e moveis, que encerrava, em pouco tempo. Havia ali alguma munição para carabina Winchester, de tiro ao alvo, o que provocou aurante muito tempo ininterruptas explosões e estampidos. Foi por ocasião do incêndio que se registrou.

Prosseguem as descrições dos atentados na matéria, chama a atenção o destaque para uma morte no decorrer daquele fatídico dia.

Enquanto alguns amotinados lançavam fogo na parte térrea do edifício, outros foram para o pavimento superior, audaciosamente afim de contemplarem a obra. Entre estes, subiu o jovem Arlindo Gondim. Quando, porém, quiseram descer viram os imprudentes, que o fogo, debaixo havia tomado a escada, impossibilitando-lhes a sahida. Resolveram então, desesperadamente atirar-se pela janela, que tem uma altura de cerca de 9 metros do solo. Arlindo Gondim fel-o, porém, com tal infelicidade que , ao tocar o solo bateu com a cabeça no lagedo do patamar, fraturando o craneo. Transportado em estado comatoso para pharmacia Popular , á praça 15 de Novembro, veio a falecer antes de administrar-lhe os necessários curativos.

A matéria ressalta ainda, que na ocasião tiros foram disparados entre a multidão e que o capitão Joe Collaço foi ferido na testa por uma coronhada, e retrata a ação da Polícia no ocorrido.

Nessa ocasião foi ferido na testa por uma coronhada, o sr. Capitão Joe Collaço, comandante do Tiro 40. Foi recolhido logo ao saguão do Palacio, onde permaneceu alguns minutos , retirando-se depois para sua residência. O seu estado é levemente lisonjeiro.

A Ação da Polícia

Foi toda calma a ção da polícia que, consoante as ordens recebidas do dr, Chefe de Polícia e do tenente coronel, Gustavo Schmidt, manteve-se numa atitude prudente, e ao e ao tempo enérgica (O Dia, 30/10/2023).

Na edição de 31 de Outubro de 1917, se destaca a matéria “Viva o Brasil”, assim o jornal noticiava a reação, aos atentados ocorridos no dia anterior.

A continuação dos acontecimentos de domingo

Ante-hontem de manhã os ânimos da população de toda a cidade estavam sob a impressão dolorosa dos acontecimentos da noite de domingo. Havia a inquietação no espírito das famílias, temerosa da repetição das scenas do dia anterior. O Dia de segunda feira amanheceu calmo e bonito, não se notando nenhum movimento anormal. Uma ou outra patrulha de forças federais, percorria as curvas em toro do ponto, que estavam incumbidas de proteger. Todos os espíritos, porém, adivinharam qualquer coisa premeditada para a noite. Por isso durante a tar de já as patrulhas foram se tornando mais numerosas, passando mais a miúdo pelas ruas.

Destaca o jornal o sepultamento do jovem falecido no dia anterior, Arlindo Gondim e os atos praticados pela população após os atos fúnebres.

Um apedrejamento

As três horas da tarde effectuou-se o enterro do malogrado moço, victima na noite de domingo. Dos populares que acompanharam o corpo até o cemiterio publico, destacou-se na volta um grupo que, ao passar em frente a casa de Guilherme Kasper, situada a rua Conselheiro Mafra, começoi a apedrejal-a fazendo grande alarido e aos gritos de morra o alemão. Prevenida a patrulha, esta ocorreu imediatamente ao local, sob o comando do tenente Rupp, que impediu o arrombamento da casa e destruição dos móveis.

Os ataques a residências e instituições alemãs continuaram naquela segunda – feira, em pequenas notas *O Dia* destaca cada evento em detalhes , ressaltando a atitude dos manifestantes e a reação da polícia procurando impedir tamanha barbárie.

Na trapiche municipal

Em frente ao trapiche municipal um grupo de exaltados, vendo o russo German Lilja e pensando que fosse um alemão, quis agredil-o, tendo a força ali postada impedido, o que excitou extraordinariamente os ânimos. Devido a intervenção de diversas pessoas que ocorreram ao local, e persuadiram os populares exaltados que não se tratava de um alemão, acalmaram-se a muito custo os ânimos. Durante a noite os grupos se tornaram compactos e ameaçadores, pondo as patrulhas numa verdadeira dobadoura. Sabendo os officiaes encarregados do patrulhamento, que se pretendia atacar diversas propriedades pertencentes a alemães, mandaram logo guarnecer todas elas por fortes contingentes de voluntários e atiradores.

A polícia prevendo os ataques guarneceu os locais com efetivo disponível, no entanto as ocorrências se deram em diversos pontos da cidade.

Foi tentado um ataque a casa do senhor Hermann Beck, situada na Prainha, que estava completamente guarnecida, frustrando assim a intenção dos exaltados. O mesmo deu-se no Collegio Alemão, que diversos grupos tentaram invadir, sendo sempre repellidos. No Hotel Metropol, de propriedade do sr. Miguel Tersechticht, que aliás é austríaco,

foram feitos diversos ataques a pedras, chegando em certa ocasião alguns mais audaciosos a penetrarem no interior do edifício, onde cometeram depredações, apesar dos esforços que empregou para contê-los a força ali estacionada. Foi apedrejada também a casa do sr. Otto Ebel, negociante estabelecido na rua Conselheiro Mafra.

*O Dia* encerra a matéria exaltando a ação dos policiais, cavalaria e atiradores que estavam de prontidão para reprimirem novas reincidências, que naquele momento cessaram. No entanto, a apreensão era notável por parte das instituições de segurança pública, pois como a violência partiu de diversos grupos, poderiam ocorrer novos ataques, pois o clima era tenso entre os populares.

Em relação ao ano de 1918, temos somente uma edição na qual o termo “Perigo Alemão” aparece no jornal *O Dia*, em 14 de Agosto de 1918. Na matéria que trata do assunto, afirmando sua existência, é notável a mudança no periódico, que também exalta o advogado baiano Rui Barbosa, como brilhante intelectual e político brasileiro.

Senhores! Ruy é homem de imenso valor para nosso vasto e querido Brasil. A nossa pátria orgulha-se de lhe ter sido berço. Para homenagear-o Presidente deste torrão querido consagrou estes 3 dias ao Ruy, para que todo o povo brasileiro possa dar-lhe prova de sua grande admiração. Camaradas! Todo o brasileiro deve se orgulhar de possuir um patrício de tão alta envergadura. Foi o seu clarividente patriotismo, o primeiro a dar o brado de alerta na questão do perigo alemão, perigo esse que existe de facto e que ameaçava a tranquilidade da Patria Brasileira. Nós catarinenses devemos fazer que esta singela manifestação seja bem uma prova de grande admiração e simpatia ao maior dos brasileiros (*O Dia*, 14/08/1918).

Conforme afirma Gertz (2009), não sabemos se a imprensa de outros países realmente acreditava na anexação do território sul brasileiro pela Alemanha, no entanto o jornal *O Dia*, defendeu por anos a inexistência do plano pangermanista, fato que muda forçadamente com a declaração de guerra, no entanto poucas foram as edições que o jornal tratou do “Perigo Alemão” a partir da declaração de guerra em 1917, provavelmente pela dificuldade de defender uma ideia cuja veracidade sempre combateu em suas páginas.

Que é que nos retém em dar todo o nosso auxílio positivo aos aliados? Os interesses!...Então, por consideração a alguns traficantes boches das nossas grandes cidades e por consideração às colônias alemãs esparsas em nosso território, mentiríamos o nosso passado, renegaríamos o nosso ideal, repudiaríamos os nossos deveres sagrados para com essa nobre civilização que nos foi dada no sangue dos nossos antepassados europeus? (Aranha, 1916, p. 3)

O ponto de união entre essas vozes destoantes era a certeza de que a Primeira Guerra Mundial descortinaria um novo tempo na geopolítica e nas relações internacionais. O Brasil, conforme acreditavam, deveria estar pronto para assumir uma posição relevante na nova disposição política e econômica que estaria por vir. Projetando-se como uma nação internacionalmente reconhecida, o futuro brasileiro estaria assegurado (Pires, 2012, p. 102).

Com ela [a guerra] teremos a possibilidade única de encararmos seriamente e seriamente resolveremos o caso da germanização do Brasil meridional. Nela estreitaremos intimamente as grandes amizades europeias e americanas, a que tudo devemos e ainda ganharemos em dever do nosso vindouro desenvolvimento. Por ela entrando em contato com a política das grandes potências liberais, alargaremos, consolidaremos, melhoraremos a nossa democracia (Barbosa, 1988, p. 56).

A difusão do “Perigo Alemão” no período pós declaração de guerra, ganhou força nos meios de comunicação, muito pelo andar do conflito, que contrariando as previsões se estendeu aos países antes neutros. A desconfiança dos apoiadores dos Aliados no âmbito nacional, quanto aos teutos - brasileiros foi sempre uma constante naquele período, usados argumentos baseados em ideias internacionais e por diversas vezes extremamente fantasiosos, percebesse que o “Perigo Alemão”, foi também usado como um argumento para forçar a própria política nacional a abandonar a neutralidade. A elite intelectual brasileira, forjada nos ideais iluministas especialmente francófilos, estava convencida de que a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, traria algum protagonismo diplomático e impulsionaria a integração nacional e o espírito patriótico da nação.

A imprensa de Santa Catarina travou uma batalha ferrenha entre os defensores da existência e os negacionistas do “Perigo Alemão”, no entanto, a política nacional apoiada por diversos órgãos de imprensa, obteve êxito na propagação da doutrina pangermanista. Declarando guerra contra a Alemanha, o Brasil justificava os argumentos utilizados contra teuto-brasileiros, assim, durante o período que esteve envolvido no conflito, calaram-se as vozes que defendiam a etnia alemã, e o temor tomou conta da população de origem germânico país.

O comportamento do jornal *O Dia*, com a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, mudou, o periódico passou a apoiar as iniciativas do governo, ainda que elas fossem contra os alemães. Fato que se explica pelas leis daquele período, que obrigavam a imprensa a se manter favorável a causa nacional, sob a ameaça de fechamento.



## CONCLUSÃO

Na construção desse trabalho, procurei através da bibliografia e da imprensa, analisar a imigração alemã em Santa Catarina e a trajetória dos teutos-brasileiros no contexto nacional, no que diz respeito à visão da sociedade e do Estado sobre a imigração e a presença da etnia alemã no país. Busquei expor a ideologia e os fatos, do “Perigo Alemão”, plano pangermanista de anexação de territórios da América do Sul, ao Império Alemão, especificamente no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Assim, trouxemos ao debate, o quanto foi relevante a participação da imprensa nacional e catarinense para a construção e a desconstrução da ideia do “Perigo Alemão” no Brasil. O embate e a polarização entre os defensores e os negacionistas do plano pangermanista se deram nas páginas dos periódicos selecionados para este trabalho e através do debate com a bibliografia acerca do assunto.

Sobre a seleção dos periódicos, utilizamos como critério a relevância no debate sobre o tema proposto, e a posição de cada jornal sobre o “Perigo Alemão”, assim, construímos uma perspectiva histórica e linear da abordagem do tema na imprensa da época, e da relevância dos fatos tratados pelos jornais ao longo do período objeto deste estudo.

A ideia de uma Alemanha na América Latina, iniciou em períodos anteriores à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Porém, é com o desfecho da “Grande Guerra” e com a campanha alemã no conflito, que o assunto ganha força e se espalha rapidamente em território nacional.

Os efeitos da disputa entre germanófilos e aliadófilos na imprensa nacional, especialmente no estado de Santa Catarina, comprovam que a imprensa, em geral, em jornais particulares e nos órgãos ligados a partidos políticos, defendiam seus próprios ideais e geralmente expunham a opinião de seus redatores e proprietários, portanto, a imparcialidade no conteúdo era rara.

Para o Brasil, a guerra trouxe mudanças na perspectiva produtiva e a necessidade maior de capacidade industrial. Trouxe também, a necessidade de discutir que lugar deveria ocupar o Brasil no cenário diplomático internacional. Internamente, cada região reagiu aos novos rumos da sociedade, em Santa Catarina a declaração de belicosidade contra a Alemanha, mudou a visão sobre os teutos, já discriminados em diversas outras situações, foram declarados como potenciais inimigos. Portanto, neste estudo a imprensa, por seu papel descritivo da realidade, é de suma importância.

O “Perigo Alemão” é um tema desafiador, pois sua difusão e ideologia exigem do historiador intenso trabalho investigativo; além dos arquivos, as fontes diversas e a bibliografia existente, trazem perspectivas diferentes, que divergem em pontos fundamentais. Por exemplo,

temos a visão de historiadores e antropólogos, que afirmam que nunca houve uma resistência alemã à integração nacional, e que os teuto-brasileiros sempre estiveram disponíveis para defenderem a pátria, e outra vertente afirma que eles estavam preparados e doutrinados para servirem aos propósitos germânicos na América Latina.

Observando o ponto de vista de cada periódico, interessam as matérias opinativas que apontavam para o alemão como um amigo ou inimigo da nação, a junção das informações busca expor as diferenças entre cada jornal, confrontando o mesmo assunto nas diversas fontes. Os dois jornais diários, *O Dia e O Clarão*, que mais contribuíram para as análises deste estudo, são um defensor da existência do “Perigo Alemão” e o outro periódico, nega a sua existência.

Para Bilibio (2020), os alemães residentes em Santa Catarina, que não constituem um grupo homogêneo, sofreram várias perseguições, discriminações e violência. No entanto, embora de uma forma mais branda, também responderam e provocaram situações semelhantes. A imagem dos teutos que surge na análise de cada jornal é, portanto, uma imagem com mais de um matiz, pois cada veículo a sua maneira, tratou do assunto com diferente intensidade e perspectiva.

O “Perigo Alemão” sob análise através dos periódicos, foi abordado com alguns critérios, observadas a temporalidade, relevância e a disponibilidade dos periódicos selecionados, os acervos quase todos em meio digital, foram acessados na sua forma integral, ainda que todos apresentassem lacunas. O conteúdo jornalístico, foi trazido em forma de notas, artigos, depoimentos, notícias e matérias, o critério utilizado foi o de evitar a repetição e o exagero em afirmar ideias semelhantes.

A organização do trabalho em três capítulos, permitiu trazer ao debate, os elementos necessários para a compreensão da relação do conteúdo jornalístico com a finalidade da análise. Estão descritos em partes, as motivações, os objetivos, os acervos, e os dados de cada jornal. A análise bibliográfica, através das obras dos autores aqui referenciados, foi de fundamental importância.

As categorias que contemplam este estudo, foram idealizadas para trazerem ao debate o “Perigo Alemão”, desde a imigração alemã em Santa Catarina ao Germanismo e a Germanidade teuto-brasileira, até a análise dos periódicos selecionados no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Como o “Perigo Alemão” foi discutido pela historiografia na época da Primeira Guerra Mundial?

Foi discutido pelo viés político e diplomático em algumas ocasiões, ressaltando a importância e as qualidades da etnia alemã de maneira geral e em outras foi totalmente apresentado como uma ideologia fanática que causaria danos irreversíveis aos países envolvidos. A bibliografia utilizada neste trabalho defende a existência e a inexistência do plano pangermanista. O livro de André Chérradame intitulado “*O Plano Pangermanista Desmascarrado*” aborda as diversas possibilidades de uma real anexação dos territórios latino americanos pelo Império Alemão. O autor

aborda inclusive a visão de algumas personalidades acerca do assunto e destaca a opinião européia e norte americana, também sobre a origem do termo “Perigo Alemão”. No entanto, não há evidências claras que apontem para ações reais do Império Alemão, afim de executar o suposto plano. O que existem são hipóteses, uma análise histórica de eventos anteriores que supostamente, contribuiriam para que o Império Alemão executasse suas ações nos territórios da América do Sul.

Outras bibliografias utilizadas como o livro “*O Perigo Alemão*” de René E. Gertz, trazem hipóteses diferentes, o autor é mais crítico quanto aos reais interesses alemães, principalmente em âmbito nacional, ressaltando ações militares e situações envolvendo imigrantes, políticos e teutos – brasileiros, que revelam mais um temor da possível execussão do plano, do que alguma evidência real da ação germânica na América Latina. Ou seja, temos nas bibliografias diversas visões divergentes, algumas exaltando o Império Alemão e outras principalmente motivadas pelos conflitos do final do século XIX, e da política alemã do início do século XX, que afirmam que uma vitória germânica na Primeira Guerra Mundial, causaria diversos problemas.

No Brasil, os fatos associados ao Império Alemão, principalmente referêntes a questão imigratória e militar não comprovam ligações com o suposto plano pangermanista. As questões levantadas sobre os teutos – brasileiros, principalmente as que dizem respeito a resistência a integração nacional e a cultura alemã, repercutem mais o preconceito contra os imigrantes e seus descendentes, do que ações dos mesmos a serviço do Império Alemão. Em suma as bibliografias levantam hipóteses e não relatam fatos concretos sobre o “Perigo Alemão”.

Como a imprensa da época da Primeira Guerra Mundial ajudou a construir a ideia de que o “Perigo Alemão” realmente existia?

A imprensa nacional da época, fomentada pelas agências de notícias internacionais, utilizou como critério em muitos casos a forte influência francesa e britânica no país para se posicionar acerca do “Perigo Alemão”. Como a maioria da intelectualidade brasileira bebia daquelas fontes, e participava ativamente da imprensa, logo buscou através dos veículos de comunicação, difundir suas posições, acerca do “Perigo Alemão”. Com o conflito europeu, a Primeira Guerra Mundial em andamento, ganharam força as possíveis iniciativas germânicas relacionadas ao plano pangermanista. Contudo, a imprensa usou de diversos meios para persuadir a grande massa a acreditar na má intenção alemã. Inclusive usou recursos que variavam desde depoimentos de políticos e populares, criticando os imigrantes alemães e seus descendentes a supostas visões de submarinos na costa brasileira e missões oficiais alemãs em território nacional. Matérias diárias criticando a etnia alemã eram editadas pelos órgãos defensores do “Perigo Alemão”, assim, iniciativas em setores diversos da sociedade eram vinculadas ao suposto plano pangermanista.

A Imprensa que construiu a ideia do “Perigo Alemão” era alimentada pelas agências de notícias americanas e européias e encontrava no apoio de alguns intelectuais, uma forma de precionar as autoridades e a política nacional a se posicionarem em relação a guerra. O “Perigo

Alemão” foi diversas vezes utilizado como justificativa e pressão para o abandono da neutralidade do Brasil na Primeira Guerra Mundial, em suma, a construção da ameaça motivava os diversos setores da política e da diplomacia nacionais a agirem em defesa do território nacional e latino americano, apesar de não existirem fatos concretos da ação alemã de anexação dos territórios da América Latina.

Percebemos também que a construção desse mito, “Perigo Alemão”, ganha força no período da Primeira Guerra Mundial, mas é algo que inicia em tempos anteriores. Desde o início da imigração alemã no Brasil do século XIX, os imigrantes e seus descendentes foram marginalizados, pela parcela da elite luso brasileira que via na imigração mais problemas do que soluções e, em diversas ocasiões foram abandonados a própria sorte pelos governos, que não cumpriam com os acordos firmados e negavam as condições básicas de instrução e subsistência às colônias alemãs, principalmente no sul do país.

A imprensa criticava desde os hábitos dos imigrantes a sua religiosidade, e assim de forma ininterrupta construía a imagem negativa da etnia alemã sob o prisma de ideias fundamentadas em outros continentes, e exercia a função de delatora dos supostos inimigos nacionais. Os periódicos selecionados para este trabalho seguiam esta linha, criticavam o clero, a indústria, a política, o militarismo, enfim, toda e qualquer participação alemã na sociedade brasileira passava pelo crivo preconceituoso dos aliadófilos. Podemos afirmar que a imprensa dificilmente é imparcial e nos órgãos vinculados a partidos políticos e instituições locais, os jornais defendiam o ponto de vista dos proprietários e editores, as fontes nem sempre eram confiáveis e em muitas ocasiões os assuntos se misturavam com notícias sensacionalistas, causando uma falsa impressão nos leitores. O jornal *O Clarão* seguia esta linha e no estado de Santa Catarina temos outro exemplo, entre outros, o jornal *O Clamor*, ambos utilizados como fontes neste trabalho.

Como a imprensa tratou de desconstruir a ideologia do “Perigo Alemão”?

Nas páginas do jornal *O Dia*, percebemos a defesa da etnia alemã desde sua fundação, por sua vinculação ao partido republicano catarinense, na época dirigido por descendentes de alemães, teuto – brasileiros como Felipe Schmidt e Lauro Müller, que tinham apreciação pelas iniciativas germânicas e consideravam o Império Alemão um modelo a seguir. O jornal mantinha matérias diárias em defesa dos alemães no Brasil, rebatendo as críticas ferrenhas dos periódicos do estado de Santa Catarina e da grande imprensa do sudeste do país. A desconstrução da ideologia do “Perigo Alemão” na imprensa catarinense, foi um desafio que não se restringiu a um único jornal, citamos o jornal *O Estado* e o Jornal *A Epoca*, entre outros que também defendiam a inexistência do suposto plano pangermanista. Se tratando Santa Catarina, o estado com maior número de imigrantes alemães e teuto- brasileiros do país no período selecionado para este estudo, era natural que as críticas caíssem com maior força e frequência sobre a sociedade catarinense.

No entanto, assim permaneceu *O Dia* até 1917, defendendo a inexistência do “Perigo

Alemão”, com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, provavelmente mudaram seus diretores, ou a direção do partido republicano, cujo vínculo era direto com o jornal, não sabemos ao certo. A partir da declaração de guerra em 1917, o jornal muda de postura, forçado pelas leis do país e provavelmente, pela própria política do partido republicano catarinense. Em 1918, *O Dia* encerrou suas atividades, naquele ano, encerraram os horrores da Primeira Guerra e o Brasil alcançou algum status diplomático, pela sua pequena participação no conflito.

Contudo, o mito do “Perigo Alemão”, permaneceu vivo no imaginário popular, nos círculos intelectuais, nas sociedades e principalmente entre aqueles que acreditavam que a Alemanha, mesmo derrotada, não permaneceria muito tempo sem reivindicar o seu lugar de destaque entre as grandes potências mundiais. No entanto, pessoalmente, acredito que o “Perigo Alemão”, se tratou de uma tentativa coletiva de responsabilizar a etnia alemã em diversos países, pelas iniciativas militares do Império Alemão em períodos anteriores e principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. *A Alemanha e a paz: apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional do Brasil*. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Cia.
- ABRANCHES, João Dunshee de. *A ilusão brasileira (justificativa de uma atitude)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
- ALMEIDA, Carlos Roberto de Melo. A cultura de guerra e os boletins de Júlio Mesquita: possibilidades para a pesquisa. *Ars Histórica*, n. 14, p. 293-309, 2017.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Transformações da ordem econômica mundial, do final do século 19 à Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira Política Internacional.*, v. 58, n. 1, 2015.
- ALONSO, Wladimir J., Schuck-Paim, Cynthia, Shanks, G. Denis e Almeida, Francisco Eduardo Alves de. A alta mortalidade da pandemia espanhola na Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918. *Revista Navigator* 17, maio, 2013, p.11-21.
- ALVES, F.L.; Guarnieri, I.L. A utilização da imprensa escrita para a escrita da história: diálogos contemporâneos. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, 2019.
- ARAÚJO, J. A guerra que vai acabar com todas as guerras: o Brasil na Primeira Grande Guerra - a mobilização da sociedade e o engajamento da marinha - 1917 - 1918. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 14, n. 2, p. 318-333, 15 dez. 2014.
- ARARIPE, Luís de Alencar. *Primeira Guerra Mundial*. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 342-343.
- ARENDRT, I. C. Pe. Balduino Rambo e a revista Sankt Paulusblatt: afirmação de defesa da germanidade. In: RAMBO, A. B.; GRÜTZMANN, I.; ARENDRT, I. C. *Pe. Balduino Rambo – a pluralidade na unidade: memória, religião, ciência e cultura*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2007.
- AROUCA, F.B. O Traço como ato político: Caricaturistas brasileiros e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). *Faces de Clio, [S. l.]*, v. 6, n. 12, p. 138–157, 2020.
- BARBOSA, M. *História cultural da Imprensa : Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro – RJ: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Ruy. Brasil- Alemanha. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. IV, n. 16, abr. 1917, p. 512-519.
- BILIBIO, Rogerio Augusto. “Entre o farfalhar das palmeiras e o ramalhar dos carvalhos”: o olhar da imprensa catarinense sobre a questão germânica durante a primeira Guerra Mundial (1914-1918). 2020. 422 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2020.
- BURNS. E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir). *História geral da civilização brasileira*. 3. Ed. t.3. v. 2. São Paulo: Difel. 1985. p. 375-400.
- CAPELATTO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado: a temível cilada berlineza da partida nulla*. Rio de Janeiro: Garnier. 1917.

DAEHNHARDT, Patrícia. As origens da Grande Guerra e o estatuto de Grande Potência: o caso da Alemanha. *Relações Internacionais*, n. 42, p. 79-93, 2014.

DREHER, M. N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/EST, 1984.

DREHER, M. N.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. (org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

DHENIN, Miguel; MENDONÇA, Valterian. O Brasil na Grande Guerra: uma contribuição para o esforço aliado. *Cadernos de Defesa Nacional*, Lisboa, n. 18, p.73-90 2015.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 24, n. 2, p. 269-289, 1998.

FARIAS, O. C. de. *Nacionalização (dois discursos)*. Porto Alegre: [s. n.]. 1941.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FERRO, Marc . *História da Primeira Guerra Mundial 1914 – 1918*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

FERNANDES, Leonardo Nunes Pereira. *Perigo Alemão ou Germanofobia? Os alemães em São Paulo entre 1889 e 1918*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - PUC, São Paulo, SP, 2011.

FERREIRA, Sérgio Luiz. Religiosidade popular no litoral catarinense: a visão de padres alemães no início do século XX. *XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis, v. 27, 2015.

GERTZ, René E. Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria mãe” Alemanha. *Espaço Plural*. Nº 19, p.67-73, 2008.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre. Mercado Aberto. 1987.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS,1991.

GERTZ, René E. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica, *Textos de História*, vol. 16, nº 2, p. 119-149, 2008.

HERING, Maria Luiza Renaux Hering. *Colonização e Indústria do Vale do Itajaí*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

KLUG. J. *Consciência Germânica e Luteranismo na Comunidade Alemã de Florianópolis (1868 -1938)*. Dissertação ( Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, SC, 1991.

LIMA, Solange de. O “Perigo Alemão”: A Comunidade Teuta e a Dops em Curitiba. *Revista Vernáculo* nº 23 e 24, p.178 – 185, 2009.

LUCA, Tania Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MALATIAN, Teresa. A construção do convencimento: Júlio Mesquita e os Boletins de Guerra do jornal O Estado de S. Paulo (1914-1918). *Revista Patrimônio e Memória*, São Paulo: Unesp, v. 9, n. 2, p. 205-219, jul./dez. 2013.

MAGNONI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)*. São Paulo: Moderna, 1997.

MAGALHÃES, M. B. *Pangermanismo e nazismo*. A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: UNICAMP, p. 105, 1998.

MAUCH, C; VASCONCELOS, N. (Org). *Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ubra, 1994. p. 165.

MIRANDA, Joana de Paula Cidade. *Deutschtum no Brasil: imigração, identidade e mídia étnica alemã*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

MORAES, Marcos Juvêncio de. *As reformas educacionais de Santa Catarina e a instrumentalização do ensino patriótico: Laços políticos, oligárquicos e culturais (1911-1945)*. 2017. Tese (Pós - Graduação em História) – PUC, Porto Alegre, RS 2017.

MÜLLER, T. L. (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1994.

NEUMANN, R. M. *Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor! as colônias germânicas e a campanha de nacionalização*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2003.

OLIVEIRA, M. de. A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a primeira guerra mundial, uma análise da imprensa local. *Cadernos CERU, [S. l.]*, v. 23, n. 2, p. 175-202, 2012.



PEREIRA, Paulo José dos reis. A Política Externa da Primeira república e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905 -1910). *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, nº 2,2005, p.111 -12.

PETRY, A. H. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno coeso e forte, o Brasil do brasileiro!...: campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2003.

PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização de Santa Catarina*. Porto Alegre. Editora Pallotti, 1982.

PIRES, Ana Livia Claro. Abaixo as armas! O discurso a favor da neutralidade no debate sobre a Primeira Guerra Mundial no Brasil (1914-1917). *Em tempo de Histórias*, Brasília, DF: UNB, n. 24, jan./jul. 2014.

PIRES, Ana Livia Claro. A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. ANPUH, 26, 2011, São Paulo, SP. Anais [...]. São Paulo, SP, 2011.

PIRES, Ana Livia Claro. O Germanófilo: Dunshee de Abranches e a defesa do império alemão na imprensa brasileira durante a primeira guerra mundial. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. ANPUH, 13, 2016, Santa Cruz do Sul, RS. Anais [...]. Santa Cruz do Sul, RS, 2016.

PIRES, Ana Livia Claro. Do outro lado do front: Dunshee de Abranches e os germanófilos no debate brasileiro sobre a Primeira Guerra Mundial. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 24, 2017, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília, DF, 2017.

PIRES, Livia Claro. A denúncia do francês e o plano do jurista: Rui Barbosa e a leitura de André Chéradame, *Revista de Humanidades*, nº13, p.97 -117, 2012.

PIRES, Ana Livia Claro. *Intelectuais nas trincheiras: a Liga Brasileira pelos Aliados e o debate sobre a Primeira Guerra Mundial (1914-1919)*. 2013. Dissertação (Pós- Graduação em História), UERJ - Rio de Janeiro, RJ, 2013.

PIRES, Ana Livia Claro. Os inimigos da nação: a liga brasileira pelos aliados e os discursos sobre o “perigo alemão” durante a grande guerra (1915-1919). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 8, n. 1, p. 61-80, jan./jun. 2015.

POUTIGNAT, P, STREIF. J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

RAMOS, E. H. C. da L.; FIALKOW, M. Z.; EGGERS, J. Cs. *Sociedade Orpheu: da história de um nome à identidade de um clube*. São Leopoldo: Sociedade Orpheu, 1998.

RAMOS, E. H. C. da L. *O teatro da sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2000.

RASCHE, Karla Leandro. *Entre a caneta e o pandeiro: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis – SC (1920 a 1950)*. 2018. 284 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROMERO, S. *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo Primeiro: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960.

RUDY, Cleber. Aversão ao clero na primeira república em Santa Catarina. *Blumenau em Cadernos*, v. 49, n. 6, p. 85-99, 2008.

SANTOS, G. J. dos. *Embates na cultura: danças folclóricas alemãs e o grupo de danças do Centro Cultural Eintracht – Campo Bom/RS (1980-2017)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2017.

SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais: Dois Séculos de História*, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001. (v.1).

SEYFERTH, G. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí- Mirim*. Porto Alegre. Editora Movimento, 1974.

SEYFERTH, G. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SEYFERTH, G. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 25, p. 3-55, 1988.

SEYFERTH, G. A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. *História: Questões e Debates*, Curitiba: APAH, v. 10, n. 18/19, p. 113-155, 1990.

SEYFERTH, G. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã no Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, ano 9, n. 26, p. 103-122, 1994a.

SEYFERTH, G. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C.;

VASCONCELLOS, N. (org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Ed. da Ulbra, 1994b. p. 11-27.

SILVA, Raul Mendes. *Missões de paz: A diplomacia brasileira nos conflitos internacionais*. Rio de Janeiro: Log On, 2003.

SINGER, Paul. *O Brasil no contexto histórico do capitalismo internacional – 1889 -1930*. In: FAUSTO, Boris (dir). *História geral da civilização brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Difel, 1977, t.1, v.1, p. 345 -390.

VOIGT, A. F. *A invenção do teuto-brasileiro*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VOIGT, L. *O dever e os sentidos da memória de descendentes de alemães em Santa Catarina: um esboço de uma sociologia da memória*. Porto Alegre: Luminária Acadêmica, 2017.

VOGT, Olgario Paulo. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. *Revista Signo*, v. 32 n 53, p. 225-258, Santa Cruz do Sul, dez, 2007.

WEBER, R. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

WEBER, R. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (org). *Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. p. 104- 119, Canoas: Editora da Ulbra. 1994.

WIGHT, Martin. *A política do poder*. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. Editora Nacional, São Paulo, 1946.

WILLEMS, Emílio. *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. Editora Nacional, São Paulo, 1940.

## FONTES

A Época, Florianópolis, SC, 1914-1918.

O Clarão, Florianópolis, SC, 1914-1918.

O Clamor, Florianópolis, SC, 1917 -1918.

O Dia, Florianópolis, SC, 1914-1918.

O Estado, Florianópolis, SC, 1915-1918

Revista do Brasil, Florianópolis, SC, 1917.